UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

REGIANE APARECIDA ZOCAL PAZIN

A PEDAGOGIA ORGANIZACIONAL DE “AS MARGARIDAS”: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO COM E SOBRE MULHERES EXTRATIVISTAS DO PANTANAL MATOGROSSENSE

CÁCERES-MT
2025

REGIANE APARECIDA ZOCAL PAZIN

A PEDAGOGIA ORGANIZACIONAL DE “AS MARGARIDAS”: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO COM E SOBRE MULHERES EXTRATIVISTAS DO PANTANAL MATOGROSSENSE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Duarte Rosa Seluchinesk

CÁCERES-MT

2025

© by Regiane Aparecida Zocal Pazin, 2025.

Z84p Zocal, Regiane Ap. Pazin.
A PEDAGOGIA ORGANIZACIONAL DE "AS MARGARIDAS": UM ESTUDO ETNOGRAFICO COM E SOBRE MULHERES EXTRATIVISTAS DO PANTANAL MATOGROSSENSE. / Regiane Aparecida Zocal Pazin. - Cáceres, 2025.
124f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Universidade Do Estado De Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".
Orientador: Rosane Duarte Rosa Seluchinesk.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

REGIANE APARECIDA ZOCAL PAZIN

A PEDAGOGIA ORGANIZACIONAL DE "AS MARGARIDAS": UM ESTUDO ETNOGRAFICO COM E SOBRE MULHERES EXTRATIVISTAS DO PANTANAL MATOGROSSENSE

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dra. Rosane Duarte Rosa Seluchinesk (Orientadora – PPGEdu/UNEMAT)

_____

Dra. Kênia Gonçalves Costa (Membro Externo – PPGcul/UFNT)

_____

Dra. Waldinéia Antunes de Alcantara Ferreira (Membro Interno – PPGeo/UNEMAT)

APROVADA EM: ____/____/_____.

Às mulheres do grupo "As Margaridas",
pela grandeza de suas histórias de vida
e persistência na caminhada da
conquista de seus sonhos,
e a todas as mulheres que lutam
por um mundo igualitário e justo.
Que essa chama nunca se apague.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter chegado até aqui, fazendo das dores e dos erros degraus para a subida na escada da vida, em busca de dias melhores.

À minha família, meu porto seguro.

Agradeço especialmente ao meu esposo, pela dedicação, apoio e por não ter me deixado desistir desta caminhada.

Aos nossos filhos, Pietro e Maria Julia, que viveram esse sonho comigo, sendo compreensivos nos dias de ausência.

À minha mãe, onde encontro inspiração para estar nessa caminhada de luta por dias melhores.

Ao meu pai, pela paciência, e à minha irmã, pelo apoio em não me deixar desanimar da caminhada.

À minha orientadora Rosane, que, com seu jeito calmo e meigo, me cativou em cada conversa. Obrigada pela confiança depositada em mim, pelo apoio nos momentos difíceis e pela amizade construída. Sei que, sempre que precisar, terei onde buscar conselhos para a vida.

Às minhas amigas e companheiras de Pós-Graduação, Aline, Luciana e Bruna, pelas aventuras, risadas, lamentações, choros e apoio nos momentos difíceis.

Sonhar esse sonho sozinha seria apenas um sonho, mas realizá-lo só foi possível porque encontramos amigos em nossos caminhos que nos inspiram e incentivam — como minha amiga Milena e meu amigo Amilton — gratidão sempre.

Aos amigos e colegas da turma de 2023 da Pós-Graduação em Educação, por partilharem esse sonho comigo e permitirem que eu compartilhasse os seus.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), pela dedicação conosco, sendo que este departamento agora faz parte das nossas histórias de vida.

Agradeço o apoio recebido ao longo da vida e durante essa caminhada no mestrado, vindo dos meus amigos.

Por fim, meu agradecimento especial às mulheres do grupo "As Margaridas", por permitirem compartilhar suas histórias nesta pesquisa, pois, sem elas, nada seria possível.



Oswaldo Guayasamín (1989)

“Que nada nos limite,
que nada nos defina,
que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja
nossa própria substância,
já que viver é ser livre.
Porque alguém disse
eu concordo,
que o tempo cura
que a mágoa passa
que decepção não mata,
e que a vida sempre, sempre continua."

Simone de Beauvoir

RESUMO

A motivação para a união das mulheres é diversa, e muitos grupos estão sendo formados com o intuito de promover alternativas que superem as limitações impostas pelo sistema patriarcal estrutural. Esta pesquisa parte da premissa de que a pedagogia feminista se manifesta em múltiplos espaços, onde a educação ocorre de forma ampla e descentralizada. No grupo de mulheres "As Margaridas", observa-se a pedagogia através das atividades cotidiana, do fortalecimento da identidade feminina pela independência financeira, do trabalho associado e das práticas extrativista. Assim, o objetivo foi conhecer os processos pedagógicos organizacionais presentes nas atividades realizadas pelas mulheres "As Margaridas", um dos quatro grupos que compõem a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP). A pesquisa de cunho qualitativo foi fundamentada no materialismo histórico-dialético e no Pensamento Decolonial, utilizando como metodologia a etnografia, valendo-se da vivência da pesquisadora, diálogos, observações e entrevistas semiestruturadas. O desenvolvimento teórico e as análises contaram com a orientação de autores como Maria Cecilia Minayo (2001), Menga Lüdke e Marli André (2018), Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Borges (2007), Carmem Lúcia Guimarães Mattos (2011) e (2000), Anibal Quijano (2005), Walter Mignolo (2007), María Lugones (2014) e (2008), Stuart Hall (2006), Catherine Walsh (2013), Bell Holks (2013), Luciana Ballestrin (2013), Espinosa Miñoso, Diana Correal e Karina Ochoa Muñoz (2014), Luz Ochoa (2007), entre outros. Dessa maneira, conheceram-se histórias de união e resistência dessas mulheres, que, frente à necessidade de fortalecimento financeiro, formaram uma rede de apoio, consolidando-se como o grupo "As Margaridas". Unindo-se a outros grupos de mulheres, formalizaram a associação ARPEP, conquistando maior autonomia para comercializar seus produtos por meio de programas como o PAA e PNAE, além de feiras e eventos. O estudo evidenciou o vínculo entre o trabalho das mulheres e a educação não formal, presente tanto nas interações dentro do próprio grupo quanto nas trocas com outros coletivos. Essa relação educativa se estende ainda à escola formal, à qual fornecem pães e bolachas derivados do extrativismo, garantindo merendas saudáveis às crianças.

Palavras-chave: "As Margaridas". Mulheres extrativistas. Trabalho associado.

ABSTRACT

The motivation for women's unity is diverse, and many groups are being formed with the aim of promoting alternatives to overcome the limitations imposed by the structural patriarchal system. This research is based on the premise that feminist pedagogy manifests itself in multiple spaces where education takes place in a broad and decentralized manner. In the women's group "As Margaridas," pedagogy is observed through daily activities, the strengthening of female identity through financial independence, cooperative work, and extractivist practices. Thus, the objective was to understand the organizational pedagogical processes present in the activities carried out by the women of "As Margaridas," one of the four groups that make up the Regional Association of Extractivist Producers of the Pantanal (ARPEP). The qualitative research was grounded in historical-dialectical materialism and Decolonial Thought, using ethnography as a methodology, relying on the researcher's experiences, dialogues, observations, and semi-structured interviews. The theoretical development and analyses were guided by authors such as Cecilia Minayo (2001), Menga Lüdke and Marli André (2018), Carlos Rodrigues Brandão and Maristela Borges (2007), Maria Luísa Schmidt (2006), Carmem Lucia Mattos (2011), Martin Bauer (2002), Karl Marx (1982), Anibal Quijano (2005), Walter Mignolo (2007), María Lugones (2014, 2008), Stuart Hall (2006), Catherine Walsh (2013), Bell Holks (2013), Luciana Ballestrin (2013), Espinosa Miñoso; Diana Correal; Karina Ochoa Muñoz (2014), Luz Ochoa (2007), among others. Through this approach, we learned about stories of unity and resistance among these women who, faced with the need for financial strengthening, formed a support network, consolidating themselves as the group "As Margaridas." Joining other women's groups, they formalized the ARPEP association, gaining greater autonomy to market their products through programs such as PAA and PNAE, as well as fairs and events. The study highlighted the connection between the women's work and non-formal education, present both in the interactions within the group itself and in exchanges with other collectives. This educational relationship also extends to formal schools, to which they supply bread and cookies derived from extractivism, ensuring healthy meals for children.
Keywords: "As Margaridas." Extractivist women. Cooperative work.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRIVERDE- Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde

ARPEP – Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa

CTA – Comitê de Ética e Pesquisa

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBICT – Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologias

INCRA –Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

ONGS – Organizações Não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDF – Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)

PI – Piauí

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEDUC-MT- Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Primeira sede da unidade de processamento do coco de babaçu (“casinha”)....40
Fotografia 2 - Atual unidade de processamento do coco de babaçu e fabricação dos produtos pelo grupo “As Margaridas”.....41
Fotografia 3 - As fundadoras do grupo “As Margaridas” na primeira horta medicinal 45
Fotografia 4 - Mulheres “Margaridas” 46
Fotografia 5 - Primeira reunião do Grupo “As Margaridas” em 2025 48
Fotografia 6 - Reunião das Associadas da ARPEP 95
Fotografia 7 - Colheita de coco babaçu.....100
Fotografia 8 - Coco Babaçu.....101
Fotografia 9 - Mulher descascando coco babaçu e o mesocarpo já retirado 103
Fotografia 10 - Produção de pães e bolachas no grupo “As Margaridas”.....103
Fotografia 11 - Pães recém-saídos do forno e embalados para entrega.....104
Fotografia 12 - Mulheres expondo seus produtos 104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Município de Mirassol D’ Oeste destacando o Assentamento Margarida Alves.....35
Mapa 2 - Localização dos grupos da ARPEP.....94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções selecionadas como referencial para o desenvolvimento da pesquisa ... 58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de produções científicas excluídas e selecionadas por descritor 57

SUMÁRIO

1 UM SONHO DE "MARGARIDAS" 15

2 PREPARANDO CANTEIROS: SEMEANDO MARGARIDAS 24
2.1 Uma Margarida em mim 24
2.2 O lugar onde nascem as "Margaridas" 34
2.3 O Grupo "As Margaridas" 42
2.4 Os canteiros da pesquisa 49
2.5 Sobre outras Margaridas 56

3 MARGARIDAS QUE FLORECEM EM LUTAS E LABORES PELA TERRA ... 64
3.1 Decolonialidade e a Presença Feminina em Assentamentos 65
3.2 Relação Mulher/Natureza 71
3.3 Conhecimentos ensinados e aprendidos no fazer diário das Mulheres/Margaridas 75
3.4 O Trabalho Associado em Grupos de Mulheres em Assentamentos: Florescimento *Bellis* 77

4 O FLORESCER PEDAGOGICO VIVENCIADO POR "AS MARGARIDAS" 81
4.1 O trabalho desenvolvido pela FASE 83
4.2 ARPEP: Trajetória da Associação Regional das Extrativistas do Pantanal 89
4.3 A vez e a voz das Margaridas: percepções, enraizamento e identidades 96

5 PARA SEMPRE MARGARIDAS 112

REFERÊNCIAS 118

1 UM SONHO DE “MARGARIDAS”

Este texto que se inicia é parte de uma história de vida que encontrou outras vidas, de uma mulher que se fez mulher com outras mulheres, e, neste encontro, passaram a olhar para si mesmas com mais pertencimento, alteridade, amorosidade e poesia nas terras de Mato Grosso. São vidas de mulheres que se reconhecem em outras mulheres para, juntas ou separadas, terem a oportunidade imensa de ser quem são. Por isso, compartilham, ensinam o que sabem e o que ainda estão por aprender.

> Estas mulheres feitas de palavras são árvores! Frondosas, antigas, acolhedoras e generosas de dar a vida espalhando seus longos braços como aconchego de ninhos de histórias pessoais e comunitárias. Elas acolhem pessoas e gentes diferentes que na luta pela terra se fazem povo e encontram na sombra delas seu lugar de organizar objetivos, redigir reivindicações e denúncias. Elas são sombra necessária no árido centro-oeste de enfrentamento do latifúndio, do agronegócio, da lei injusta e da violência dos matadores. [...] Estas mulheres feitas de palavras são pedras! Força e firmeza. Pedras comprometidas com seu lugar. Pedras que marcam o lugar e a terra conquistada com a permanência da luta e sua vontade de ficar. Mas também são pedras de avoar, de se atirar, de tirar do lugar. Pedras em movimento, essas mulheres se “ajogam” na luta do povo e daí tiram a força necessária para enfrentar os poderosos, liderar processos difíceis, criar estratégias comunitárias e ficar. [...] Estas mulheres feitas de palavras são pássaros! Algumas vieram de longe, aves migratórias no centro-oeste brasileiro. Vindas de longe ou de mais perto, contam a história da grande peregrinação que a luta pela terra desenha, reinventando o mapa do modo mais rude e mais difícil. Algumas vieram pra serem missionárias e acabaram nascendo de novo no lugar e pertencendo a esta primeira geração que surge da luta e do amor pela terra. Outras são de perto mesmo, mas tiveram que “avoar” dos cenários sociais conhecidos e tradicionais para serem mulheres novas, de relações de poder novas. [...] Estas mulheres feitas de palavras são susto! Estas mulheres são susto! Elas conseguem, na prática, exercitar toda a agenda do movimento de mulheres e feministas, articulando o mundo da casa e o da luta, pensando o mundo do trabalho e da casa como quem já sabe como é que se superam os machismos na casa, na rua, nas organizações, na política. Dos biscoitos e costuras às negociações e debates públicos... Nada é estranho a estas mulheres! Elas querem a casa, a família, o homem amado, a filharada e os netos... Mas não querem só o que é delas porque já descobriram que a luta de cada uma é a luta de todas. E assim elas vivem do que fazem e do que dizem. Elas vivem de amor porque é de amor que a luta é feita [...] Estas mulheres feitas de palavras! [...] mulheres que a vida juntou no centro-oeste brasileiro (Neves, 2017).

Assim, o resultado deste encontro — que, academicamente, se denomina pesquisa — reflete o sentimento de pertencimento e a voz de mulheres que, como tantas outras, se recusaram a ser subjugadas, maltratadas, usadas ou silenciadas. Este trabalho é uma expressão do esforço coletivo de mulheres que, juntas, se valorizam, se apoiam e, a cada dia, enfrentam e superam as estruturas patriarcais de poder. Trata-se de uma jornada de empoderamento, em

que a força da união entre mulheres se transforma em resistência e construção de novos caminhos, reafirmando sua autonomia e dignidade.

A luta das mulheres ocorre todos os dias e em todos os espaços, contudo, o cenário eleito para este estudo foi um assentamento da reforma agrária, onde trabalhadoras e trabalhadores enfrentam o desafio de sonhar e conquistar seu quinhão de terra para garantir o sustento de suas famílias. Nessa perspectiva, esta é também parte da história de muitos trabalhadores urbanos que, nas décadas de 1980 e 1990, enfrentaram as consequências dos descasos governamentais de uma sociedade urbanista mal planejada, como o aumento da violência, da fome, do desemprego, entre outros problemas.

Na busca por dias melhores, surgiram movimentos sociais organizados, entre eles o MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra), com o objetivo de lutar pelos direitos daqueles que estão à margem da sociedade e que, segundo Chiabotto e Montgner (2021), desejam construir uma sociedade mais justa e igualitária a partir da repartição de terras. Ao longo de sua trajetória, percebe-se que a equidade nas lideranças do movimento tem se fortalecido progressivamente.

> Ao longo da história dos movimentos sociais, as camponesas levantaram bandeiras como a luta pela reforma agrária, pelo fim do sistema capitalista e em defesa de um novo modelo de agricultura. Suas lutas também passam pela busca de igualdade em relação aos homens, por direito historicamente negados a elas, como direitos trabalhistas, bem como o de ter espaço na política por meio da criação de um movimento autônomo ou da conquista por paridade de gênero nas instâncias do movimento misto (Santos; Betto, 2021, p. 15).

Nesse contexto, insere-se a trajetória de muitas famílias que foram para os acampamentos conquistar o tão sonhado “pedaço de chão”. Minha família engrossa esse montante de trabalhadores que desejam a “terra prometida”. Meu pai, junto com minha mãe, acampou, lutou e hoje reside no Assentamento Margarida Alves. Nessas duas figuras, tenho a dimensão da palavra *resiliência*, que constitui a vida de homens e mulheres na luta pela sobrevivência de si e de seus descendentes.

O mais tocante para minha experiência de filha, menina, moça e mulher que cresceu dentro de um assentamento são os desafios enfrentados pelas mulheres nesse espaço, que à primeira impressão se apresenta como um ambiente predominantemente masculino na luta pelo direito à terra. Diante de tantos antigos e modernos paradigmas femininos, avalio que, no espaço do assentamento — como em tantos outros — as mulheres não têm voz. Revoltada por não termos o devido reconhecimento, liberdade e voz para nos manifestarmos, cabe a nós, apenas, a força do trabalho.

Após ver e ouvir tantos relatos de violação do corpo e da alma feminina, despertou em mim o desejo de registrar essas histórias, que são ensinamentos ímpares de como é ser mulher nesta sociedade eminentemente masculinizada em sua leitura e exercício de poder. Para que essas histórias fossem organizadas cientificamente, debrucei-me no trabalho de pesquisa, buscando compreender os meandros das resistências, vivências, sobrevivências e superações enfrentadas pelas mulheres campesinas. Assim, justifica-se a escolha da primeira pessoa, ora do singular, ora do plural, para tecer esses escritos, pois se trata de histórias de encontro e superação, e, como tal, seria injusto impessoalizar seus personagens.

O interesse em buscar o universo das vivências femininas na luta pela terra, bem como pela permanência de si e dos seus nos assentamentos, foi orientado também pelas próprias histórias da pesquisadora, que, junto das mulheres assentadas — mesmo após estudar e deixar de viver diretamente no assentamento — ainda participa das atividades desenvolvidas pelo coletivo de mulheres denominado "As Margaridas"[1], alimentando o desejo desta pesquisadora. Afinal, Mendes, Neves e Neves (2014) afirmam que as batalhas enfrentadas pelas mulheres que trabalham no meio rural do Brasil evidenciam a importância de promover, dentro do atual movimento popular, mudanças nas relações de classe e gênero. Isso deve incluir uma reconfiguração das interações entre homens e mulheres, assim como entre estes e o meio ambiente.

Assim, pensando nas questões que tangem à luta e ao trabalho das mulheres do Assentamento Margarida Alves, elaborei um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade do Estado de Mato Grosso — Campus Jane Vanini — com o tema: *"O processo de Apropriação das Terras e a Presença da Mulher nas Lutas Agrárias"*. Nesse texto, foi tratado o surgimento do grupo "As Margaridas" e suas atividades de produção e comercialização de produtos agrícolas no município de Mirassol D'Oeste – MT. Diante dos primeiros dados obtidos na pesquisa, ainda que estes fossem direcionados a uma leitura de aspectos geográficos, observei a profundidade que nascia da possibilidade de olhar para a condição de ser mulher nos espaços dos assentamentos.

Foi com o desejo de aprofundar e conhecer a dimensão feminina, educativa e ambiental das relações que se desenvolvem nesses espaços e tempos que construí uma proposta para o Mestrado em Educação. O interesse em tela é dar continuidade aos estudos voltados para o empoderamento feminino e acrescentar questionamentos sobre a forma como

[1] O grupo de mulheres "As Margaridas" é um dos quatro grupos de mulheres que compõem a ARPEP, outros 3 grupos são: "Amigas do Cerrado", Amigas da Fronteira" e "Frutos da Terra", realizam o extrativismo e o beneficiamentos dos frutos do cerrado, babaçu, pequi e cumbaru.

as práticas pedagógicas organizacionais das mulheres, tanto na produção objetiva quanto nas interações subjetivas de troca de experiências, vivenciadas pelo grupo de mulheres "As Margaridas", contribuem para o fortalecimento da autonomia, empoderamento e sustentabilidade socioambiental das mulheres e de suas comunidades no contexto rural.

Assim sendo, o objetivo principal desta pesquisa é compreender os processos da pedagogia organizacional feminista de "As Margaridas" no desenvolvimento das práticas agroextrativistas, suas relações, percepções e significados do ser mulher na prática associativa e na contribuição com a renda familiar no contexto rural. Para isso, foram trilhados caminhos com os seguintes objetivos específicos: i) identificar as ações de "As Margaridas" na contribuição para a sustentabilidade socioambiental do Assentamento Margarida Alves; ii) identificar os elementos históricos relacionados às aprendizagens construídas durante a formação e organização do grupo "As Margaridas"; e III) relacionar as experiências adquiridas pelas mulheres com os aspectos da pedagogia feminista e suas contribuições para as atividades agroextrativistas, o que pode ser observado em relação ao fornecimento de alimentos para a merenda escolar, destacando seu papel como fonte única ou complementar de independência financeira das mulheres em questão.

Em todos esses momentos, foi possível observar as valiosas contribuições que existem na dinâmica da pedagogia organizacional feminina e seus impactos nas comunidades rurais, que, além de promoverem o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas, também incentivam o empoderamento das mulheres no contexto agroextrativista.

Sobre a importância de uma pedagogia feminista, temos o entendimento de que "[...] a pedagogia feminista é uma pedagogia para sonhar e realizar pequenas e grandes revoluções, que começa com o exercício de pequenas rebeliões e pretende fazer grandes mudanças radicais[2]" (Ochoa, 2007, p. 3, tradução nossa).

Com base nessa premissa, entendemos que os estudos sobre práticas organizacionais têm direcionado sua atenção, de forma crescente, para questões de gênero, reconhecendo a importância da participação e do papel das mulheres em uma variedade de contextos produtivos.

O tema *"A pedagogia organizacional de 'as margaridas': um estudo etnográfico com e sobre mulheres extrativistas"* visa explorar a realidade de muitas mulheres que buscam desafiar o modelo patriarcal, alcançar independência financeira e, sobretudo, afirmar sua

[2] "[...] la pedagogía feminista es una pedagogía para soñar y realizar pequeñas y grandes revoluciones, que empieza con el ejercicio de pequeñas rebeldías y pretende hacer cambios radicales amplios."

identidade feminina. As temáticas abordam discussões em torno das produções objetivas e subjetivas das vivências das mulheres, do trabalho associado, da pedagogia feminista, da historicidade do trabalho em grupo, entre outras.

> Ao distanciar-se do mundo, construindo-se na objetividade, surpreende-se, ela, em sua subjetividade. Nessa linha de entendimento, reflexão e mundo, subjetividade e objetividade não se separam: opõem-se, implicando-se dialeticamente. A verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da "práxis" constitutiva do mundo humano – é também "práxis" (Freire, 1987, p. 10).

Na reflexão de Freire (1987), podemos interpretá-la a partir de uma perspectiva da pedagogia popular feminista, que reconhece a interseção entre a subjetividade das mulheres e a objetividade das estruturas sociais. Ao se distanciarem do mundo, as mulheres muitas vezes se deparam com suas próprias experiências subjetivas de opressão e marginalização. No entanto, ao se engajarem na reflexão sobre suas vidas e realidades, descobrem que suas experiências pessoais estão intrinsecamente ligadas às estruturas objetivas de poder e à injustiça de gênero.

A crítica que as mulheres fazem sobre sua própria subjetividade e suas interações com o mundo ao seu redor não pode ser dissociada das estruturas objetivas de poder que moldam suas vidas. Pelo contrário, esses aspectos estão dialeticamente implicados, alimentando-se mutuamente. A verdadeira reflexão crítica emerge da interioridade das *práxis* das mulheres, ou seja, de suas ações e experiências cotidianas que constroem e transformam o mundo em que vivem.

Farias (2014) aborda a importância do trabalho na formação das subjetividades e na produção de significados para a vida social ao afirmar que:

> Sabe-se quão importante se torna o trabalho para a estruturação de subjetividades incentivadoras do campo da produção de sentidos para a vida social. Entende-se subjetividade como um processo amplo de construção de sentidos, ocorre de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delineia diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo (Farias, 2014, p. 36).

Farias (2014) explana que a subjetividade é um processo complexo de construções significativas, e que as vivências diárias influenciam a forma como as pessoas veem e compreendem o mundo que as cerca, influenciando, também, como definem a si mesmas e atribuem significados às suas ações. O trabalho subjetivo não é apenas uma atividade econômica, mas constitui também um aspecto fundamental na formação da identidade e dos valores de uma pessoa — especialmente no caso das mulheres.

As mulheres se unem em grupos com o objetivo de alcançar a independência financeira por meio do trabalho associado. Em Marx (1982), o trabalho associado é compreendido como uma das formas superiores de organização social, que poderia emergir do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo de produção capitalista. Nesse sentido, Neves (2017, p. 141), em sua tese, argumenta que "a produção associada é um processo dinâmico e complexo, mas suas contribuições são essenciais para a percepção das vivências e experiências das trabalhadoras do campo pesquisadas", reconhecendo que a produção associada não se limita à atividade econômica, mas também desempenha um papel central na compreensão das experiências dessas mulheres.

Embora a abordagem de Paulo Freire (1987) não seja exclusivamente centrada no feminismo, suas contribuições para a construção de uma educação que reconheça e valorize as experiências das mulheres, que desafie normas patriarcais de gênero e que promova a equidade de oportunidades educacionais, são essenciais para a compreensão da pedagogia feminista.

A pesquisa junto ao grupo "As Margaridas" foi desenvolvida com base na metodologia qualitativa, seguindo as orientações de Minayo (2001), que propõe a integração entre teoria e prática, com foco em uma análise processual e não apenas nos resultados. Nessa perspectiva, o estudo dos problemas enfrentados pela sociedade reforça a necessidade da criação de mecanismos críticos ao sistema opressor e explorador presente na América Latina desde a colonização. Segundo Gil (2021, p. 21), "[...] para quem tem a transformação social e a superação do capitalismo como horizonte histórico, esse é o método que permite ver o mundo a partir de suas contradições e conflitos".

Nesse contexto, compreendemos que o grupo de mulheres "As Margaridas" desenvolveu sua consciência de classe e sua organização social, tendo o associativismo como um dos princípios para a transformação de sua realidade, por se tratar de um mecanismo que favorece práticas de ação coletiva e democrática. Para além da ideia de associação, destacamos que, no grupo "As Margaridas", ocorre uma interação pedagógica que ensina e aprende a autonomia no processo de formação da identidade de ser mulher no e do ambiente em que se vive.

Ao enfatizar a importância do lugar de fala das mulheres e suas lutas contemporâneas, buscamos apoio nas leituras do Pensamento Decolonial, especialmente nas perspectivas de Mignolo (2007) e Lugones (2014), que destacam a relevância de as mulheres contarem suas próprias histórias.

Como este trabalho envolve observação participativa e colaborativa, encontramos na etnografia a base metodológica para realizar vivências com as mulheres do grupo “As Margaridas”. Conforme Lüdke e André (2018, p. 11), o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e com a situação investigada garante o conhecimento de particularidades que só se revelam quando se está integrado ao local e ao grupo em estudo. Desse modo, foi possível tanto para a pesquisadora quanto para as mulheres do grupo experienciar e compartilhar saberes, conhecimentos, emoções, sentimentos e práticas cotidianas.

> Por essência, uma investigação qualitativa nos permite compreender particularidades que, certamente não seriam consideradas se partíssemos de um único prisma. Somada a um método etnográfico, que em seu seio concede um estudo investigativo e aprofundado da vida nativa, possibilita que o pesquisador passe a compreender a organização social, os aspectos cultuais e identitários da vida dos sujeitos objeto de estudo. A partir da compreensão e dos pontos de vista nativo, cria-se importantes ferramentas para entender e compreender o modo de organização dessa sociedade em que o objeto está inserido ou participante (Seluchinesk; Jesus, 2022, p. 319).

Nesse contexto, a etnografia utilizada neste estudo permitiu um aprofundamento sobre aspectos sociais, ambientais, culturais e identitários das mulheres colaboradoras da pesquisa. Isso se deve ao fato de que esta investigação se caracteriza pelo procedimento de imersão no e com o grupo investigado, transcendendo as entrevistas com roteiros pré-estabelecidos e voltadas apenas à coleta de dados. A vivência que propomos relatar carrega em si retratos de mulheres que se reuniram para cultivar ervas medicinais e, nesse processo, construíram sua identidade como “As Margaridas”.

Diante disso, a pesquisa foi organizada em três fases distintas. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico abrangente sobre o tema escolhido, com a busca por fontes diversas — como livros, artigos científicos, anais de congressos e periódicos — com o objetivo de aprofundar o conhecimento e explorar as nuances do assunto.

Em seguida, o foco voltou-se para as observações das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Destacamos a importância desse contato direto e prolongado da pesquisadora com o ambiente e as participantes, o que possibilitou uma imersão nas vivências, emoções e experiências das mulheres envolvidas.

Na terceira fase da pesquisa, realizamos a sistematização e análise dos dados. Conforme defendido por Oliveira (1996), é nesta última e complexa etapa que o pesquisador precisa refletir e produzir uma escrita que demonstre sua compreensão sobre a realidade vivenciada, em diálogo com as teorias selecionadas para o estudo.

Dentre as teorias utilizadas como referência, destacamos Paulo Freire (1987), que fundamenta a perspectiva da transformação social como condição para a autonomia. Quanto aos procedimentos metodológicos qualitativos de cunho etnográfico, pautamo-nos em Augusto Triviños (1987), Roberto Cardoso de Oliveira (1996), Gil (2002), Maria Cecília Minayo (2001), Menga Lüdke e Marli André (2018), Maria Luísa Sandoval Schmidt (2006), Carmem Lúcia Mattos (2011), Rosane Duarte Rosa Seluchinesk (2022), Martin W. Bauer (2002), entre outros. Para o debate em torno do trabalho associado e da educação popular, revisitamos as contribuições de Ricardo Antunes (1998) e Carlos Rodrigues Brandão (2000).

O pensamento decolonial, ressaltado neste estudo, compreende que a decolonialidade caminha junto ao feminismo, conforme pontuado por Maria Lugones (2014), que denominou essa vertente como "feminismo decolonial". As bases dessas teorias encontram-se em Aníbal Quijano (2005), Walter Mignolo (2007), Elias Nazareno (2013), Abdiel Reyes (2016), María Lugones (2008, 2014), Stuart Hall (2006), Djamila Ribeiro (2017), Catherine Walsh (2013), bell hooks (2013), Luciana Ballestrin (2013), Françoise Vergès (2020), entre outros.

As autoras citadas sustentam o feminismo em sua amplitude, destacando a pedagogia feminista, a qual também é abordada por estudiosas como Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (2014), Luz Ochoa (2007), Emma Siliprandi (2000), Marcia Silva, Eliane Godinho Corrêa e Carla Negretto (2018), entre outras.

No contexto deste estudo, a pedagogia organizacional da produção das mulheres extrativistas é delineada por dinâmicas educativas e de aprendizagem presentes nas atividades laborais conduzidas pelas próprias mulheres. A dissertação está dividida em cinco seções. A primeira, intitulada "Um sonho de Margarida", apresenta as premissas, objetivos e percursos da pesquisa, bem como sua relevância enquanto possibilidade de conhecer e aprender sobre a pedagogia de um feminismo decolonial com mulheres extrativistas. Detalhamos os métodos utilizados, assim como as fundamentações teóricas que sustentam todo o processo investigativo.

Na segunda seção, "Preparando Canteiros: Semeando Margaridas", embarcamos em uma jornada pela trajetória de vida da pesquisadora e pelo surgimento do grupo "As Margaridas". Em seguida, destacamos o território onde florescem essas mulheres, e relatamos como nos aproximamos do tema, realizando a vivência etnográfica.

A terceira seção, "Margaridas que nascem nas lutas e labores pela terra", apresenta o debate sobre a decolonialidade e o que essa teoria representa para nós. As reflexões se pautaram nos conceitos decoloniais, evidenciando a relação mulher/natureza. Outros temas,

como o trabalho associado e a educação popular, também são abordados, compondo o contexto em que as mulheres exercem suas atividades e constroem suas identidades.

Com o tema “O florescer pedagógico das Margaridas”, a quarta seção trata das percepções e identidades das mulheres, evidenciadas por meio de suas vozes e análises. Reforçamos que ninguém caminha sozinha, destacando a rede de apoio oferecida pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e pela ARPEP (Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal) às mulheres do grupo “As Margaridas”.

Por fim, apresentamos a quinta seção, “Para Sempre Margaridas”, com os resultados das análises, considerando a importância das produções e superações cotidianas das mulheres e suas ligações com a pedagogia feminista popular.

2 PREPARANDO CANTEIROS: SEMEANDO MARGARIDAS

Nesta seção, ao apresentar "As Margaridas", falo de mim como pesquisadora que também é filha, irmã, vizinha — enfim, uma Margarida. Embora tenha me distanciado fisicamente desse grupo de mulheres ao viver na cidade, carrego comigo o desafio de falar cientificamente sobre relações e interações que conheço desde sempre, tanto como mulher quanto agora, como pesquisadora.

Apresento o contexto no qual a pesquisa se realizou, com destaque para o Assentamento Margarida Alves — um espaço fundamental para as vivências das mulheres, especialmente daquelas que integram o grupo "As Margaridas", que constituem o **corpus** materializado do nosso estudo. Evidenciamos não apenas a localidade física, mas também o significado simbólico e social desse "lugar".

Ao longo desta seção, enfatizamos o reconhecimento da importância do "lugar" no qual as mulheres se identificam: seu lar, o grupo "As Margaridas" e o próprio assentamento, onde escolheram que ocorressem as vivências e as narrativas individuais. Ao mesmo tempo, valorizamos suas experiências coletivas. Destacamos, assim, a relevância de ser mulher e de pertencer a um grupo que compartilha lutas e conquistas comuns.

Ainda nesta seção, abordamos os caminhos metodológicos adotados na pesquisa. Destacamos a estratégia de levantamento de publicações por meio do banco de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, bem como o uso da plataforma Google Acadêmico, com o objetivo de mapear contextos de outros grupos de mulheres que atuam com o associativismo. Para tanto, utilizamos métodos etnográficos, visando a uma compreensão mais profunda e contextualizada das realidades vividas pelas mulheres no Assentamento Margarida Alves.

2.1 Uma Margarida em mim

> "Mulher é mesmo interessante...
> Mesmo brava, é linda
> Mesmo alegre, chora
> Mesmo tímida, comemora
> Mesmo apaixonada, ignora
> Mesmo frágil, é poderosa!"
> (Ângela Cavalcanti, 2023)[3]

[3] Disponível em: https://www.cpa-brasil.com/single-post/feliz-dia-internacional-das-mulheres.

Para retratar a mulher, mãe, profissional e pesquisadora que me tornei, preciso revisitar o passado, lembrar histórias contadas e vividas, memórias tanto felizes quanto desafiadoras, pois essa é a minha trajetória. Sou a primogênita de Rubens e Rita, jovens que se conheceram em uma pequena cidade do Mato Grosso do Sul. Posteriormente, Rubens veio com sua família tentar a sorte no Mato Grosso, fixando residência na cidade de São José dos Quatro Marcos. Casaram-se em 1980 e foram morar em um sítio chamado Pau-d'Alho, no município de Mirassol D'Oeste.

Dessa união amorosa, vim ao mundo em outubro de 1982. Minha mãe relata que meu nascimento ocorreu na cidade de Cáceres, porém meu pai insistiu para que eu não fosse registrada lá, simplesmente porque não queria que sua filha fosse rotulada como "bugra" — um termo pejorativo utilizado para designar os nascidos em Cáceres. Assim, fui oficialmente registrada em Mirassol D'Oeste, com o nome de Regiane Aparecida Zocal. Essa situação suscita uma reflexão sobre como os paulistas que migravam para essa região propagavam preconceitos em relação às pessoas que já habitavam o local.

Nossa estadia no sítio Pau-d'Alho foi breve. Em 1983, quando eu tinha apenas nove meses, meu avô vendeu a terra e fomos obrigados a nos mudar. Com as escassas economias que conseguiram juntar, meus pais adquiriram um terreno na periferia da cidade de Mirassol D'Oeste, onde meu pai ergueu uma moradia de três cômodos, feita de tábuas. Foram tempos difíceis, marcados pela falta de emprego, pela expulsão do campo e pela precariedade do lugar, onde faltavam serviços básicos como água, energia e infraestrutura adequada para moradia. Enquanto minha mãe batalhava como doméstica, meu pai se lançava na construção civil, muitas vezes tendo que buscar oportunidades em outras cidades.

Cresci junto com o bairro, testemunhando suas transformações e ocupando seus espaços à medida que minha família também se expandia. Em 1988, nasceu minha irmã, Renata Maria Zocal, quando eu tinha apenas seis anos. Confesso que, inicialmente, senti ciúmes, mas logo fui cativada por sua ternura e beleza incomparável. O amor que surgiu por ela é indescritível.

No momento do nascimento de minha irmã, meu pai estava ausente da cidade, o que levou meus pais a tomarem a decisão de se mudarem para onde ele havia encontrado emprego. Assim, nos mudamos temporariamente para o município de Chapada dos Guimarães, onde residimos por dois anos.

Na década de noventa, já havíamos retornado a Mirassol D'Oeste, onde minha avó paterna, dona Natalina, também passou a residir conosco. Enquanto meu pai continuava sua

labuta como pedreiro, alimentando o sonho de possuir seu próprio pedaço de terra, minha mãe, dona Rita, emergia como líder da família. Trabalhava como funcionária pública municipal em uma creche, cuidava da casa, das filhas e ainda frequentava a Igreja Católica. Paralelamente, embarcou em sua jornada educacional na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o propósito de nos incentivar a seguir o mesmo caminho acadêmico.

Quero fazer uma ressalva sobre minhas avós. Ambas, mesmo distantes, passaram por vidas difíceis e sofridas — conclusão a que cheguei por mim mesma. Minha avó paterna, dona Natalina, morava em São José dos Quatro Marcos. Descendente de italianos, era branca, de olhos azuis e cabelos loiros e brancos — assim me recordo de sua fisionomia. Um fato muito intrigante me marcou: eu tinha seis ou sete anos quando ela chegou à nossa casa com os olhos roxos e muito chorosa. Eu era pequena, não entendia o que estava acontecendo, e os adultos sempre tentam "proteger" as crianças, omitindo a verdade. Essa cena se repetiu muitas vezes: ela chegava machucada, ficava alguns dias e voltava para casa.

Com o tempo, passei a compreender o que acontecia: meu avô era o agressor. Ele batia em minha avó em um ciclo repetido de violência e opressão. Segundo Lugones (2014), no sistema de dominação colonial não apenas se impuseram hierarquias raciais e econômicas, mas também se reconfiguraram e aprofundaram as opressões de gênero, criando um patriarcado ainda mais violento e desumanizador.

Eu não entendia por que minha avó, mãe de três mulheres, sempre voltava para casa. Será que gostava de apanhar? — essa é uma pergunta que já ouvi muitas vezes, um questionamento recorrente da sociedade. Como muitas mulheres, ela viveu em um contexto de violência reiterada. Lugones (2014) argumenta que a colonialidade do poder impôs uma estrutura de gênero hierárquica e opressiva, desumanizando as mulheres colonizadas e perpetuando a violência patriarcal.

Hoje, faço minhas próprias perguntas e busco minhas próprias respostas: Como posso ajudar essa mulher? O que posso fazer para ampará-la em seu sofrimento? E muitos outros questionamentos — não julgativos. Conto essa história porque, a partir dela, decidi não aceitar menos do que mereço. Ela me impulsiona a estudar e a lutar por um feminismo de liberdade, em que meu "eu" seja o mais importante.

Preciso também falar sobre outras mulheres das quais descendo. Minha bisavó materna, segundo relatos da família, teria sido "pega a laço" — expressão que me leva a refletir sobre nossa possível ancestralidade indígena. No entanto, essa expressão também me

entristece profundamente, pois remete a horrores que minha bisavó provavelmente sofreu nas mãos de seus agressores.

Minha avó materna, quando a conheci, já morava em Angélica, Mato Grosso do Sul. Era baixinha, magra, negra, de cabelos lisos, nascida no Nordeste. Valente, foi mãe de nove filhas e um filho, sendo que todas as filhas receberam "Julia" como segundo nome (Maria Julia, Francisca Julia [in memoriam], Fátima Julia [in memoriam], Rita Julia, Vera Julia, Rosa Julia, Antônia Julia, Célia Julia e Lucilene Julia). Teve também um filho, Antônio, que nasceu gêmeo de Antônia. Todos foram paridos em casa. Minha avó trabalhou a vida inteira, da roça à cozinha escolar. Já meu avô era trabalhador, mas gastava o que ganhava com cassinos e outras mulheres. Assim, restava à minha avó trabalhar, parir e sofrer. Ela nos deixou em 2023. Conto essas histórias porque venho de uma família de mulheres que, cada uma ao seu tempo, viveram as amarguras e bem-aventuranças de suas trajetórias.

Como já mencionei, é com nossas histórias e memórias que moldamos nossa própria história. Minha mãe sempre repetia: "Se você não quer depender de um marido, estude." Seu desejo era que as filhas obtivessem educação e uma profissão, garantindo independência financeira. Foi ela quem primeiro me incentivou a adotar uma postura feminista, mesmo sem plena consciência do que isso significava. Há muito tempo, ela já expressava ideias e pensamentos alinhados ao feminismo, impulsionando-nos a buscar igualdade e autonomia.

Um momento crucial em nossas vidas foi o dia 08 de abril de 1996, quando ocorreu a ocupação da fazenda. Meu pai já participava de reuniões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e expressava seu desejo de engajar-se em uma "luta sem armas" por um pedaço de terra. Foi nesse dia que conheci o MST de verdade. No início, sentia medo, pois havia muito preconceito na região: os integrantes do movimento eram rotulados como "invasores", "ladrões" ou "baderneiros". Sempre existiu forte preconceito contra quem se engaja em lutas por terra, por educação, por políticas públicas ou pelo feminismo.

Após muitas batalhas e uma longa caminhada até Cuiabá, enfrentando diversas dificuldades, conquistamos a terra. O assentamento foi estabelecido em uma fazenda no município de Mirassol D'Oeste, com 146 famílias. Em reunião, o local foi batizado como "Assentamento Margarida Alves". Meu pai nomeou seu sítio de Padã-arã.

Minha mãe conseguiu transferência e começou a trabalhar na escola do assentamento, que recebeu o nome de "Escola Municipal Zumbi dos Palmares", em tributo à luta por igualdade racial. Meu pai se empenhou na construção da nova casa, e assim nos estabelecemos no sítio.

Concluí o ensino médio com determinação, viajando à noite de ônibus para a cidade. Sempre cultivei uma paixão pelos estudos. Na adolescência, via estudantes aguardando o ônibus rumo à faculdade em Cáceres e pensava: “Um dia também estarei nesse ônibus.” E assim aconteceu: em 2002, fui aprovada no vestibular para o curso de Licenciatura em Geografia, no Campus Jane Vanini, em Cáceres — um sonho realizado, meu e de minha família.

Para retratar a mulher, mãe, profissional e pesquisadora que me tornei, preciso revisitar o passado, lembrar histórias contadas e vividas, memórias tanto felizes quanto desafiadoras, pois essa é a minha trajetória. Sou a primogênita de Rubens e Rita, jovens que se conheceram em uma pequena cidade do Mato Grosso do Sul. Posteriormente, Rubens veio com sua família tentar a sorte aqui no Mato Grosso, fixando residência na cidade de São José dos Quatro Marcos. Casaram-se em 1980 e foram morar em um sítio chamado Pau-d’Alho, no município de Mirassol D’Oeste.

Dessa união amorosa, vim ao mundo em outubro de 1982. Minha mãe relata que meu nascimento ocorreu na cidade de Cáceres, porém meu pai insistiu para que eu não fosse registrada lá, simplesmente porque não queria que sua filha fosse rotulada como “bugra”, um termo pejorativo utilizado para designar os nascidos em Cáceres. Assim, fui oficialmente registrada em Mirassol D'Oeste, com o nome de Regiane Aparecida Zocal. Essa situação suscita uma reflexão sobre como os paulistas que migravam para essa região propagavam preconceitos em relação às pessoas que já habitavam o local.

Nossa estadia no sítio Pau-d’Alho foi breve. Em 1983, quando eu tinha apenas nove meses, meu avô vendeu a terra e fomos obrigados a nos mudar. Com as escassas economias que conseguiram juntar, meus pais adquiriram um terreno na periferia da cidade de Mirassol D’Oeste, onde meu pai ergueu uma moradia de três cômodos feita de tábuas. Foram tempos difíceis, marcados pela falta de emprego, pela expulsão do campo e pela precariedade do lugar, onde faltavam serviços básicos como água, energia e infraestrutura adequada para moradia. Enquanto minha mãe batalhava como doméstica, meu pai se lançava na construção civil, muitas vezes tendo que buscar oportunidades em outras cidades quando não as encontrava ali mesmo.

Cresci junto com o bairro, testemunhando suas transformações e ocupando seus espaços à medida que minha família também se expandia. Em 1988, nasceu minha irmã, Renata Maria Zocal, quando eu tinha apenas seis anos. Confesso que, inicialmente, senti

ciúmes, mas logo fui cativada por sua ternura e beleza incomparável. O amor que surgiu por ela é indescritível.

No momento do nascimento de minha irmã, meu pai estava ausente da cidade, o que levou meus pais a tomarem a decisão de se mudarem para onde ele havia encontrado emprego. Assim, nos mudamos temporariamente para o município de Chapada dos Guimarães, onde residimos por dois anos.

Na década de 1990, já havíamos retornado a Mirassol D'Oeste, onde minha avó paterna, dona Natalina, também passou a residir conosco. Enquanto meu pai continuava sua labuta como pedreiro, alimentando o sonho de possuir seu próprio pedaço de terra, minha mãe, dona Rita, emergia como líder da família. Ela trabalhava como funcionária pública municipal em uma creche, cuidava da casa, das filhas e ainda frequentava a Igreja Católica. Paralelamente, embarcou em sua jornada educacional na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o propósito de nos incentivar a seguir o mesmo caminho acadêmico.

Preciso fazer uma ressalva sobre minhas avós. Ambas, mesmo distantes, passaram por vidas difíceis e sofridas — isso, concluído por mim. Minha avó paterna, dona Natalina, morava em São José dos Quatro Marcos, era descendente de italianos, branca, de olhos azuis, cabelos loiros e brancos. Assim me recordo de sua fisionomia. Um fato muito intrigante me chamou a atenção: eu tinha seis ou sete anos quando ela chegou em nossa casa com os olhos roxos e muito chorosa. Eu era pequena e não entendia o que estava acontecendo, e os adultos sempre querem "proteger" as crianças, não lhes contando a verdade. Essa cena se repetiu muitas vezes: ela chegava em casa machucada, ficava alguns dias e depois voltava para sua casa.

Com o tempo, fui compreendendo o que acontecia. Meu avô era o agressor. Ele batia em minha avó, num sistema contínuo de opressão e violência. Como afirma Lugones (2014), o sistema de dominação colonial não apenas impôs hierarquias raciais e econômicas, mas também reconfigurou e aprofundou as opressões de gênero, criando um patriarcado ainda mais violento e desumanizador.

Eu não entendia por que minha avó, mãe de três mulheres, voltava para casa dele. Será que gostava de apanhar? Essa é uma pergunta que já ouvi muito — o questionamento cruel e recorrente da sociedade. Como tantas mulheres que vi ao longo da vida, cenas de violência se repetiam. Lugones (2014) argumenta que a colonialidade do poder impôs uma estrutura de gênero hierárquica e opressiva, desumanizando as mulheres colonizadas e perpetuando a violência patriarcal.

Hoje, faço minhas próprias perguntas e também procuro minhas respostas. Como posso ajudar essa mulher? O que posso fazer para ampará-la nesse momento de sofrimento? São questionamentos não julgativos. Conto essa história porque, a partir desse relato, decidi não aceitar menos do que mereço. Isso me impulsiona a estudar e lutar por um feminismo de liberdade, onde meu "eu" seja o mais importante.

Preciso também relatar sobre outras mulheres das quais sou descendente. Minha bisavó materna, segundo relatos familiares, teria sido "pegada a laço"[4]. Esse fato me traz a percepção de que somos descendentes indígenas, mas a expressão me entristece profundamente, pois revela os horrores que minha bisavó provavelmente sofreu nas mãos de seus agressores.

Minha avó, quando a conheci, já morava em Angélica, Mato Grosso do Sul. Era baixinha, magrinha, negra, de cabelos lisos. Nascida no Nordeste, era valente. Mãe de nove filhas mulheres e um filho, todas receberam seu segundo nome: Júlia (Maria Júlia, Francisca Júlia [em memória], Fátima Júlia [em memória], Rita Júlia, Vera Júlia, Rosa Júlia, Antonia Júlia, Célia Júlia e Lucilene Júlia), e teve um filho, Antônio, gêmeo de Antonia — todos nascidos em casa. Minha avó trabalhou toda a sua vida, desde a roça até ser merendeira de escola. Já meu avô era muito trabalhador, mas gastava o que ganhava com cassinos e outras mulheres. Assim, a mulher, com filhos para alimentar, não teve outra opção senão trabalhar, parir e sofrer. Minha avó nos deixou em 2023. Conto essas histórias porque somos uma família de mulheres, cada uma em seu tempo, vivendo as amarguras e bem-aventuranças de suas histórias.

Como já mencionei, é com nossas histórias e memórias que vamos moldando nossa própria existência. Minha mãe sempre me dizia: "Se você não quer depender de um marido, estude." Era seu desejo que suas filhas obtivessem educação e conquistassem uma profissão, garantindo assim independência financeira. Foi ela quem primeiro me incentivou a adotar uma postura feminista, mesmo sem a plena consciência do que isso significava. Desde muito tempo, ela já expressava ideias alinhadas ao feminismo, impulsionando-nos a buscar igualdade e autonomia.

Um momento crucial que marcou uma virada em nossas vidas foi o dia 8 de abril de 1996, quando ocorreu a ocupação da fazenda. Meu pai vinha participando de reuniões do

[4] Expressão usada para designar as perseguições que as mulheres indígenas sofriam por não aceitarem a colonização europeia. (Macedo, 2023). Disponível em: https://www.assembleiapopular.com.br/post/a-ancestral-pega-no-la%C3%A7o-e-a-normaliza%C3%A7%C3%A3o-da-viol%C3%AAncia-contra-mulheres-ind%C3%ADgenas.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) havia vários meses, expressando seu desejo de engajar-se em uma "luta sem armas" pela conquista de um pedaço de terra. Foi nesse dia que realmente passei a conhecer o MST. No início, eu sentia certo receio, pois, na região onde morávamos, havia muito preconceito, e os participantes do movimento eram rotulados como "invasores", "ladrões" ou "baderneiros". O fato é que sempre existiu um forte preconceito em relação àqueles que se engajam em movimentos de luta por terra, por educação, por direitos das mulheres ou por políticas públicas que atendam às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Após inúmeras batalhas e uma longa caminhada até Cuiabá, enfrentando adversidades, finalmente conquistamos a terra almejada. O local destinado para o assentamento era uma fazenda situada no município de Mirassol D'Oeste. Foram 146 famílias assentadas e, em reunião, decidiu-se nomeá-lo como "Assentamento Margarida Alves". Meu pai nomeou seu sítio de Padã-Arã[5].

Minha mãe conseguiu rapidamente uma transferência e começou a trabalhar na escola que, em tributo à luta pela igualdade racial, recebeu o nome de "Escola Municipal Zumbi dos Palmares". Enquanto isso, meu pai se empenhou na construção de nossa casa, possibilitando que todos nós nos estabelecêssemos no sítio.

Concluí o ensino médio com determinação, viajando à noite de ônibus para a cidade. Sempre cultivei uma paixão pelos estudos. Ainda na adolescência, eu observava os estudantes aguardando o ônibus que os levaria à faculdade em Cáceres. Pensava: um dia também vou nesse ônibus estudar. E, de certa forma, foi exatamente assim que aconteceu. Em 2002, fui aprovada no vestibular para o curso de Licenciatura em Geografia no "Campus Jane Vanini", em Cáceres. Era a realização de um sonho, meu e de toda a família. No entanto, enfrentei muitas dificuldades para frequentar as aulas em Cáceres.

A viagem de ônibus não foi tão simples quanto eu imaginava. Morando no sítio, eu precisava percorrer dez quilômetros de moto até chegar à rodovia, onde embarcaria no ônibus. Teve dias de medo, dias sofridos com chuva, e o pior era o frio — que até hoje sinto, o vento cortando meu peito. Tinha dias em que a moto quebrava no caminho, e foram muitas as aventuras e adversidades. Mas também recebi muitos incentivos por parte da família e dos amigos e, com o sonho de dias melhores, não desisti.

[5] Padã-arã, na bíblia, era uma região de caminho das caravanas e um importante centro mercantil. Abraão viveu no local antes de se mudar para Canaã.

Apesar de todos os obstáculos, foi durante os quatro anos de graduação que tive a oportunidade de mergulhar em diversas literaturas e aprofundar meus conhecimentos sobre a luta pela terra e pela educação de qualidade. Aprendi que os assentamentos rurais proporcionam uma vida digna e garantem o alimento na mesa de muitas pessoas que anteriormente viviam nas periferias urbanas. Também me firmei como mulher e pude conhecer um pouco mais sobre as lutas femininas.

Enquanto dava os primeiros passos em minha jornada acadêmica, também me envolvia ativamente em diversas atividades promovidas no Assentamento. Participava da igreja, integrava grupos de jovens, frequentava cursos culinários, reunia-me com mulheres em encontros e também participava de reuniões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse período, minha mãe e outras mulheres uniram-se em um coletivo, formando o grupo "As Margaridas". Eu passei a admirar essas iniciativas. Assim, inspirada por essas lutas feministas, escolhi o tema para meu trabalho de conclusão da graduação: "O processo de Apropriação das terras e a Presença da Mulher nas Lutas Agrárias: Um Estudo Sobre o Grupo de Mulheres 'As Margaridas' localizado no Assentamento Margarida Alves em Mirassol D'Oeste – MT". Esse grupo de mulheres sempre me encantou e fortaleceu na luta por direitos igualitários, a superação do patriarcado e, especialmente, na busca pela independência financeira.

Os caminhos da vida são imprevisíveis, muitas vezes seguindo trajetórias que não planejamos ou antecipamos, mas sim moldados pelos acontecimentos. Iniciei minha carreira lecionando, contratada pela rede municipal e estadual, com o objetivo e sonho de conquistar um cargo por meio de concurso público. No entanto, me casei e tive meu primeiro filho (Pietro), que foi um momento único em minha vida.

Conquistei meu grande sonho em 2011, quando fui aprovada em primeiro lugar no concurso público do estado de Mato Grosso, para o cargo de professora. Finalmente, estava garantido um emprego estável. Durante esses últimos treze anos, atuei como professora e coordenadora pedagógica em uma escola urbana no município de Mirassol D'Oeste. Passei por momentos tristes, mas os dias felizes são superiores. Vivi a experiência do segundo amor materno em 2018, com o nascimento da minha pequena Maria Julia (continuidade das Julias), que fortaleceu e expandiu ainda mais todo o amor de mãe que posso oferecer a eles. Nos últimos anos, senti a necessidade de ressignificar minha trajetória acadêmica e profissional, buscando ampliar meus conhecimentos. Influenciada por amigos e, especialmente, pela minha amiga Milena, fui encorajada a desafiar-me e ingressar no

programa de mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu-UNEMAT).

Embora não tenha sido aprovada na primeira tentativa, não desisti. Optei por participar como aluna especial na disciplina de Etnografia e Pesquisa na Educação, onde tive a oportunidade de conhecer duas pessoas incrivelmente inspiradoras e sensíveis: a professora Rosane e o professor Adriano. Sob suas orientações, percebi a importância e o quanto sinto necessidade em pesquisar sobre as mulheres. Acredito que, de alguma forma, quanto mais busco conhecimentos sobre os direitos e lutas feministas, mais consigo incentivar outras mulheres a não aceitarem ser subjugadas, nem em seus lares, como também na sociedade.

Paulo Freire aborda a pedagogia da libertação como um processo de desprendimento das amarras impostas pela sociedade, permitindo uma expressão genuína e autêntica dos indivíduos. Junto das ideias de Freire, eu também compartilho da expressão de Katherine Walsh (2013, p. 18, tradução nossa), ao ressaltar: "Meu grito é produto e reflexo do acúmulo de um sentimento. De sentimentos 'sinceros e vividos' que começaram a transbordar"[6], indicando que o grito de libertação é resultado de sentimentos profundamente vividos e experienciados, que transbordam diante das atitudes patriarcais, violentas e abusivas presentes no mundo em que as mulheres habitam. Essa reflexão sugere que a pedagogia da libertação não se restringe apenas ao campo educacional, mas permeia todos os aspectos da vida humana, buscando romper com estruturas opressivas e possibilitar uma existência mais digna e autêntica para todos.

E, para complementar o poema de Ângela Cavalcanti descrito acima, me ponho diante de tal desafio: retratar "As Margaridas". Mesmo com alegria e lágrimas, sou corajosa, mas também tenho medo. Neste caminho desconhecido da academia e do feminismo, sinto que corri uma maratona inteira, mas ainda foram poucos passos. Contemplo novos olhares, novas ideias e novas percepções do mundo ao meu redor.

Essas histórias de vida, entrelaçadas por gerações de mulheres determinadas, convergem no coletivo "As Margaridas". Essas mulheres protagonizam o processo de descolonização de diversas maneiras: na forma de se vestir, caminhar, se posicionar, viajar, produzir, fortalecer o associativismo e conquistar autonomia econômica. Como margaridas resilientes à seca, florescem mesmo diante das adversidades. O verdadeiro encantamento

[6] "Mi grito es producto y reflejo de la acumulación de un sentir. De unos sentires sentidos y vividos que empezaron a rebosarse".

reside na conexão entre elas, que juntas redefinem o significado de ser mulher, transformando o espaço geográfico em um lugar vivo, marcado pela luta e pela resistência.

2.2 O lugar onde nascem as "Margaridas"

Margaridas são flores delicadas
Me lembram branduras e gentilezas
Que algumas amigas semeiam por aqui.
Aqui, onde tudo as vezes é tão cinzento
Trazem beleza, perfume a vida.
Pessoas, margaridas... delicadezas do viver!
Por isso busco campos dessas... "Margaridas".
Elisa Flor[7]

As "Margaridas", simbolicamente semeadas no jardim desta pesquisa, agora revelam suas raízes e seu território de origem. O foco deste estudo está na apropriação da vida e da luta dessas mulheres, que personificam a resistência e a busca por autonomia. Inseridas na complexidade do Pensamento Decolonial, elas se espalham por toda a América Latina, carregando histórias e características distintas. No entanto, compartilham um sonho comum: a luta pela libertação da subjugação imposta à própria existência feminina.

As "Margaridas" às quais nos referimos diretamente estão no município de Mirassol D'Oeste, situado no sudoeste do estado de Mato Grosso, a aproximadamente 288 quilômetros da capital, Cuiabá. É ali que se encontra o Assentamento Margarida Alves, foco desta pesquisa. Essas terras, outrora habitadas pelos povos originários Bororo, também conhecidos como Cabaçais, hoje os abrigam em outra localidade — atualmente, esses povos estão presentes na região do município de Barra do Bugres/MT.

A colonização do município teve início na década de 1950, quando imigrantes paulistas, participantes da chamada "Marcha para o Oeste", se estabeleceram na região com o objetivo de colonizá-la. O próprio município recebeu o nome de Mirassol D'Oeste em homenagem aos seus primeiros colonizadores, oriundos da cidade de Mirassol, no estado de São Paulo.

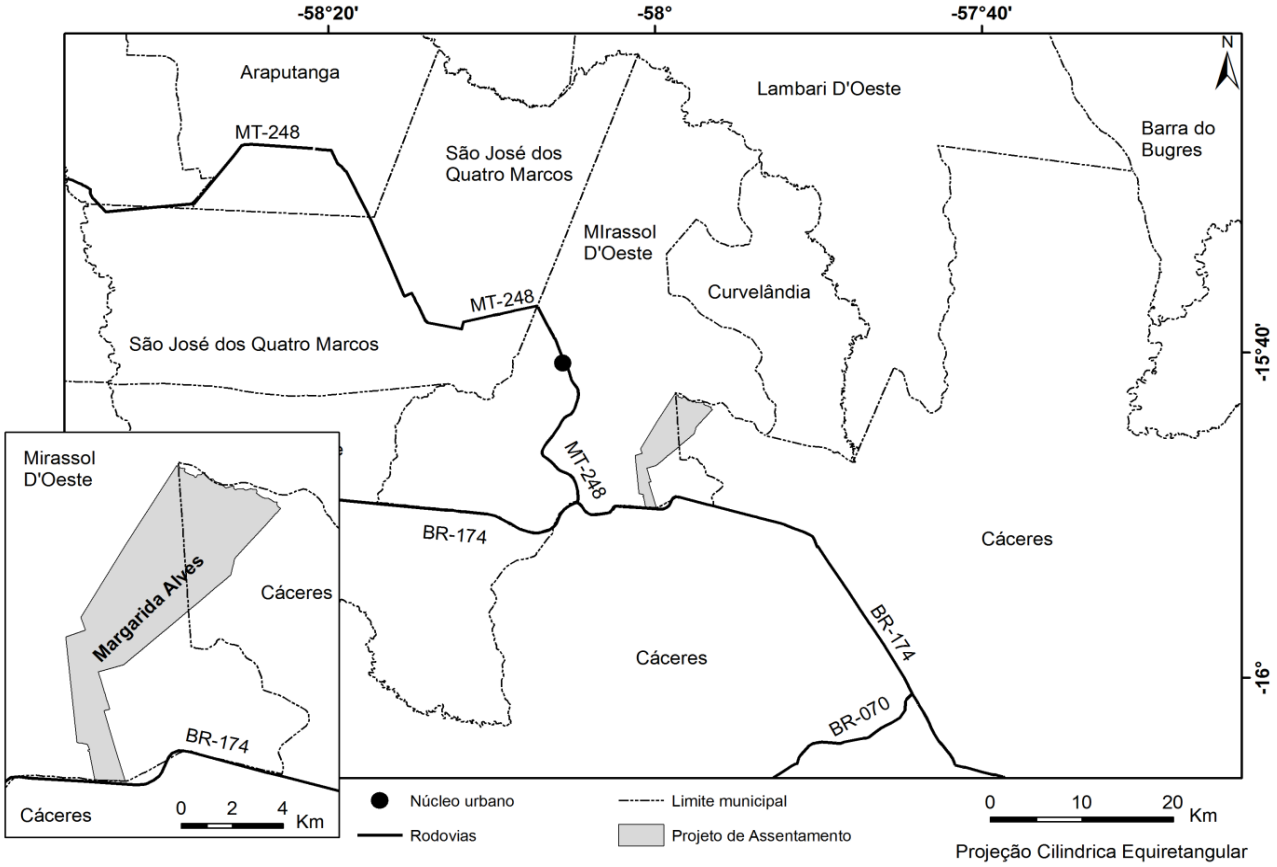
Nesse cenário se inserem o município de Mirassol D'Oeste e o Assentamento Margarida Alves, que estão incluídos no contexto do colonialismo interno, conforme discutido por Pablo González Casanova (2007). A colonialidade recente expressa a continuidade das estruturas coloniais que, mesmo após os processos formais de

[7] Disponível em: https://www.pensador.com/frase/MTkzMjQ1MQ/

independência, ainda organizam as relações sociais, econômicas e políticas dentro dos Estados nacionais.

As pessoas que migraram para Mato Grosso, especialmente aquelas que compõem o Assentamento Margarida Alves, em sua maioria vieram de diferentes regiões do Brasil, impulsionadas pela busca por terra e por melhores condições de vida. Entretanto, essa migração foi mediada por discursos modernizantes e desenvolvimentistas que, ao invés de promoverem um rompimento com a colonialidade do poder, acabaram por reproduzir relações de exploração e marginalização. O pensamento decolonial questiona justamente essa imposição de um modelo econômico e social que ignora as dinâmicas locais e os saberes tradicionais, reduzindo os assentados a meros agentes de uma economia que ainda os subalterniza.

Mapa 1 - Município de Mirassol D' Oeste destacando o Assentamento Margarida Alves



Fonte: Mendes, Neves e Neves (2014)

O Assentamento Margarida Alves (em destaque no mapa acima) possui dois acessos principais, mais utilizados para o deslocamento dos assentados e a circulação de pessoas. Partindo de Cáceres pela BR-174, após cerca de cinquenta quilômetros, acessa-se à direita e já

se encontram os primeiros sítios do assentamento. Saindo de Mirassol D'Oeste em direção ao município de Curvelândia pela MT-250, após doze quilômetros, vira-se à direita, percorrendo mais dez quilômetros por uma estrada vicinal até alcançar o assentamento.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o município de Mirassol D'Oeste possuía uma população total de 26.785 habitantes. Desses, 13.409 são mulheres, número ligeiramente superior ao de homens, que totalizam 13.375. Essa tendência também se verifica em nível nacional, onde os dados indicam que 51,1% da população é do sexo feminino.

A economia do município é fundamentada na produção agropecuária, com destaque para a pecuária extensiva e o cultivo de cana-de-açúcar, predominantes em grandes propriedades rurais. Essa configuração revela o que Casanova (2007) denomina como a perpetuação de um modelo agroexportador que, historicamente, marginaliza pequenos agricultores e comunidades assentadas.

Mesmo diante da força do agronegócio, destacam-se no município os pequenos proprietários e os assentamentos, que desempenham um papel relevante na economia local e na segurança alimentar urbana. Essa resistência não se dá apenas na ocupação da terra, mas também na disputa de narrativas sobre desenvolvimento e sustentabilidade. A agricultura familiar e a produção oriunda dos assentamentos, em muitos casos, propõem modos alternativos de organização econômica baseados na reciprocidade, na agroecologia e na valorização dos saberes locais, desafiando o modelo hegemônico de exploração de terras e recursos.

O Assentamento Margarida Alves surgiu a partir das lutas pela reforma agrária, com o respaldo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 8 de abril de 1996, cerca de 1.503 famílias se mobilizaram e acamparam próximo ao distrito de Caramujo, no município de Cáceres, ocupando um latifúndio. Apesar das pressões do latifundiário e do governo para desocupação da área, as famílias resistiram. Realizaram manifestações, ocupações junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e uma marcha até a capital, Cuiabá, onde foram realizadas negociações até que seus direitos à reforma agrária fossem atendidos.

De acordo com Oliveira (2002, p. 14), "Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto". Após extensas negociações, os acampados alcançaram uma vitória significativa: diversas áreas no estado de Mato Grosso foram desapropriadas. No município

de Mirassol D'Oeste, a fazenda "Mirante", com uma área de 3.903 hectares, foi desapropriada — o local ficava a cerca de vinte quilômetros do acampamento.

Como resultado, essa área foi dividida em 145 lotes de 25 hectares cada. As famílias aguardaram o loteamento adequado, que seria realizado pelo INCRA. Esse processo de divisão e os trâmites legais para a formalização do assentamento levaram aproximadamente doze meses. O assentamento foi nomeado "Assentamento Margarida Alves". Após um sorteio, cada família foi designada para seu lote, marcando assim o início de sua vida no assentamento.

Inicialmente, os assentados enfrentaram grandes desafios para permanecer na terra, uma vez que, ao se estabelecerem em um local novo, a maioria não dispunha de recursos financeiros para iniciar atividades agrícolas ou adquirir animais. Esse contexto deu início a um processo de luta pela permanência, envolvendo a construção de infraestrutura básica, como moradias, escola e posto de saúde, além da busca por financiamentos que apoiassem esse processo.

Houve uma série de mobilizações e intensas demandas direcionadas aos órgãos governamentais. Dentro do contexto das políticas públicas vigentes, os assentados se organizaram em associações e grupos, o que lhes permitiu acessar recursos. Dentre os principais programas, destacam-se o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o crédito de custeio agrícola e as verbas destinadas à construção das casas.

> Na atualidade, as famílias assentadas no Margarida Alves têm como base produtiva a agricultura familiar, destacando-se a criação de gado leiteiro e o extrativismo como alternativa viável para gerar renda para as famílias assentadas, porque ambas as atividades implicam em entradas mensais ou quinzenais de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção (Mendes; Neves; Neves, 2014, p. 40).

Os autores destacam a importância da agricultura familiar e do extrativismo como base produtiva para as famílias assentadas no Assentamento Margarida Alves. Ao enfatizarem a criação de gado leiteiro e o extrativismo como fontes de renda viáveis, ressaltam a relevância dessas atividades para garantir o sustento das famílias e custear os gastos domésticos, contribuindo para a estabilidade financeira e a manutenção das famílias assentadas. No contexto da reforma agrária, as estratégias de subsistência e geração de renda das famílias rurais ganham relevância para o bem-estar e a autonomia dessas comunidades.

Portanto, a lógica do capitalismo é outra: traz uma abordagem microeconômica que, embora não ignore o ambiente macro do sistema capitalista, leva em consideração as reações a esse sistema, adotando outras estratégias de produção com enfoques sociológicos e antropológicos (Plein, 2010).

No entanto, os recursos financeiros viabilizados por meio de projetos e associações sempre tiveram os homens como principais receptores ou ocupantes dos cargos de liderança. À maioria das mulheres cabia apenas a posição de membros participantes. Grande parte delas não tinha o controle do dinheiro recebido, ficando a administração dos recursos sob responsabilidade do marido. Esse é um dos principais motivos que impulsionaram a organização das mulheres em grupos.

O nome "Assentamento Margarida Alves" homenageia a sindicalista Margarida Alves, figura pioneira na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Ela foi a primeira mulher, no estado da Paraíba, a ser eleita e reeleita por dez anos consecutivos para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Suas demandas incluíam conquistas como o 13º salário, férias, salário-maternidade e uma jornada de trabalho de 8 horas diárias para os trabalhadores do campo. Sua incansável luta por justiça, suas denúncias e as vitórias alcançadas nos tribunais incomodaram muitos latifundiários, resultando em constantes ameaças de morte.

Margarida Alves foi assassinada aos 50 anos de idade, em 12 de agosto de 1983, mas sua voz não foi silenciada: reverberou por todo o país em discursos, protestos, no hino e na Marcha das Margaridas, tornando-se um símbolo da luta pela dignidade das mulheres e dos trabalhadores rurais. Desde os acampamentos do MST, destaca-se a valorização da voz e do trabalho das mulheres, evidenciada pelos núcleos de gênero, onde ocorrem debates, oficinas e místicas[8], bem como a promoção da divisão equitativa das tarefas.

O assentamento constitui o novo espaço que se torna o "lugar" de muitas famílias. O conceito de "lugar" abrange diversas dimensões, incluindo aspectos físicos e simbólicos. Na geografia, refere-se fisicamente a uma porção específica do espaço geográfico. Segundo o dicionário online Priberam (2020), é definido como o "espaço ocupado ou passível de ser ocupado por um corpo". Esses conceitos se entrelaçam, pois um lugar é também moldado pelas atividades humanas que ali ocorrem.

[8] "No MST, mística refere algo intangível, é a qualidade de confiança, coragem e firmeza ante situações favoráveis ou adversas da luta pela terra. Mística é também o nome dado a cerimônias com características rituais realizadas precipuamente com intuito motivacional" (Chaves, 2022, p. 2).

Nos conceitos delineados por Milton Santos (1996), “lugar” é caracterizado como um espaço que acolhe o novo, mas que também resiste às mudanças. Nesse espaço, preservam-se elementos fundamentais da cultura, da sociabilidade, da vizinhança, da solidariedade e da resistência. Para Yi-Fu Tuan (1983, p. 06), “o que começa como um espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o dotamos de valor”. Dessa forma, percebemos a essência do “lugar” nas interações entre as pessoas, nas familiaridades compartilhadas, nas memórias afetivas que o permeiam e na vivência cotidiana ali construída.

No período em que as famílias ainda estão nos acampamentos, estão sujeitas a deslocamentos frequentes de um local para outro. No assentamento, essa instabilidade é reduzida, o que permite a fixação da residência e a consolidação de uma comunidade estável. Conforme observa Fabrine (2002, p. 83), “a ocupação de terra e o acampamento são condições essenciais para a territorialização da luta pela terra”. No assentamento, a fixação da moradia e a construção de uma comunidade coesa tornam-se aspectos fundamentais, promovendo o estabelecimento de laços de companheirismo e solidariedade.

A casa de cada mulher é seu “lugar” de preferência. Isso foi evidenciado nas entrevistas individuais, quase todas realizadas nas residências das entrevistadas. Todas as casas possuem áreas externas, onde nos sentamos em cadeiras confortáveis, observando os amplos quintais, os pastos, os babaçus e os jardins. Nos quintais, há flores e muitas plantas frutíferas — mangas, limões, laranjas, jabuticabas, entre outras frutas — que conferem cheiro e aparência de campo.

Destaco a observação feita ao chegar às casas e iniciar os diálogos: as mulheres sempre relatam suas atividades no sítio. Ajudam — ou, muitas vezes, cuidam sozinhas — da horta, dos animais (porcos, galinhas), participam do processo de ordenha e também trabalham na roça. Porém, todas, sem exceção, reclamam dos afazeres domésticos. Eu prefiro chamar de "trabalho", pois essas atividades são realizadas por elas sozinhas, não são remuneradas e não têm fim. As ações realizadas no grupo são momentos de distração, interação e respiro fora do ambiente doméstico.

O espaço central para o grupo de mulheres “As Margaridas” é composto pelo local de trabalho, pelas reuniões e pelas interações em viagens e encontros com outros grupos. É nesse ambiente que elas se encontram, interagem, socializam, se educam, constroem memórias afetivas e compartilham experiências do cotidiano.

No início, as reuniões ocorriam embaixo das árvores, no pátio do posto de saúde. Posteriormente, por meio de esforços junto ao INCRA, conseguiram o direito de utilizar uma

casa de tábuas da antiga sede da fazenda. Com a colaboração de alguns maridos apoiadores, construíram o espaço onde hoje ocorrem as reuniões e o trabalho com o coco babaçu. As mulheres se referem a esse lugar como a “casinha das Margaridas” (Fotografia 1).

Fotografia 1 - Primeira sede da unidade de processamento do coco de babaçu (“casinha”)



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora (2024).

Para garantir que a produção atendesse às exigências sanitárias, tornou-se fundamental a criação de um espaço adequado. Com o apoio de uma rede de parceiros — incluindo a FASE e programas como o Fundo Amazônia e o REDD Early Movers (REM) — foi possível viabilizar essa iniciativa. Na Fotografia 2, observa-se a estrutura construída em alvenaria, projetada de acordo com os padrões estabelecidos pela vigilância sanitária.

Fotografia 2 - Atual unidade de processamento do coco de babaçu e fabricação dos produtos pelo grupo "As Margaridas"



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora (2024).

A primeira unidade de processamento feita em alvenaria foi construída com recursos do Fundo Amazônia, que reúne doações internacionais para financiar ações de redução da degradação florestal. Esse fundo apoia comunidades tradicionais e ONGs que atuam com objetivos de mitigação climática, fortalecendo iniciativas sustentáveis. Recentemente, a ARPEP recebeu incentivos financeiros do programa REM para reformar a unidade de processamento, adquirir equipamentos que auxiliem na produção — como cilindros e fornos elétricos — e viabilizar um intercâmbio com as mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), no Maranhão, promovendo a troca de saberes.

O REM é uma iniciativa global que apoia países, regiões, entidades e grupos que adotam medidas para a proteção de áreas florestais. Nesse contexto, o grupo de mulheres "As Margaridas" e a ARPEP atendem às expectativas dos programas por serem uma associação formada exclusivamente por mulheres, cuja produção se baseia no extrativismo sustentável e em práticas que contribuem para a preservação da natureza. Além de impulsionar a economia local, essas iniciativas fortalecem a autonomia feminina e a valorização do conhecimento tradicional na região do Pantanal.

Atualmente, a "casinha" funciona como uma unidade de processamento do coco babaçu, onde são produzidos pães e bolachas enriquecidos com a farinha extraída do coco. As atividades são realizadas de forma manual, com o auxílio de implementos semi-industriais, garantindo a preservação dos saberes tradicionais. Esse espaço não apenas fortalece a

autonomia das mulheres envolvidas, mas também agrega valor aos produtos extrativistas, promovendo a sustentabilidade econômica e a valorização dos conhecimentos ancestrais.

Para darmos continuidade à pesquisa, abordaremos a história do grupo de mulheres "As Margaridas".

2.3 O Grupo "As Margaridas"

> Onde pisa uma mulher há sentimento, onde pisam duas mulheres, há determinação; onde pisam três mulheres, a organização nasce. Mas quando mais mulheres se juntam e pisam em terra firme, germina a esperança. (Sanches, 2008)[9]

Para compreendermos as histórias de vida das mulheres que atualmente fazem parte do grupo "As Margaridas", é importante abordarmos os desafios enfrentados por elas ao se tornarem assentadas. Essa nova realidade envolve uma série de dificuldades, como o gerenciamento do sítio, a distância geográfica, os cuidados com a casa e os filhos e, principalmente, a persistente influência do patriarcado. Esses fatores, muitas vezes, afastam as mulheres das atividades em grupo, conforme observado por Lavratti e Ferreira (2015).

> Isso se dá porque enquanto essas mulheres participam da luta pela terra estão em conjunto com os homens, mas, a partir do momento em que conquistam os assentamentos, é comumente visto a necessidade do trabalho individualizado, onde cada família estrutura seu lote, e as mulheres se voltam apenas para o espaço privado, para o mundo da casa e da roça, voltando a assumir seus papéis domésticos, que ainda se encontra no formato das famílias tradicionais, determinado por gênero, a execução de determinadas tarefas [...] (Lavratti; Ferreira, 2015, p. 4-5).

Ao analisarmos a dinâmica da luta pela terra, percebemos que as mulheres sempre estiveram ativamente envolvidas, lado a lado com os homens. No entanto, no contexto do Assentamento Margarida Alves, no município de Mirassol D'Oeste/MT, embora as mulheres participem das associações e cooperativas, é notável a falta de oportunidades para que assumam cargos de liderança ou conquistem independência financeira — papéis que geralmente são reservados aos homens. Tradicionalmente, suas tarefas tendem a se concentrar nas atividades relacionadas ao espaço doméstico.

Para Refati, Fabrini e Marschner (2017, p. 85), "a mulher não é a mesma antes e depois do acampamento; neste processo ela vai construindo a sua consciência na busca da visibilidade [...]". As mulheres passam a ter uma maior conscientização sobre seu próprio valor e capacidades, desafiando as normas de gênero que limitam seu papel à esfera

[9] Disponível em: https://caranguejoantenado.org.br/onde-pisa-uma-mulher-ha-sentimento.

doméstica. Sejam ao lado do parceiro ou como chefes de família, elas reivindicam sua autonomia e a importância de seu trabalho na economia familiar.

Ressaltamos que essas transformações não ocorrem sem desafios e resistência. Em todas as esferas da sociedade, é notável a persistência em manter normas e regras de gênero profundamente arraigadas nas estruturas sociais, que muitas vezes destinam às mulheres papéis tradicionalmente domésticos e subalternos. Para Lavratti e Ferreira (2015, p. 7), "a construção da identidade da luta das mulheres deve adentrar na estrutura do movimento social do campo, não para construir um movimento feminista à parte, mas sim, como fator principal para a prática de uma igualdade de gênero". No contexto dos assentamentos, as mulheres, em sua busca por visibilidade, também enfrentam os obstáculos impostos pelo patriarcado e pela divisão desigual do trabalho.

Dessa forma, na intenção de superar as barreiras estabelecidas pelo patriarcado e conquistar independência financeira, as mulheres dos assentamentos vêm demonstrando que a união fortalece a construção de identidades e das relações coletivas. Assim, elas recriam e ressignificam o processo de luta social como um projeto de sociedade e de futuro (Silva; Corrêa; Negretto, 2018).

Segundo Paulo Freire (1987), o "ressignificar" é intrínseco ao processo de educação transformadora, representando um caminho rumo à libertação e ao empoderamento das pessoas. Neste contexto, enfatizamos que, por meio da crítica, do conhecimento adquirido e das experiências vivenciadas, ocorre um movimento de reconstrução de significados que permite às mulheres libertarem-se das amarras impostas e assumirem um papel ativo na própria transformação e na transformação da sociedade.

Destacamos, ainda, a epígrafe no início deste texto, que evidencia a força, a sensibilidade e o impacto coletivo das mulheres. Quando várias mulheres se unem, fortalecem-se mutuamente, aumentando sua vontade e capacidade de ação, criando bases sólidas para mudanças reais e duradouras. Através da solidariedade e do trabalho conjunto, as mulheres podem alcançar grandes conquistas, superando desafios e promovendo mudanças significativas na sociedade.

> O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (Silva; Wendhausen, 2012, p. 107)

Desde a criação do Assentamento, algumas mulheres têm se destacado por sua participação ativa em cursos promovidos por instituições como a Empaer-MT (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural) e Organizações Não Governamentais (ONGs), enquanto outras participaram com menor frequência. Esses cursos abrangeram uma variedade de temas e ofertaram formações profissionalizantes em áreas como artesanato, corte e costura, aproveitamento alimentar, produção e aproveitamento de leite, cuidados com a horta doméstica, entre outros.

Essas iniciativas proporcionaram conhecimentos significativos e, sobretudo, contribuíram para a elevação da autoestima das mulheres. Além disso, muitas passaram a economizar e a administrar melhor os gastos familiares ao cultivarem suas próprias hortas e ao produzirem leite, garantindo, assim, maior sustentabilidade para suas famílias. Algumas mulheres compartilham que, para fortalecer os laços de amizade, foi necessário se unirem, pois os cursos eram breves e não ocorriam com frequência, o que levava cada participante a retornar para sua casa e a trabalhar de forma individual após a conclusão dos programas.

Esses cursos foram fundamentais para incentivar a união entre as mulheres, com o objetivo inicial de aprimorar a alimentação e buscar alternativas para o tratamento de doenças por meio do cultivo de plantas medicinais. Foi assim que, em abril de 2003, teve início a formação do grupo de mulheres no Assentamento Margarida Alves. A proposta inicial era cultivar uma horta em uma área social próxima ao posto de saúde da comunidade e promover encontros para dialogar sobre suas necessidades. Dona Rita Julia e Dona Eni relatam como ocorreu o início do grupo:

> Depois de ter participado de um curso de plantas medicinais, com a professora Marlene de Cuiabá, eu e a Lucia resolvemos convidar as mulheres para formar um grupo e plantar plantas medicinais na área do posto de saúde, para melhorar a vida das famílias do Assentamento, com orientação e projetos e companheirismo (Rita Julia, 2024).

A partir da experiência do curso de plantas medicinais, formou-se o grupo de mulheres, surgindo como uma iniciativa coletiva impulsionada pelo desejo de promover melhorias na qualidade de vida das famílias do Assentamento. Essa iniciativa não apenas fortaleceu os laços entre as participantes, mas também possibilitou o acesso a conhecimentos sobre práticas naturais de cuidado com a saúde, promovendo autonomia e bem-estar para a comunidade — como também podemos observar no depoimento de Dona Eni.

> Teve dois cursos aqui no Assentamento, um lá embaixo, no outro grupo, e outro aqui perto na Agrovila, de horta, o outro era de plantas medicinais. Eu fiquei aqui

> perto, no de horta e fertilizante. Depois que passou o curso as mulheres lá, ia se reunir e me chamaram pra fazer parte da horta, até hoje a gente sonha com aquela horta, de bom que era, a gente tem um sonho de fazer de novo, mas agora nós já tomamos todas velhas, já quase não conseguem mais com o pesado. E hoje as mais nova só escoram. Quando começou nós íamos trabalhar todo dia, nos revezava na horta, e não dava dinheiro né (Eni, 2024).

Dessa forma, o Grupo de Mulheres no Assentamento Margarida Alves surgiu (Fotografia 3), à semelhança de outros grupos pelo país, mas com a necessidade de estabelecer uma identidade e assumir o protagonismo de suas próprias vidas. Contando com o apoio de uma rede de incentivadores, como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), a identidade do grupo foi sendo construída. Silva (2021, p. 27) afirma: "a constituição de uma identidade é a reafirmação de um pertencimento a esta comunidade que pode ser percebida discursivamente".

Fotografia 3 - As fundadoras do grupo "As Margaridas" na primeira horta medicinal



Nota: Nesta fotografia, apresenta-se, da esquerda para a direita (em pé): Maria Rosa, Marli Sonia, Rita Julia, Sueli e Penha; (abaixadas): Elenice, Neide e Selma.
Fonte: Acervo pessoal de Rita Julia, 2003.

A persistência das mulheres em manter o grupo é muito forte. Com a necessidade de gerar renda e intermediadas pela FASE, foi realizado um curso oferecido pelo CTA (Centro de Tecnologia Alternativa), no qual as mulheres foram incentivadas pela formadora a iniciar a produção de derivados do coco babaçu (*Orbignya speciosa*), uma palmeira abundante na região. Inspiradas por outros grupos, especialmente pelas Quebradeiras de Coco do Maranhão, elas vislumbraram a oportunidade de gerar renda por meio dessa atividade.

Esse curso desempenhou um papel fundamental no empoderamento feminino e no início da produção de mesocarpo e farinha de babaçu. Podemos observar, na Fotografia 4, que o tempo fortaleceu e expandiu as atividades do grupo. Atualmente, a fabricação de pães e bolachas enriquecidos com a farinha de babaçu é a principal fonte de renda das mulheres. Embora haja no grupo participantes que não atuem diretamente na produção, a organização das tarefas é realizada conforme as necessidades e condições individuais, sempre priorizando o trabalho coletivo.

Fotografia 4 - Mulheres "Margaridas"



Nota: apresentamos "As Margaridas". Da esquerda para a direita: Maria Rosa, Eni, Sueli, Marialeuza, Vilma, Luzia, Rosangela, Maria, Célia, Shirley, Maria de Fatima, Aparecida, Marli e Rita Julia.
Fonte: arquivo pessoal das integrantes do grupo de mulheres "As Margaridas" (2025).

Dona Eni expressa com emoção o fato de ter deixado de produzir os pães e as bolachas, relatando que, atualmente, participa apenas eventualmente das atividades do grupo.

> Eu estou no grupo desde o começo. Como eu já falei né, desde aquela época, eu nunca mais saí. Trabalhei na horta, cato coco, faço mesocarpo, faço a farinha também, fiz muito pão e bolacha, até 2018, aí meu pai ficou doente e faleceu, foi eu

> e meu marido cuidar do sítio dele lá em Rio Branco, minha mãe também debilitada, precisava de ajuda pra tudo, aí resolvi ficar cuidando dela e não conseguia mais ajudar no grupo. Agora faço só aqui pra casa mesmo, acabou que faz uns sete meses que minha mãe faleceu também. Mas eu não vou mais fazer projeto, tô aposentada, já não consigo mais igual antes, mas quero continuar associada, nunca vou deixar de ser associadas da ARPEP, foi com a associação que ficamos fortes, quero participar das outras atividades, dos encontros, cursos e das viagens... (Eni, 2024).

Percebemos semelhanças entre a fala de Dona Eni e as declarações de outras mulheres que fazem parte do grupo desde o início, evidenciando um profundo senso de pertencimento e identidade com o grupo "As Margaridas". Apesar das dificuldades pessoais, das mudanças em suas vidas, do envelhecimento e, muitas vezes, da necessidade de cuidar dos pais ou netos, elas mantêm uma conexão inquebrável com o grupo e a associação. Para elas, o grupo representa não apenas um espaço de trabalho, mas também uma fonte de força coletiva e realização pessoal.

Por meio dessas narrativas, percebemos como o pertencimento a um grupo pode moldar profundamente a identidade de uma pessoa, tornando-se uma parte essencial de quem ela é e de como se relaciona com o mundo. Stuart Hall (2006) argumenta que a identidade não é algo fixo ou inerente, mas sim um processo contínuo de negociação e representação. Assim, a identidade é uma construção complexa, ligada à confirmação de fazer parte de uma comunidade específica, moldada pela interseção de fatores sociais, culturais e individuais.

Para essas mulheres, esse pertencimento frequentemente envolve lidar com expectativas sociais e culturais relacionadas a gênero, sexualidade, classe e raça. A identidade feminina é, portanto, um terreno de contestação e resistência, onde elas negociam sua própria agência e autonomia dentro de estruturas de poder desiguais.

> Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (Hall, 2006, p. 09)

A identidade não é uma essência fixa, mas um processo dinâmico em constante construção e reconstrução por meio das interações com o mundo. Nesse contexto, a identidade feminina do grupo "As Margaridas" tem se transformado ao longo dos anos. Na Fotografia 3, observamos mulheres que participaram desde a formação inicial do grupo, refletindo suas raízes e trajetória. Já na Fotografia 4, vemos as integrantes que atualmente compõem o coletivo, evidenciando a continuidade e a renovação dessa identidade ao longo do tempo.

A seguir, a Fotografia 5 apresenta a primeira reunião para a divisão do trabalho e outras atividades, realizada no início de março de 2025.

Fotografia 5 - Primeira reunião do Grupo "As Margaridas", em 2025



Fonte: acervo pessoal de Rita Julia (2025).

Stuart Hall (2006) afirma que, no final do século XX, profundas transformações estruturais desafiaram e fragmentaram as identidades culturais, afetando aspectos como classe, gênero, sexualidade e etnia. Essas mudanças impactam a forma como nos posicionamos socialmente e abalam nossa percepção de uma identidade integrada. No grupo "As Margaridas", observamos, ao longo de suas trajetórias, que elas conseguiram se afastar dessa fragmentação identitária, evidenciando um fortalecimento tanto coletivo quanto pessoal. Essas mulheres desafiam constantemente as noções tradicionais de gênero e enfrentam as estruturas opressoras patriarcais e capitalistas que tentam limitá-las, reformulando o significado de ser mulher extrativista.

A identidade coletiva construída pelas mulheres do grupo "As Margaridas" por meio do trabalho agroextrativista não apenas fortalece suas ações, mas também origina uma nova forma de identidade, moldada pela prática diária e pela resistência cotidiana. Por meio dessa construção, elas se tornam protagonistas de uma transformação social ativa, afirmando-se em

um espaço que desafia normas tradicionais e acolhe a complexidade de ser mulher em um contexto de mudanças estruturais constantes.

Com a apresentação das Margaridas e do lugar onde coexistem, passamos a fundamentar o processo metodológico.

2.4 Os canteiros da pesquisa

Para dar início a esse percurso investigativo, a pesquisadora se insere no contexto das mulheres extrativistas, acompanhando suas rotinas, escutando suas narrativas e observando suas práticas cotidianas. Desde a formação do grupo, foram estabelecidos vínculos de confiança e respeito, fundamentais para a construção de uma pesquisa etnográfica comprometida com a realidade estudada. Essa imersão possibilitou não apenas a coleta de dados, mas também a vivência e a percepção sensível das dinâmicas que permeiam o trabalho e a organização dessas mulheres.

De acordo com Gatti (2001), para compreendermos um determinado assunto no qual desejamos nos aprofundar, buscamos, por meio da pesquisa, sanar as indagações de forma científica. Dessa forma, a pesquisa não deve ser realizada apenas pela curiosidade do pesquisador, mas deve ter relevância para a sociedade em que está inserida. Partindo da problemática detectada, a pesquisadora compromete-se a obter conhecimento a respeito do objeto investigado.

Ao longo do processo, a pesquisadora transitou por diferentes espaços de atuação do grupo, como reuniões, feiras, atividades produtivas e momentos de troca de saberes, buscando compreender, a partir de suas experiências, os desafios e as estratégias mobilizadas por essas mulheres na luta por reconhecimento e sustentabilidade. Essa postura etnográfica permitiu captar nuances que vão além dos registros formais, revelando aspectos subjetivos e simbólicos que dão sentido à prática extrativista e à resistência dessas mulheres em seus territórios.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa se guiou pelos pressupostos de Minayo (2001), que destaca a importância de compreender e entender o mundo ao nosso redor. Assim, a metodologia é caracterizada pelo conjunto de ideias e ações adotadas ao examinar a realidade em um contexto específico, abrangendo tanto as teorias subjacentes quanto as técnicas empregadas na construção desse conhecimento, além da expressão criativa do pesquisador. A metodologia qualitativa deve oferecer um conjunto de ferramentas claro,

coeso e bem elaborado, destinado a resolver os desafios teóricos e direcionar a aplicação prática do conhecimento.

Camila Neves (2017) ressalta a importância do autoconhecimento por parte dos pesquisadores antes da escolha do método, para que haja alinhamento com sua concepção própria da realidade. Nessa perspectiva, destaca-se a insurgência das mulheres contra o modelo opressor patriarcal capitalista, cuja busca por alternativas que promovam a libertação das mentes e a conquista da independência financeira emerge como forma de resistência e transformação.

Na perspectiva da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, Lüdke e André (2018) pressupõem que o pesquisador estabeleça um contato próximo e prolongado com o ambiente e a situação em análise. Essa situação permitiu vivenciar, junto às mulheres, emoções, sentimentos e experiências que serviram de base para as análises deste trabalho.

> A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da "perspectiva dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (Lüdke e André, 2018, p.26).

Com base na importância de realizar uma pesquisa qualitativa e de matriz decolonial, as observações foram feitas *in loco*, ressaltando as experiências, vozes e perspectivas das mulheres. Isso implica buscar compreender não apenas a visão de mundo das participantes, mas também evidenciar que cada mulher fala por si mesma, possuindo e exercendo autonomia para expressar suas próprias opiniões.

Assim, fundamentamo-nos na abordagem etnográfica que, segundo Geertz (1989), é o método que possibilita a interpretação das culturas, permitindo uma compreensão profunda dos significados e práticas vivenciadas pelos grupos em seus contextos específicos.

> A etnografia estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis das percepções e comportamento manifestos em sua rotina diária dos sujeitos estudados. Estuda ainda os fatos e eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Em etnografia, holisticamente, observa-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação. (Mattos, 2011, p. 51).

A abordagem etnográfica é um método de pesquisa que se fundamenta na observação e imersão no ambiente natural dos participantes do estudo. Seu objetivo é compreender as práticas culturais, comportamentos, crenças e valores de um grupo específico dentro do seu

contexto social. Por meio da coleta de dados e observações detalhadas, pesquisadores etnográficos buscam capturar a complexidade e riqueza da vida cotidiana dos participantes, bem como as dinâmicas sociais que os influenciam.

Essa imersão vai além da realização de entrevistas estruturadas; trata-se de vivenciar, interagir e participar da comunidade. Como já mencionado, a pesquisadora tem participado ativamente de algumas atividades cotidianas do grupo, aprofundando seu envolvimento com o objeto de estudo.

Schmidt (2006) destaca a ideia de comunidades interpretativas, ressaltando a importância da colaboração e do diálogo entre pesquisador e participantes, o que cria um ambiente propício à troca de conhecimentos. Nessa relação de maior proximidade e envolvimento, o/a pesquisador/a pode realizar uma análise mais rica e significativa dos fenômenos sociais observados.

Dentro dessa perspectiva, Mattos e Castro (2011) enfatizam que a etnografia envolve um estudo prolongado, com observação direta do objeto de pesquisa, buscando entender a forma de viver e a cultura particular de um grupo. A etnografia também é conhecida como pesquisa participante, pesquisa interpretativa ou pesquisa hermenêutica, entre outras denominações.

Brandão e Borges (2007) definem a pesquisa participante como a transformação da relação tradicional entre investigador e grupos populares numa relação de sujeito-sujeito, baseada na premissa de que todas as pessoas e culturas são fontes legítimas e originais de saber. Essa abordagem promove a articulação crítica entre o conhecimento científico e o popular, com o objetivo de construir um conhecimento transformador por meio da interação e colaboração entre diferentes formas de saber.

A pesquisadora alterna entre a convivência próxima com o grupo e o distanciamento necessário para a análise científica. Contudo, o percurso enfrentou desafios desde a elaboração do plano de pesquisa, que incluiu a definição da problemática, objetivos, justificativa, metodologia, critérios de exclusão, possíveis riscos e benefícios, desfechos primários e secundários, fundamentação teórica, cronograma e referências bibliográficas. Ressalta-se que, por envolver seres humanos, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme parecer nº 6.691.618 (em anexo).

Para a concretização do projeto, a investigação iniciou-se com um levantamento bibliográfico abrangente sobre o tema, consultando livros, artigos científicos, periódicos e

realizando um estado da arte, com o intuito de aprofundar o conhecimento e explorar o objeto de estudo.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Grande parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (Gil, 2002, p. 44).

Em continuidade, buscamos compreender o grupo por meio do "olhar etnográfico", realizado através de observações e diálogos com as integrantes do grupo de mulheres "As Margaridas", assim como com outras mulheres da ARPEP.

Para Oliveira (1996), o "olhar etnográfico" implica que o pesquisador não seja um mero espectador diante do diferente, mas sim alguém que se envolve e interpreta com profundidade. Com esse olhar minucioso, previamente orientado por teorias, foram analisados os desafios, as problemáticas e a importância dessas mulheres para a comunidade. Ao participar do cotidiano delas, foi possível compreender a ligação pedagógica que se construiu ao longo dos anos de formação e integração, além de outras características que serão descritas ao longo deste trabalho.

As observações foram realizadas durante os dias de trabalho das mulheres, complementadas por momentos de diálogo individual, conduzidos a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas.

> Como se realiza cada vez de maneira exclusiva, seja com indivíduos ou com grupos, a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas. Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (Lüdke; André, 2018, p.39).

Destacamos a importância da entrevista como um instrumento fundamental para a coleta de dados. Essa técnica é uma das principais estratégias de trabalho em diversas áreas das ciências sociais e desempenha um papel crucial não apenas na atividade científica, mas também em várias outras esferas da vida humana. Por meio da entrevista, o/a pesquisador/a pode acessar experiências, perspectivas e compreensões dos participantes, elementos essenciais para o avanço do conhecimento e a compreensão de fenômenos sociais, especialmente no contexto desta pesquisa com o grupo de mulheres.

As observações ocorreram como momentos de interação no cotidiano das mulheres, enquanto os diálogos individuais foram realizados para aprofundar determinados temas. Esses encontros seguiram um roteiro de perguntas semiestruturadas e foram previamente agendados, com dia, local e horário definidos pela pesquisadora em acordo com as participantes. Em todas as ocasiões, a pesquisadora foi recebida com calor e acolhimento.

Esses momentos de troca foram marcados por sorrisos genuínos e conversas envolventes, nas quais a hospitalidade se manifestava em gestos simples, mas significativos. Entre diálogos e reflexões, a pesquisadora foi agraciada com bolachinhas caseiras, café fresco, suco ou água, tornando cada encontro não apenas um espaço de aprendizado, mas também de partilha e conexão.

A pesquisadora propôs esse momento de diálogo individual para as treze mulheres do grupo; contudo, três delas optaram por não participar. Respeitando o protagonismo de cada mulher em sua própria história, reconhecemos que todas possuem igualdade e seu legítimo lugar de fala, conforme destaca Djamila Ribeiro:

> O social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades [...] (Ribeiro, 2017, p. 40).

Reconhecer e valorizar as diferenças é essencial para abordar a questão de gênero. Na concepção de Ribeiro (2017), o conceito de “lugar de fala” desafia a ideia de uma visão universal sobre as mulheres. Ao longo deste trabalho, evidenciaremos as falas das mulheres, respeitando a diversidade de suas experiências. Discutindo como nossa posição social influencia nossas vivências e perspectivas, Ribeiro (2017) sugere que o “social” (ou seja, nossa posição na sociedade) não necessariamente nos torna conscientes do próprio lugar ou das implicações disso. No entanto, essa posição proporciona experiências únicas que moldam nossa visão de mundo.

A segunda fase da pesquisa envolveu a educadora/técnica da FASE. Considerando que a sede da ONG está localizada no município de Cáceres/MT, e que a técnica entrevistada presta suporte aos grupos da ARPEP e outros, mas dispõe de pouco tempo, o contato inicial foi feito por telefone. Posteriormente, ela disponibilizou-se para um diálogo presencial em um dia em que esteve no grupo “As Margaridas”.

Além das entrevistas com as mulheres e com a técnica da FASE, foi realizada também a entrevista com a presidente da ARPEP. Para isso, a pesquisadora deslocou-se até o Assentamento Corixinha, no município de Cáceres, onde está localizada a sede da associação.

A pesquisa seguiu critérios de exclusão previamente definidos. Foram excluídas as mulheres que, no momento da coleta de dados, não se enquadravam nos critérios estabelecidos, ou seja, aquelas que não faziam parte do grupo "As Margaridas" e aquelas que não residem no Assentamento Margarida Alves.

Optamos por empregar a entrevista semiestruturada como método de coleta de dados. Esse tipo de entrevista inicia-se com perguntas básicas relevantes para a pesquisa, permitindo o surgimento espontâneo de outras questões durante a conversa. Para Lüdke e André (2018, p. 35), "a entrevista semiestruturada se desenvolve a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações". Assim, a entrevista semiestruturada é uma abordagem flexível, que segue um roteiro básico, mas não de forma estrita.

Triviños (1987) destaca que as perguntas formuladas não são totalmente criadas antecipadamente, mas emergem das teorias que orientam o pesquisador. Portanto, toda a elaboração detalhada no processo de condução da entrevista caracteriza uma abordagem etnográfica, conhecida como entrevista semiestruturada.

Nessa modalidade, o entrevistador tem liberdade para adaptar o roteiro conforme o contexto e as respostas do entrevistado, ao invés de seguir um padrão rígido. Essa flexibilidade facilita uma compreensão mais profunda e completa do tema investigado.

Para alcançar uma descrição detalhada, conforme preconizado na abordagem etnográfica, diversos instrumentos foram essenciais para a pesquisa. Além das observações, foram utilizados vídeos, fotos, áudios e narrativas de vida para as análises.

A participação ativa da pesquisadora na comunidade possibilitou uma maior interação com as mulheres, permitindo, por meio da convivência, dialogar e ouvir suas experiências, desde os desafios enfrentados até a conquista da independência financeira.

Todas as entrevistas foram registradas por meio de gravação em celular, garantindo que nenhuma informação fosse perdida e permitindo a transcrição completa posterior. Além disso, foi mantido um diário de campo para registrar detalhes sobre as participantes, descrições das casas e da cozinha, e características relevantes observadas durante a pesquisa.

Após a transcrição integral das entrevistas, foram realizadas edições nos trechos utilizados no corpo do texto, como a remoção de vícios de linguagem e ajustes indicados por

inserções entre parênteses. Com as transcrições concluídas e o material selecionado, iniciou-se o processo de análise.

A análise de dados adotou o método hermenêutico-dialético, conforme Minayo (2001), que busca compreender a fala dos atores sociais situando-a em seu contexto, considerando tanto o conteúdo interno da fala quanto o contexto histórico e social do sujeito que a produziu.

Esse método baseia-se em dois pressupostos principais: primeiro, que não existe um consenso absoluto nem um ponto final na produção do conhecimento, sugerindo que a compreensão está sempre em evolução; segundo, que a ciência se constrói a partir da interação dinâmica entre a razão do pesquisador e a experiência concreta da realidade social, valorizando a reflexão crítica e a experiência empírica.

Também evidenciamos o Pensamento Decolonial, que tem suas raízes nos movimentos sociais e intelectuais do Sul Global, especialmente na América Latina, África e Ásia. Esse pensamento surge como rejeição às ideias eurocêntricas ocidentais que dominaram a produção do conhecimento, impondo uma visão hierárquica e marginalizando outras formas de saber e experiências. Conforme Mota Neto e Streck (2019):

> Entendemos a decolonialidade, na esteira dos teóricos *do programa de investigação da modernidade/colonialidade latino-americano*, como um questionamento radical e uma busca de superação de distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação. (Mota Neto; Streck, 2019. p.208-209).

Mota Neto e Streck (2019) referem-se à decolonialidade como uma perspectiva crítica e transformadora, que representa um questionamento profundo e uma busca pela superação das diversas formas de opressão impostas pelo sistema moderno/colonial sobre as classes e grupos sociais subalternos. Nesse contexto, observamos o grupo de mulheres “As Margaridas” como um exemplo vivo dessa luta pela superação da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Ainda que este estudo se apresente como uma possibilidade de um outro olhar sobre o feminismo, é importante considerar que muitos temas abordados se aproximam das perspectivas decoloniais. O trabalho realizado pelas mulheres extrativistas do grupo “As Margaridas” e pelos outros três grupos que compõem a ARPEP não é um caso isolado no Brasil. Diversas outras experiências de grupos de mulheres têm, igualmente, superado obstáculos estruturais por meio do trabalho associado e extrativista.

A seguir, apresentamos outras experiências de grupos de mulheres que têm enfrentado desafios similares e promovido transformações significativas em suas comunidades, ampliando assim o panorama das lutas femininas em contextos rurais e de extrativismo no país.

2.5 Sobre outras Margaridas

Para o levantamento das produções científicas relacionadas às temáticas abordadas, foi realizado um Estado da Arte, que possibilitou a construção de um acervo bibliográfico sobre as pesquisas já desenvolvidas nesse campo. Este levantamento ocorreu ao longo da disciplina de Atividades Integradas e Pesquisas, do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Segundo Ferreira (2002), o Estado da Arte consiste no desafio de mapear e discutir diversas produções acadêmicas em múltiplos campos do conhecimento, permitindo identificar avanços, lacunas e tendências em uma área específica de estudo.

> Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e cientifica sobre o tema que busca investigaram à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sobre os quais o fenômeno passa a ser analisado. (Ferreira, 2002, p. 258).

Assim, o levantamento bibliográfico contribui para a construção de um quadro teórico-metodológico consistente, que orienta uma investigação metódica e fundamentada. O objetivo central foi identificar produções relacionadas à Pedagogia Feminista, à organização de grupos de mulheres em suas práticas cotidianas, suas relações com o extrativismo e o trabalho associado.

As consultas foram realizadas principalmente na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne acervos de teses e dissertações de diversas universidades brasileiras, mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Também foram pesquisados artigos científicos no Google Acadêmico, mecanismo de busca dedicado a produções acadêmicas, com foco em publicações dos últimos dez anos.

No site da BDTD, a busca por teses e dissertações foi feita por meio de três descritores: o primeiro, “Pedagogia Feminista em Assentamentos” — sem aspas, pois o uso delas resultava em ausência de trabalhos —, sem filtros adicionais; o segundo, “Associação de

Mulheres Extrativistas"; e o terceiro, "Trabalho Associado de Mulheres Assentadas". O intuito foi ampliar o escopo das referências diretamente relacionadas ao tema da dissertação.

No Google Acadêmico, a pesquisa concentrou-se em artigos científicos publicados entre 2013 e 2023, escritos em português, utilizando os mesmos descritores mencionados. Os resultados indicam um volume significativo de trabalhos, sobretudo na área da saúde, abordando os temas centrais. No entanto, ao refinar a busca pelos títulos, observa-se uma quantidade consideravelmente menor de publicações diretamente correlacionadas ao tema principal, conforme ilustrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Quantitativo de produções científicas excluídas e selecionadas por descritor

Quantidade de produções científicas	Descritores		
	Pedagogia Feminista em Assentamentos	**Associação de Mulheres Extrativistas**	**Trabalho Associado de Mulheres**
Localizadas	353	117	65
Excluídas	344	113	62
Selecionadas	09	04	03

Fonte: elaborado pela autora a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico (2023).

As obras foram selecionadas por meio da análise dos títulos, palavras-chave e resumos. Após essa filtragem inicial, a própria plataforma indicou o link direto para acesso a informações mais detalhadas e possibilitou o download dos documentos em formato PDF (Portable Document Format).

No total, foram selecionados dezesseis trabalhos, entre teses, dissertações e artigos científicos, conforme apresentado na Tabela 1, todos relacionados ao nosso objeto de estudo. Dentre esses, destacamos seis estudos que abordam especificamente histórias de superação feminina por meio do trabalho associado, os quais forneceram suporte teórico relevante e substancial para a compreensão das estratégias e trajetórias de superação das mulheres no contexto do associativismo.

As obras listadas no Quadro 2 constituíram referências bibliográficas essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo por serem, em sua maioria, estudos conduzidos por mulheres que investigaram outros grupos femininos. Essas pesquisas empenharam-se em compreender as experiências dessas mulheres e em promover transformações significativas nas realidades sociais em que estão inseridas.

Quadro 1 - Produções selecionadas como referencial para o desenvolvimento da pesquisa

PRODUÇÕES	DADOS DAS PRODUÇÕES
PRODUÇÃO 1	TÍTULO: As Quebradeiras de Coco Babaçu e Suas Metamorfoses Discursivas.
	AUTOR: Edson Souza da Silva
	ORIENTADOR: Prof. Dr. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro
	TIPO: Dissertação
	ANO: 2021
	INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
	PALAVRAS-CHAVE: Quebradeiras de Coco Babaçu; Identidade; Ideologia; Discurso; Imagem Discursiva.
PRODUÇÃO 2	TÍTULO: "As Guerreiras do Babaçu: Mulheres quebradeiras em movivento.
	AUTORA: Andressa Carvalho e João Paulo Macedo
	ORIENTADORA:
	TIPO: Artigo
	ANO: 2019
	INSTITUIÇÃO: Revista – Estudos e Pesquisas em Psicologia
	PALAVRAS-CHAVE: Quebradeiras de Coco; Comunidade Tradicional; Gênero; Interseccionalidades; Participação Política.
PRODUÇÃO 3	TÍTULO: Mulheres da Aroeira e o Trabalho Associado: Ações Organizativas de Extrativistas em Piaçabucu, Alagoas.
	AUTORA: Kleiceane Nunes Maciel
	ORIENTADOR: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa
	TIPO: Dissertação
	ANO: 2020
	INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
	PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Rurais e Trabalho Associado; Associativismo; Extrativismo Sustentável; Mulheres da Aroeira.
PRODUÇÃO 4	TÍTULO: A Amélia que era Mulher de Verdade? Produção Associada e Relaçoes de Gênero em Comunidades Tradicionais de Cáceres/MT: Para Além Estereotipos e Preconceitos
	AUTORA: Camila Emanuella Pereira Neves
	ORIENTADORA: Prof. Dr. Edson Caetano
	TIPO: Tese
	ANO: 2017
	INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
	PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero; Comunidades Tradicionais; Produção Associada; Educativo de Trabalho.
PRODUÇÃO 5	TÍTULO: A produção associada em Capão Verde: Entre bananas, sabores e utopias.
	AUTORA: Camila Emanuella Pereira Neves
	ORIENTADORA: Prof. Dr. Edson Caetano
	TIPO: Dissertação
	ANO: 2017
	INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
	PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Produção Associada; Trabalho como Princípio Educativo; Experiência e Trabalho.

PRODUÇÃO 6	TÍTULO: O "Artesanato de Si" De Mulheres Assentadas do MST: Um Processo Político Pedagógico Feminista Pelo Viés da Educação Popular.
	AUTORA: Eliane Godinho
	ORIENTADORA: Prof. Dr. Márcia Alves da Silva
	TIPO: Dissertação
	ANO: 2017
	INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Pelotas (UFP)
	PALAVRAS-CHAVE: Artesanato; Pedagogia Feminista; Educação Popular; Mulheres do Campo.

Fonte: elaborado pela autora a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico (2023).

A dissertação de mestrado de Edson Sousa Silva (2021), intitulada *"As quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão"*, representa um importante capítulo na luta pela terra e pelos direitos das trabalhadoras rurais no Brasil. A partir da década de 1980, as quebradeiras de coco babaçu iniciaram um movimento significativo em diversas regiões do Nordeste, centrado na luta pelo "babaçu livre". Foi então criado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com sede em São Luís – MA. Essas mulheres enfrentaram desafios expressivos, como a cobrança de taxas abusivas e a derrubada de palmeiras por proprietários de terra, que buscavam impedir seu acesso aos babaçuais.

O MIQCB tornou-se uma força motriz influente para grupos, movimentos, cooperativas e associações atuantes nos estados do Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão. Atualmente, cerca de 300 mulheres dependem do extrativismo vegetal — especialmente da coleta e comercialização de produtos derivados da palmeira de babaçu — para sua subsistência (Silva, 2021).

As quebradeiras de coco babaçu do Maranhão são fonte de inspiração e resiliência para o grupo "As Margaridas". A oportunidade de conhecer essas histórias de perto, por meio de um intercâmbio realizado em julho de 2024, representou um marco significativo que acompanhei como pesquisadora.

No Piauí, o artigo "As guerreiras do Babaçu: Mulheres Quebradeiras de Coco em Movimento" de Andressa Carvalho e João Paulo Macedo (2019) evidencia o cotidiano dessas mulheres marcado por lutas, resistência, organização e participação política, entrelaçadas com as questões de gênero, raça, etnia, geração e território, impulsionadas pelo apoio do MIQCB. As mulheres extrativistas do Piauí utilizam o coco para diversas finalidades, como alimentação, medicina popular, materiais de limpeza, cosméticos, artesanato, entre outros.

Três comunidades rurais no município de Esperantina (PI), pesquisadas por Carvalho e Macedo (2019), contam com grupos de mulheres quebradeiras que produzem azeite e/ou

farinha de mesocarpo do babaçu, comercializados por meio de políticas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o apoio de fundações internacionais.

Assim, as experiências das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão e do Piauí são testemunhos vivos de resistência e organização em redes de apoio, demonstrando como lutas específicas de gênero e meio ambiente se transformam em movimentos sociais politicamente e pedagogicamente estruturados, que defendem direitos e promovem justiça social nas comunidades rurais.

Outra experiência relevante identificada no Estado da Arte é a dissertação de mestrado de Kleiciane Nunes Maciel (2020), intitulada *"Mulheres da Aroeira" e o Trabalho Associado: Ações Organizativas de Extrativistas em Piaçabuçu/Alagoas"*. Trata-se de uma associação mista, na qual mais de 85% dos membros são mulheres responsáveis pela coleta da pimenta-rosa, fruto da aroeira-vermelha ou aroeira rosa (*Schinus terebinthifolius Raddi*). Com o apoio da ONG Instituto Ecoengenho, as motivações dessas mulheres para participarem da associação estão principalmente ligadas a fatores econômicos e produtivos, como geração de emprego, renda e acesso a capacitação técnica.

Além da pimenta-rosa, há diversos outros produtos extrativistas — geralmente frutas e sementes locais — cuja economia está baseada no autoconsumo e na comercialização local em feiras.

A Associação "Mulheres da Aroeira" enfrenta desafios como a baixa adesão: atualmente, apenas 30 mulheres estão ativas, e metade delas participa do beneficiamento da pimenta-rosa. Maciel (2020) atribui essa baixa participação às múltiplas responsabilidades domésticas que consomem grande parte do tempo das mulheres, como cuidados com a casa, filhos, quintal e animais domésticos. Outro desafio apontado é a discordância interna quanto à autogestão, associada a uma cultura associativa incipiente e ao desconhecimento sobre os mercados e canais de comercialização da pimenta-rosa.

Apesar dessas dificuldades, Maciel (2020) conclui que as conquistas mais significativas advêm do trabalho associado, especialmente a independência financeira, que é um elemento fundamental para a autonomia e afirmação das mulheres. Outros benefícios positivos do associativismo também são destacados no estudo.

> Verifica-se, portanto, que a independência financeira ainda que seja fundamental não é condição única para autonomia das mulheres, isso tem a ver com afirmação das mulheres em todos os sentidos da vida e a possibilidade de fazer escolhas e tomar decisões conforme suas próprias orientações (Maciel, 2020, p. 84).

O trabalho associado apresenta desafios complexos, que se agravam quando envolvem grupos de mulheres. Entre as razões para essa complexidade estão a persistente estrutura patriarcal que ainda influencia o pensamento e as ações de muitas mulheres, a necessidade constante de afirmar a identidade feminina, a autogestão e os múltiplos compromissos que elas enfrentam diariamente.

Na tese de doutorado de Camila Emmanuella Pereira Neves (2017), intitulada *"A Amélia que era Mulher de Verdade? Produção Associada e Relações de Gênero em Comunidades Tradicionais de Cáceres/MT: Para Além Estereótipos e Preconceitos"*, destacam-se as relações de gênero estabelecidas pelas mulheres integrantes dos grupos de produção associada — Frutos da Terra e Amigas do Cerrado — que fazem parte da Associação ARPEP, à qual também pertence o grupo foco dessa pesquisa.

Essa investigação contribui para fomentar discussões e reflexões acerca das situações enfrentadas pelas mulheres diante das crises e contradições da sociedade capitalista, além de dar visibilidade às experiências vivenciadas por aquelas que obtêm renda a partir do extrativismo do pequi e do cumbaru (Neves, 2017).

Na dissertação de mestrado de Neves (2017), *"A Produção Associada em Capão Verde: entre bananas, sabores e utopias"*, é investigada a dinâmica da produção associada na comunidade de Capão Verde, em Poconé, Mato Grosso. O estudo examina a organização do trabalho coletivo, os saberes construídos a partir dessa experiência e a interrelação entre trabalho, educação e cultura popular. Com atenção à valorização dos saberes e práticas dos trabalhadores rurais, a pesquisa evidencia como esses processos fortalecem a identidade local e promovem o desenvolvimento comunitário.

Segundo Neves (2017), a produção associada em Capão Verde se estrutura em um modelo coletivo e autogestionário, baseado na posse compartilhada da terra e na cooperação entre os moradores. A terra, mantida como um bem comum, pode ser utilizada conforme as necessidades e capacidades de cada um, sem divisões ou vendas individuais. O trabalho é conduzido de forma autônoma e voluntária, respeitando as habilidades e preferências dos trabalhadores. Práticas solidárias, como o *muxirum* (mutirão), fortalecem os laços sociais e asseguram a cooperação em todas as etapas produtivas. A criação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde (AGRIVERDE) foi fundamental para organizar a produção, captar recursos e estabelecer relações institucionais, ampliando a autonomia e a sustentabilidade da comunidade.

A principal atividade econômica do grupo é a fabricação de derivados da banana, como chips e balas, produzidos em uma unidade construída com apoio de projetos externos, mas gerida inteiramente pelos moradores. A distribuição dos lucros é feita de maneira equitativa, priorizando o reinvestimento na produção e o bem-estar dos trabalhadores. A valorização da educação e da capacitação técnica também desempenha papel central, garantindo a melhoria contínua das habilidades e da qualidade dos produtos. Assim, a experiência de Capão Verde demonstra como autogestão, solidariedade e respeito aos saberes tradicionais contribuem para a sustentabilidade econômica e social, fortalecendo identidade e autonomia comunitária.

Outra importante pesquisa é a dissertação de Eliane Godinho (2017), intitulada *"O 'Artesanato de Si': Um Processo Político Pedagógico Feminista Pelo Viés da Educação Popular"*. O estudo estabelece uma reflexão dialética sobre a produção do conhecimento por meio da pesquisa participante e da pesquisa de formação, articulando histórias de vida, análise de dados e a perspectiva da pedagogia feminista. O foco principal está em compreender como as oficinas de artesanato promovem o empoderamento das mulheres, refletindo suas formas de fazer o "artesanato de si".

Godinho (2017) destaca a valorização do artesanato como uma ferramenta política no processo de tomada de consciência das mulheres como sujeitos históricos e agentes da educação. O artesanato se configura também como um símbolo de resistência, ousadia e da existência no mundo real.

As produções aqui apresentadas compõem um recorte do Estado da Arte, reunindo seis trabalhos que evidenciam mulheres extrativistas e suas superações por meio do trabalho associado. É importante ressaltar que, entre os autores, apenas um é do sexo masculino, o que evidencia a expressiva presença feminina no meio acadêmico e o interesse crescente das mulheres por esses temas.

A partir dessas e de tantas outras histórias de superação por meio do trabalho associado, destaca-se o aprendizado presente nos saberes e fazeres cotidianos, no associativismo, na autogestão e nas trocas de experiências.

Nesse sentido, a importância da figura do extrativista merece ser destacada. Segundo Diegues (2000), o extrativista é aquele que se dedica à extração sustentável de recursos naturais diretamente do meio ambiente, como florestas, rios e áreas costeiras, sem a necessidade de cultivo ou processamento intensivo.

Os extrativistas frequentemente utilizam métodos tradicionais e conhecimentos ancestrais para coletar frutos, sementes, folhas, resinas, fibras, peixes e outros recursos naturais, minimizando o impacto ambiental e promovendo a conservação dos ecossistemas. Assim, desempenham papel crucial na manutenção da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e indígenas.

Complementando, Silva e Miguel (2014) afirmam que o extrativismo é uma atividade multifacetada, que envolve a extração de recursos naturais e integra aspectos socioeconômicos, agronômicos e ambientais. Desenvolvida ao longo de gerações, essa prática acumula saberes tradicionais e práticos, refletindo a interação das comunidades humanas com a natureza.

Dessa forma, na próxima seção abordaremos questões relacionadas às mulheres campesinas e suas relações com a natureza.

3 MARGARIDAS QUE FLORECEM EM LUTAS E LABORES PELA TERRA

A condição da mulher no Brasil

> Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?
>
> Depoimento de Sojourner Truth
> (Davis, 2018)[10]

O objetivo desta seção é promover uma contextualização dialética e decolonial, ampla e interconectada, sobre a presença feminina em assentamentos. Conte (2017), em seu texto, destaca que a presença e a luta das mulheres camponesas em assentamentos rurais representam uma narrativa complexa e multifacetada, profundamente enraizada nas dinâmicas sociais do Brasil e também do México.
Desde os tempos coloniais, as mulheres foram frequentemente retratadas em narrativas ambivalentes — ora como figuras submissas e dóceis, ora como símbolos de decadência e barbárie —, justificando, assim, a imposição da civilidade colonial (Lagarde, 2011).

> Isso porque a história das mulheres engloba a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de suas representações, dos seus afazeres, das suas conquistas e derrotas. A visibilidade da mulher revela a história de seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreu ou que praticou, das suas loucuras, se seus sentimentos (Seluchinesk; Castorino, 2017, p. 2).

As mulheres vêm enfrentando a exploração de seus corpos e almas e continuam a desafiar essas e outras formas de opressão diariamente. Diante dessa realidade, muitas se organizaram em movimentos e grupos, associando-se na busca por superação, independência, liberdade e solidariedade. A partir de uma perspectiva do Pensamento Decolonial, buscamos compreender a presença das mulheres nos assentamentos. Historicamente, as mulheres têm se conectado de maneira única e particular com a natureza, compartilhando conhecimentos em uma sinfonia de trocas de saberes.

Nesta seção, exploramos o cotidiano das mulheres nos assentamentos e como o trabalho coletivo tem transformado a realidade de muitos grupos de mulheres em diversos assentamentos pelo Brasil. Esse movimento também serviu de inspiração para o grupo de mulheres “As Margaridas”, que é o foco desta pesquisa.

---

[10] Ângela Davis. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/26/angela-davis-a-potencia-de-sojourner-truth/

3.1 Decolonialidade e a Presença Feminina em Assentamentos

Ballestrin (2013), em seu artigo intitulado “América Latina e o Giro Decolonial”, tece duas dimensões temporais e conceituais relacionadas ao uso do termo “descolonização”. O primeiro aspecto refere-se a um período histórico de lutas das colônias africanas, asiáticas e americanas para se tornarem independentes de suas respectivas metrópoles. Nesse contexto, a ideia de decolonialismo está associada aos eventos de independência, libertação e emancipação políticas de sociedades que foram exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo. Esse processo histórico envolveu o fim do domínio colonial por potências europeias e a busca pela autodeterminação por parte dessas sociedades anteriormente colonizadas.

A segunda referência ao termo está relacionada às contribuições teóricas, principalmente provenientes dos campos de estudos literários e culturais. Essas colaborações ganharam destaque a partir dos anos 1980, mais precisamente em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Nesse cenário, a descolonização não é apenas um fenômeno histórico, mas também uma abordagem crítica e teórica que visa desconstruir as estruturas de poder, conhecimento e representação ultrapassadas e que persistem após os processos formais de descolonização. Essa concepção crítica busca analisar as narrativas culturais e literárias à luz das relações coloniais e propor novos quadros interpretativos que vão além das perspectivas eurocêntricas.

Por outro lado, de acordo com Grosfoguel (2008), a segunda fase da descolonização, referida pela categoria de decolonialidade, deve abordar as diversas hierarquias presentes em relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero. A primeira fase da descolonização deixou essas hierarquias intocadas. Portanto, o mundo do século XXI necessita de uma abordagem decolonial que complemente os esforços de descolonização dos séculos XIX e XX. Ao contrário da descolonização, a decolonialidade é um processo de ressignificação de longo prazo, que não pode ser reduzido a um evento jurídico-político. E foi na tentativa de buscar uma visão mais crítica quanto ao processo colonial que emergiram os estudos pós-coloniais, trazidos por Reyes (2016).

> Antes de analisar as teses dos estudos pós-coloniais, é necessário mencionar que os *estudos subalternos* (Guha e Spivak, 1988) e os estudos culturais são o motor de partida dos estudos pós-coloniais. O motivo é muito simples; São os grupos de pensamento indiano nas universidades de língua inglesa que inicialmente se identificaram com os estudos subalternos, que mais tarde integrariam o que é conhecido como estudos pós-coloniais (Reyes, 2016, p. 139).

O uso do termo “subalterno”, conforme destacado por Ballestrin (2013), foi adotado por Antonio Gramsci para descrever uma classe ou grupo fragmentado e episódico de sujeitos que vive às margens da sociedade, com uma inclinação histórica à sua unificação, ainda que temporária, por meio da supressão das classes dominantes. Assim sendo, a continuidade intelectual dos estudos subalternos e dos estudos culturais nos estudos pós-coloniais destaca a contribuição significativa dos grupos de pensamento indiano nas universidades de língua inglesa para o desenvolvimento desse campo acadêmico específico.

Os estudos pós-coloniais são destacados por Ballestrin (2013, p. 91) como sendo os estudos que “[...] surgiram a partir da identificação de uma relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador”. A autora assegura que a motivação inicial para os estudos pós-coloniais foram as percepções e análises da relação complexa, muitas vezes conflituosa, entre aqueles que foram colonizados e aqueles que realizaram a colonização, reconhecendo uma exploração mais profunda das implicações culturais, políticas e sociais dessas interações coloniais.

O conceito central e as contribuições dos estudos pós-coloniais, para Pezzodipane (2013, p. 88), é “[...] sem dúvida, a ruptura com a história única, sustentada pelas metanarrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização, naturalizando a dominação do homem pelo homem, a partir das diferenças raciais hierarquizadas como justificativa para o ‘processo civilizatório’”.

As “Margaridas” rompem com a história única ao se posicionarem como protagonistas de suas próprias narrativas e ao desafiarem as estruturas coloniais que ainda permeiam a sociedade. Conforme Ballestrin (2013), na organização coletiva, ao reivindicarem seus direitos, as mulheres inserem-se no processo de decolonialidade, ressignificando sua posição na sociedade e criando novos quadros interpretativos que rompem com a visão eurocêntrica e patriarcal.

A busca por desafiar e superar as relações de dominação impostas pela colonização, o colonialismo e a colonialidade — embora diversa em suas manifestações históricas, temporais e geográficas — carrega um compromisso comum: a defesa dos sujeitos colonizados e marginalizados.

> Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. Dessa forma, ele não é prerrogativa de autores diaspóricos ou colonizados das Universidade periféricas (Ballestrin, 2013, p. 91).

Com base do que sugere Ballestrin (2013), compreende-se que os estudos pós-coloniais são um campo que abrange uma variedade de abordagens, não necessariamente de maneira convencional, mas sim interagindo com diversas esferas e áreas acadêmicas, buscando transformar as estruturas de poder e questionar as normas estabelecidas durante o período colonial. Além disso, a intervenção pelos subalternizados é uma característica essencial, indicando o compromisso com a representação e defesa das aspirações e interesses daqueles que foram colonizados, contribuindo para o engajamento de variadas vozes e de diferentes origens.

Na América Latina, um grupo de intelectuais fundou o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, sendo os intelectuais mais atuantes Eduardo Mendieta e Santiago Castro-Gómez. Provavelmente, Walter Mignolo seja a voz mais crítica e radical do grupo ao demonstrar seu descontentamento, pois, segundo Ballestrin (2013, p. 95), "Mignolo denuncia o 'imperialismo' dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos".

A Colonialidade do Poder, conceito de Aníbal Quijano (2005), também aborda temas cruciais, incluindo questões de gênero, raça, etnia, entre outros.

> Com pouco mais de dez anos de existência, o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais Latino-americanas do século XXI (Ballestrin, 2013, p. 99).

Mesmo se referindo a grupos de mulheres como "As Margaridas", a colonialidade pode se manifestar, por exemplo, em diferentes lideranças, acesso a recursos, escolaridade, reconhecimento e espaço de fala. Assim, reforçamos a crítica de Mignolo e Ballestrin (2013) sobre o "imperialismo", destacando que nem sempre há uma ruptura completa com as estruturas eurocêntricas de dominação, mesmo dentro de grupos que se propõem a desafiar essas estruturas. É fundamental que o grupo das Margaridas continue atento às suas próprias dinâmicas internas, para evitar que a colonialidade do poder se reproduza dentro do movimento, garantindo que sua luta seja, de fato, uma ruptura com a história única e uma construção coletiva e plural de resistência.

Nesse sentido, é destacado por Ballestrin (2013) que, apesar do curto período de existência, o grupo Modernidade/Colonialidade possui capacidade de construir uma identidade coesa, desenvolver um vocabulário próprio e, mais significativamente, contribuir para a renovação analítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI.

Nessa configuração, floresce “o Giro Decolonial, que advoga pela liberdade de pensamento, de outras formas de vida, economias e teorias políticas; é o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário, objetivando a decolonialidade do poder, da matriz colonial de poder” (Nazareno; Cardoso, 2013, p. 7).

A “Viragem Decolonial” ou “Giro Decolonial” discutido por Reyes (2016) não é apenas uma crítica ao colonialismo, mas também ao paradoxo dominação-libertação apresentado por Dussel (1974) e à colonialidade do poder. A resistência decolonial não é algo recente, existindo há pelo menos quinhentos anos, desde 1492, quando a colonialidade foi imposta como um padrão global.

Como afirmado por Quijano (2005), a colonialidade do poder refere-se à criação de um poder global capitalista, moderno, colonial e eurocentrado. Tal concepção surgiu da ideia de “raça”, que foi concebida biologicamente para justificar que os/as colonizados/as eram inferiores aos colonizadores. Com base nessa premissa, estabeleceu-se enquanto forma de controle do colonizador sobre os/as colonizados/as. Essa dominação persiste mesmo após os processos de descolonização.

O Pensamento Decolonial se apresenta como uma alternativa, que busca ouvir as vozes e dar visibilidade aos povos que foram historicamente subalternizados, oprimidos e, frequentemente, silenciados por longos períodos. Esse cenário é percebido como um projeto abrangente de libertação social, política, cultural e econômica, com o objetivo de conferir respeito e autonomia não apenas aos indivíduos, mas também aos diversos grupos e movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento LGBTQIA+, entre outros.

Diante disso, observamos que os subalternizados vêm questionando o sistema opressor, buscando se desprender das amarras do colonialismo. As mulheres, sendo ainda mais inferiorizadas desde que seus corpos foram violados nesse processo histórico de colonização, mantêm constante a busca por superar as violências em amplos sentidos.

Na abordagem decolonial em relação ao gênero, Gomes (2018, p. 69) reitera que “por exemplo, em autores como Aníbal Quijano, de que raça é a categoria que forma o sistema-mundo da colonialidade é insuficiente e mesmo ‘totalizante’ ao invisibilizar o gênero”. Essa crítica ressalta que a visão de enfatizar exclusivamente a raça é considerada insuficiente, uma vez que tende a tratar o sexo como um dado natural, sem levar em consideração as complexidades das relações entre os sujeitos. Na formação do grupo de mulheres “As Margaridas”, compreendemos a resistência à colonialidade de gênero e de

poder, refletida no rompimento com as estruturas opressoras que historicamente silenciaram e subalternizaram as mulheres, em especial aquelas inseridas nos contextos rurais, indígenas, negras e periféricos.

Para a autora argentina María Lugones (2008, p. 83), os estudos do grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, entendidos a partir da perspectiva de Quijano, "o sexo parece ser inquestionavelmente biológico". Dessa forma, Lugones (2008) incorpora a dimensão "colonialidade de gênero" às dinâmicas de poder presentes no sistema-mundo global. Surgem, assim, diversas manifestações de opressão entrelaçadas, estabelecendo conexões entre raça, gênero, sexualidade e classe social.

Na perspectiva de gênero e colonialidade, Gomes (2018, p. 70) afirma que "não é possível falar de gênero sem pensar a colonialidade, nem falar de colonialidade sem incluir gênero". Nesse sentido, destaca-se a importância de considerar como as normas em relação ao gênero estão intrinsecamente ligadas à colonialidade do poder, do saber e do ser. Surge, então, a importância da colonialidade do gênero, proposta por Lugones (2008), que sugere uma inter-relação entre gênero e raça, indicando que ambas as categorias são mutuamente interligadas.

María Lugones vem aludindo que a opressão de gênero não pode ser dissociada das estruturas coloniais e capitalistas, enfatizando a maneira como essas formas de opressão estão entrelaçadas e se reforçam mutuamente. E isso pode ser melhor compreendido através das palavras da própria autora, pois assim ela diz: "Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de 'colonialidade do gênero'. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade de gênero de 'feminismo decolonial'" (Lugones, 2014, p. 941).

Vergès (2020) destaca a importância de se identificar como feminista decolonial e apoiar os feminismos que partem de políticas decoloniais, com o compromisso de afirmar a solidariedade nas lutas das mulheres do Sul global.

> Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mãos práticas, valores, crenças, ontologias, tempo espaços e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. (Lugones, 2014, p. 949).

Com base nas reflexões da autora, vale ressaltar que a resistência à colonialidade de gênero não se configura como uma jornada solitária, mas como um fenômeno que emerge a partir das subjetividades e se manifesta de forma compartilhada e coletiva. A maneira de compreender o mundo e de nele viver é construída em comunidade, o que confere às coletividades o papel de protagonistas da resistência, superando a lógica do individualismo isolado.

Destaca-se também a importância da transmissão de saberes e práticas entre as pessoas, enfatizando o caráter oral, prático e relacional desse processo. A circulação de valores, crenças, ontologias e práticas cotidianas – como modos de vestir, alimentar-se e produzir – desempenha um papel fundamental na constituição dos sujeitos. A ideia de "passar de boca em boca" e "de mão em mão" reafirma a relevância da comunicação, da oralidade e da ação compartilhada na construção das identidades e das resistências.

Carvalho (2023), ao tratar dessa temática, reforça que o feminismo decolonial se fundamenta na interseccionalidade, ao evidenciar as múltiplas formas de opressão enfrentadas por mulheres de diferentes contextos. Essa abordagem foca nas experiências de mulheres do chamado "Terceiro Mundo" — chicanas, afro-americanas, indígenas, camponesas — que desempenham um papel fundamental na constituição desse movimento feminista. Ao reconhecer que as opressões não operam isoladamente, o feminismo decolonial propõe uma compreensão mais ampla e inclusiva das questões de gênero, considerando as particularidades históricas, culturais e sociais que atravessam essas mulheres.

O feminismo, enquanto movimento histórico e político, remonta a períodos anteriores à modernidade ocidental — desde as resistências à inquisição, passando pelas lutas pelo sufrágio e igualdade de direitos, até as reivindicações contemporâneas por igualdade salarial, acesso à terra, moradia e justiça racial. Nesse percurso, é fundamental destacar a atuação das mulheres nas lutas pela reforma agrária, historicamente invisibilizadas por uma lógica que as restringe ao espaço doméstico e à produção de subsistência.

Nos assentamentos, observa-se uma crescente participação das mulheres nas atividades comunitárias e nos espaços de decisão. Presente desde os acampamentos, as mulheres assentadas foram se formando politicamente em torno da igualdade de gênero, do cooperativismo, do associativismo e do empoderamento. Aos poucos, passaram a ocupar posições de liderança antes exclusivas dos homens, como em associações, cooperativas e grupos de produção, a exemplo do coletivo de mulheres do Assentamento Margarida Alves, conhecido como "As Margaridas".

Para compreendermos esse complexo contexto, é necessário ampliar nossos olhares e práticas em relação às mulheres de todas as partes do mundo. Como afirma Julieta Paredes (2020, p. 2) em entrevista: “Para nós, o feminismo comunitário é a luta de qualquer mulher, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história, que luta e se rebela contra um patriarcado que a oprime ou pretende oprimir.”

O feminismo desenvolvido nas comunidades rurais, indígenas e periféricas da América Latina assume características próprias e distintas dos feminismos europeus. Essas mulheres, historicamente colonizadas, têm como foco de suas lutas a produção de alimentos saudáveis, a soberania alimentar e a relação respeitosa entre seres humanos e natureza. Tais elementos se expressam nos princípios do ecofeminismo, que relaciona a exploração das mulheres à exploração ambiental, e do ambientalismo feminista, que articula a luta de gênero à sustentabilidade (Santos; Betto, 2021).

Reconhecer o feminismo comunitário como campo de estudo e prática é essencial para expandir a compreensão das dinâmicas de gênero no meio rural e dar visibilidade às lutas das mulheres camponesas. A descolonização de seus corpos e de seus modos de ser constitui um processo contínuo de afirmação, que se expressa nas atitudes diárias, nas relações entre mulheres, no enfrentamento ao racismo, ao patriarcado e ao preconceito, bem como na valorização de seus saberes e na interação com a natureza.

É evidente, portanto, a importância da representatividade feminina em todos os espaços, sobretudo quando essa representatividade é ativa e dotada de poder de fala. As mulheres do Assentamento Margarida Alves, organizadas como “As Margaridas”, almejam ocupar cada vez mais espaços de decisão, somando forças e construindo um saber coletivo, por meio do qual transformam suas realidades. Ao se organizarem em associações, produzirem alimentos e comercializá-los coletivamente, elas, mesmo que muitas vezes inconscientemente, se contrapõem ao sistema capitalista dominante.

3.2 Relação Mulher/Natureza

> A sociedade sem exploração da natureza seria uma condição para a libertação das mulheres (Emma, 2000, p. 63).

As mulheres são frequentemente associadas à natureza, sendo vistas como seres mais próximos dos ciclos naturais e da terra. Flores (2013) esclarece que essa associação, embora possa parecer positiva, muitas vezes resulta na subjugação das mulheres, comparando-as a

seres inferiores e submissos — assim como a própria natureza. Tal lógica é parte da *colonialidade do ser* e da *colonialidade da natureza*, que estruturam formas de dominação e inferiorização.

Sob a lógica da colonialidade, expressa-se a inferiorização ontológica das mulheres e da natureza. Já na lógica do capital, ambos são tratados como elementos de apropriação: a natureza, como recurso natural explorável; as mulheres, como mão de obra desqualificada. Nesse cenário, os homens são tidos como detentores do saber e do "trabalho qualificado", perpetuando uma divisão sexual e hierárquica do trabalho. No entanto, essa mesma relação evidencia que a natureza humana se desenvolve em interação com o ambiente natural, sendo o trabalho um meio essencial de realização e constituição do ser social.

As mulheres extrativistas do Pantanal, organizadas no grupo "As Margaridas", evidenciam em suas práticas cotidianas uma conexão profunda com a natureza. Como afirma Dona Eni: "eu tenho de cuidar da natureza, das matas, dos babaçus, pra não acabar" (junho, 2024). Essa fala expressa a compreensão de que há uma relação de interdependência entre o ser humano e o meio natural, que se manifesta tanto no plano material quanto simbólico. No plano material, essas mulheres sobrevivem do extrativismo; no plano simbólico, sua relação com a natureza é também um ato de resistência e afirmação identitária.

Através do trabalho com a natureza — como o extrativismo — as mulheres desenvolvem saberes próprios, constroem sua humanidade e sustentam a vida. O trabalho é, portanto, fonte originária da existência social, uma atividade que produz não apenas bens, mas também sentido e identidade. A leitura dos ciclos naturais, como o tempo de colheita, revela um conhecimento ancestral e situado, que transcende a lógica produtivista capitalista.

É fundamental reconhecer que o aprendizado não se limita ao espaço escolar. Como destaca Antunes (1999), os saberes são construídos em múltiplos espaços e por meio da troca de experiências e vivências. A produção da vida — material e imaterial — é também produção de conhecimento. Assim, a convivência com a natureza e com o outro (seja humano ou desumano) torna-se um campo fértil para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel no mundo.

Garcia (2009), em seus estudos, aprofunda essa relação, afirmando que a conexão entre mulher e natureza pode ser compreendida sob diferentes perspectivas — que podem tanto reproduzir estereótipos quanto abrir caminhos para uma leitura emancipatória da condição feminina em consonância com a preservação ambiental. A mulher, nesse contexto,

não apenas representa a natureza: ela atua como guardiã dos territórios, portadora de saberes e agente de resistência frente às lógicas coloniais, patriarcais e capitalistas.

> A Terra sempre esteve simbolicamente conectada ao corpo feminino, produtor de vida. Todavia, com o desenvolvimento da agricultura do arado e a escravidão, a relação mulher/natureza adquiriu outro caráter. Embora sejam dois suportes dos quais os homens dependem, mulher e natureza tornam-se "coisa" a ser dominada através da coerção (Garcia, 2009, p. 12)

O autor destaca uma conexão simbólica entre a Terra e o corpo feminino, ambos compreendidos como produtores de vida. Essa analogia, presente em diversas culturas e cosmologias, inicialmente celebrava a fertilidade e o poder de gerar. No entanto, com o advento das sociedades agrárias e escravagistas, essa representação foi sendo distorcida e instrumentalizada, servindo como base simbólica para justificar a dominação e exploração tanto da natureza quanto das mulheres. A metáfora da mulher como terra fértil foi convertida em ferramenta de opressão, invisibilizando sua autonomia e reforçando estruturas patriarcais e coloniais.

Diante disso, torna-se evidente que a luta pela libertação das mulheres e a preservação da natureza estão profundamente entrelaçadas. Ambas requerem uma reconceituação que respeite suas autonomias, integridades e singularidades, rompendo com a lógica que as reduz a recursos a serem explorados. Trata-se de uma luta não apenas por reconhecimento, mas por transformação das estruturas sociais, econômicas e simbólicas que sustentam essas formas de opressão.

Para Flores (2013, p. 40), "sendo o trabalho a atividade orgânica pela qual o ser humano realiza o seu ser, é no trabalho que ocorre a socialização". Segundo o autor, o trabalho não deve ser compreendido exclusivamente sob a ótica da produção capitalista de mercadorias, mas como a totalidade das relações metabólicas com a natureza. Isso inclui a interação com todos os seres vivos e com o meio ambiente para a produção e reprodução da vida — em suas múltiplas dimensões: materiais, culturais, simbólicas, religiosas e identitárias.

As mulheres do grupo "As Margaridas", extrativistas do Pantanal, materializam essa concepção ampliada de trabalho. Sua relação com o ambiente vai muito além da simples extração do coco babaçu. Elas se engajam em um processo contínuo e dinâmico de interação com a natureza e com a comunidade, em práticas que envolvem cuidado, partilha, sabedoria ancestral e resistência. Suas ações incorporam dimensões simbólicas e políticas, constituindo um modo de vida que desafia as lógicas capitalistas e patriarcais, e que reafirma a centralidade das mulheres como produtoras de vida, de saberes e de futuros possíveis.

> [...] O metabolismo com a natureza não é apenas a relação com a natureza para produzir mercadoria, é a relação com todos os seres vivos do planeta para produzir e reproduzir a vida, inclusive de outros seres humanos, como visto anteriormente. Não envolve apenas dimensões materiais, mas também está relacionado com culturas, identidades, dimensões simbólicas, religiosas, etc. As relações que se estabelecem no processo de trabalho são relações sociais em diversas dimensões que não necessariamente a produção especificamente capitalista de mercadorias. Todas as relações de produção e reprodução compõem a riqueza da vida social (Flores, 2013, p. 41).

Considerando a ampla relação do ser humano com a natureza no processo de produção das condições necessárias à sua existência — nas múltiplas dimensões anteriormente abordadas —, percebemos que a proximidade e o envolvimento das mulheres com o meio natural foram sendo construídos ao longo de suas vivências no campo. O modo de vida nesse espaço levou essas mulheres a desenvolverem um conhecimento profundo sobre plantas, ervas, animais, os ciclos da natureza, o tempo propício para plantar, colher e coletar os frutos das árvores. Além disso, possibilitou a construção de relações sociais marcadas pela amizade, solidariedade e cooperação comunitária.

Entretanto, a relação histórica entre mulher e natureza é complexa e atravessada por estruturas de dominação. Orientamo-nos, neste trabalho, pela perspectiva do **ecofeminismo**, que conecta a opressão das mulheres à exploração e degradação ambiental. Foi **Françoise d'Eaubonne**, em 1974, quem primeiro utilizou o termo *ecofeminismo*, destacando o potencial das mulheres para liderar uma transformação ecológica, capaz de instaurar novas formas de relação entre os gêneros, entre os indivíduos e entre estes e o meio ambiente (GARCIA, 2009, p. 12).

Segundo **Emma (2000, p. 61)**, "a corrente ecofeminista é definida como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres". Essa definição enfatiza que as mesmas forças sociais, políticas e econômicas que exploram os recursos naturais também sustentam a opressão das mulheres, sobretudo aquelas pertencentes às classes populares e aos grupos racializados. Assim, a superação da opressão de gênero está intimamente ligada à transformação das relações que a sociedade estabelece com a natureza.

Como afirmado pela autora, uma sociedade que não explora a natureza é condição necessária para a libertação das mulheres. A lógica patriarcal, baseada na dominação e na acumulação, reproduz tanto a degradação ambiental quanto a subalternização feminina. Dessa

forma, lutar pela justiça ambiental é também lutar por equidade de gênero — e vice-versa. É preciso promover uma sociedade mais justa e sustentável em todas as suas dimensões.

Nesse contexto, a vivência das mulheres camponesas, assentadas e extrativistas, como as integrantes do grupo "As Margaridas", revela interconexões fundamentais entre o ecofeminismo e a sustentabilidade rural. A preservação ambiental é condição indispensável para a continuidade do extrativismo, atividade da qual muitas mulheres dependem para sua subsistência e independência financeira. A destruição da natureza compromete não apenas seus meios de vida, mas também os processos de emancipação e empoderamento que vêm construindo.

Portanto, valorizar os saberes tradicionais e as práticas sustentáveis desenvolvidas pelas mulheres do grupo "As Margaridas" é reconhecer um exemplo concreto da potência transformadora do ecofeminismo. Essas mulheres articulam relações de gênero, cuidado, coletividade e preservação ambiental, expressando na prática os princípios ecofeministas. Sua atuação aponta caminhos possíveis para uma revolução ecológica protagonizada por mulheres que, em comunhão com a natureza, constroem novas formas de existência e resistência.

3.3 Conhecimentos ensinados e aprendidos no fazer diário das Mulheres/Margaridas

> Deus criou este mundo. O homem, todavia, entrou a desconfiar, cogatibundo... decerto não gostou lá muito do que via... e foi logo inventando outro mundo (Quintana, 1951).

É notório que abordar as mulheres e suas histórias de vida não é tarefa simples. Cada trajetória é marcada por singularidades, experiências e resistências específicas, sendo impossível reduzi-las a uma narrativa homogênea. Da mesma forma, cada grupo de mulheres constrói uma história própria, enraizada em seus contextos socioculturais, territoriais e políticos. Os conhecimentos que essas mulheres adquirem e transmitem ao longo da vida estão profundamente entrelaçados às suas vivências cotidianas, manifestando-se nas práticas, nos saberes e nas relações que constroem. Seluchinesk e Castorino (2017) contribuem para essa discussão ao trazerem um olhar complexo e verdadeiramente descolonizado sobre as experiências das mulheres. As autoras ressaltam os desafios que envolvem a escuta e a valorização dessas trajetórias, propondo uma abordagem que reconheça a pluralidade das existências femininas e seus modos próprios de produção de conhecimento, muitas vezes ignorados pelas epistemologias hegemônicas

> Assim o desafio de escrever a história das mulheres é trazer elas para a visibilidade o que em todos os tempos foram rechaçados pela sociedade. Isso porque a história das mulheres engloba a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de suas representações, dos seus afazeres, das suas conquistas e derrotas. A visibilidade da mulher revela a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreu ou que praticou, das suas loucuras, de seus sentimentos (Seluchinesk; Castorino, 2017, p. 2).

A invisibilidade das mulheres, muitas vezes relegadas a papéis secundários e subalternos, tem suas histórias entrelaçadas com a história de suas famílias, trabalhos, conquistas e derrotas. Lugones (2014) evidencia que a subordinação das mulheres está enraizada em estruturas históricas de opressão. Essas histórias trazem à tona questões relacionadas ao corpo, à sexualidade, à violência e aos sentimentos — aspectos frequentemente ocultos ou distorcidos pelas narrativas dominantes. Este esforço de visibilidade não se trata apenas de ouvir as vozes das mulheres que foram silenciadas, mas também de revelar a complexidade e diversidade de suas experiências.

Para Butto e Hora (2008), o fazer diário das mulheres nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho: as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos, enquanto os homens atuam no trabalho gerador de rendas monetárias — sendo este o único socialmente reconhecido como produtivo. Acompanham essas distinções valorações e representações da desigualdade, que sustentam, por exemplo, a noção de “ajuda” dos homens em casa e de “ajuda” das mulheres na roça.

Entretanto, o fazer e o ensinar das mulheres assentadas vai muito além do trabalho reprodutivo, como o cuidado com a casa, a preparação dos alimentos e a criação dos filhos. As mulheres buscam autonomia financeira, aperfeiçoamento no trabalho, extrativismo consciente, participação ativa na comunidade e escolarização. Ainda assim, não deixamos de refletir sobre as práticas cotidianas e os conhecimentos empíricos transmitidos no contexto das comunidades rurais, onde as mulheres desempenham papéis essenciais na manutenção das tradições familiares e comunitárias.

A aprendizagem no grupo de mulheres “As Margaridas” ocorre tanto no cotidiano de seus labores quanto nas trocas de saberes com outros grupos de mulheres, em uma prática de educação popular. Ao participarem de reuniões, feiras, congressos, intercâmbios e encontros diversos, ocorre a multiplicação da aprendizagem. Assim, evidencia-se a “possibilidade da prática regida pela diferença, através da construção de um saber de classe, e apontar as tendências através das quais ela transforma a educação na vivência da educação popular” (Brandão, 2000, p. 51).

Ao dialogar com a educação popular, o grupo de mulheres extrativistas “As Margaridas” encontra na sua realidade cotidiana a base para uma pedagogia organizacional própria, onde o saber é produzido e compartilhado a partir da experiência, do trabalho e da coletividade.

Sendo assim, os grupos de mulheres exemplificam essa dinâmica, na qual o conhecimento é transmitido por meio das atividades cotidianas e organizacionais, refletindo a importância da experiência prática e do trabalho coletivo na construção do saber. Essas formas de educação valorizam a autonomia e a adaptabilidade, promovendo um aprendizado contínuo e contextualizado às realidades específicas de cada grupo.

No grupo de mulheres “As Margaridas”, no Assentamento Margarida Alves — à semelhança de outros grupos espalhados pelo mundo, onde as condições de opressão levam à troca de saberes e à construção coletiva do conhecimento —, as mulheres compartilham suas vivências e habilidades, em um processo reconhecido como educação popular, fundamental para a organização, o empoderamento e o fortalecimento comunitário.

Foi por meio da troca de experiências que as mulheres adquiriram habilidades para identificar o processo de maturação e saber quando o coco da palmeira do babaçu está pronto para ser colhido. Como relatado por uma “Margarida” em entrevista: “não é qualquer coco pra derrubar, se não estiver bom, não vai dar boa farinha” (Dona Eni, junho de 2024). Esse conhecimento e essa habilidade só foram possíveis por meio das experiências vivenciadas cotidianamente.

Os conhecimentos ensinados e aprendidos no fazer diário das mulheres assentadas são fundamentais para a sustentabilidade e a justiça social no campo. Essas práticas promovem não apenas a preservação ambiental, mas também a autonomia e a valorização das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3.4 O Trabalho Associado em Grupos de Mulheres em Assentamentos: Florescimento *Bellis*

É preciso pensar que os canteiros foram sendo preparados nos corpos das mulheres, em suas histórias, na forma de sobreviver e de viver. As Margaridas se fizeram presentes em diversos espaços, e agora florescem as *Bellis,* em trabalho associado para produzir florescimentos de autogestão, com dialéticas, trabalho, capital — porém dentro de uma organização micropolítica e em transgressão ao grande capital.

Em uma contextualização sobre o trabalho associado, que, apesar de existir desde as sociedades primitivas, Neves (2017) comenta que, em Marx, o trabalho envolve tanto a força física quanto a intelectual. Durante esse processo, o conhecimento é gerado antes, durante e após a execução da tarefa. Assim, a experiência dos trabalhadores com o trabalho associado é tanto educativa quanto cultural, defendendo-se a ideia de que o conhecimento surge na e pela práxis, na ação refletida capaz de transformar a realidade.

O capital se utiliza de algumas estratégias de trabalho para flexibilizar as relações entre capital e trabalho e aumentar a mais-valia, pois "o sabor do pão não revela quem plantou o trigo" (Marx, 1982, p. 208). Além disso, por meio da exploração e da alienação, fragmenta os saberes dos trabalhadores, não só em relação à concepção e execução do processo de trabalho, mas também em relação aos saberes sobre a realidade.

Mas é através do trabalho associado que se vislumbra uma alternativa de trabalho coletivo, democratizado, em que os próprios trabalhadores são os atores do processo de produção.

> O trabalho associado é caracterizado, entre outros aspectos, por quatro elementos prioritários: a *associação voluntária de trabalhadores* para realizar um trabalho de modo coletivo e complementar, visando à consecução de objetivos comuns; a *posse associativa dos meios de produção* necessários à realização do trabalho; a *gestão democrática do empreendimento* organizado pelos trabalhadores e a *remuneração pelo trabalho associado*, que não é salário nem remuneração pelo capital investido. (Esteves, 2002, p. 53).

O conceito de trabalho associado descrito neste trecho é particularmente relevante no contexto de iniciativas de economia solidária e associações, ressaltando a importância da participação voluntária das trabalhadoras, que atuam de forma conjunta, promovendo uma abordagem coletiva para alcançar metas compartilhadas. Este diálogo está diretamente relacionado com o grupo de mulheres "As Margaridas", que constrói sua organização com base na colaboração, no compartilhamento de saberes e na autogestão.

Tem como características a organização do trabalho e do tempo de forma autogestionária, coletiva, democrática, solidária, sem explorar a força de trabalho alheia e sem almejar o lucro. A prioridade é garantir a reprodução ampliada da vida, ou seja, a existência nos âmbitos material e imaterial.

Como produto das condições históricas, a produção associada pode levar à emancipação do capital, à liberdade e a um novo projeto societário, um esforço a que Marx (1982) chamou de unidade da sociedade dos produtores livremente associados. Mas isso pressupõe a articulação entre os interesses individuais e de classe, ou seja, sem que haja uma

dicotomia entre os dois. Para tanto, essa emancipação só pode ocorrer se houver uma articulação eficaz entre os interesses individuais e coletivos.

Tiriba (2006) menciona, sob a ótica de uma economia alternativa — seja ela denominada economia solidária, autogestionária ou socialista —, que é pertinente refletir sobre o potencial dos saberes advindos da experiência em contribuir para a criação de novas práticas econômicas e sociais. Contudo, para evitar idealizações, é fundamental considerar a materialidade das condições econômicas, sociais e culturais que moldam as vivências dos trabalhadores em associações.

No tocante ao trabalho associado para as mulheres, Neves (2017) aborda que essas experiências de produção estão sujeitas a retrocessos porque as mulheres enfrentam muitos desafios. As dificuldades não recaem somente sobre a produção e comercialização, mas também sobre as relações de gênero. Requer, fundamentalmente, persistência, diálogo com o companheiro — que pode se opor ou criar empecilhos —, organizar a dinâmica da vida familiar e reconhecer-se como sujeito de direitos e capacidades. Também demanda recuperar e implementar saberes construídos num espaço maior que o lar — a comunidade.

Para Cotrin (2018, p. 56), "o conceito de associação refere-se a qualquer iniciativa – formal ou informal – de reunião de pessoas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados", revelando-se especialmente poderoso e transformador, especialmente para os grupos de mulheres.

Maciel (2020, p. 28) acrescenta a essência do associativismo como

> [...] ação conjunta, na cooperação e colaboração entre indivíduos para uma finalidade comum, sendo que estas estruturas associativas podem surgir por aspectos de diversas naturezas (comunitárias, religiosas, de familiares, por fins econômicos e ou políticos) e tem o pressuposto de que a união e o poder da coletividade fortalecem suas demandas.

Para grupos de mulheres, essa prática é especialmente significativa, pois as estruturas associativas fornecem um meio eficaz para enfrentar desafios coletivos e alcançar benefícios mútuos. Seja por motivos comunitários, religiosos, familiares, econômicos ou políticos, a união e a força coletiva são ferramentas poderosas que podem amplificar a voz e as condições de vida das mulheres.

Associações de mulheres representam espaços de solidariedade e apoio mútuo, nos quais as participantes se reúnem com objetivos comuns. Esses objetivos frequentemente incluem a superação de barreiras sociais, econômicas e culturais, além da promoção de benefícios que vão desde o desenvolvimento pessoal até a geração de renda e o

empoderamento coletivo. Assim, o conceito de associação vai além da mera reunião de pessoas; ele se torna um veículo essencial para a transformação social, o empoderamento feminino e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O grupo “As Margaridas” dedica-se ao extrativismo do coco babaçu, enquanto as mulheres da ARPEP também atuam na coleta e no processamento de frutos como cumbaru e pequi, mantendo vivas as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Essas mulheres pertencem a comunidades tradicionais, como os povos indígenas, quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, entre outros grupos que historicamente vivem em estreita relação com a natureza. Assim, as mulheres ressignificam o trabalho feminino no campo, construindo alternativas de produção e existência pautadas na solidariedade, na resistência e no respeito à natureza.

Na próxima seção, concentraremos nas histórias e experiências das mulheres do grupo “As Margaridas”, que é o foco de estudo desta pesquisa.

4 O FLORESCER PEDAGOGICO VIVENCIADO POR “AS MARGARIDAS”

> [...] pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um instrumento para descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização (Freire, 1987, p. 21).

Freire (1987) destaca a importância de os oprimidos compreenderem sua própria condição e reconhecerem a necessidade de lutar por sua libertação. Isso implica um processo ativo de conscientização, semelhante ao que as feministas buscam ao empoderar as mulheres para que reconheçam e desafiem as estruturas de opressão.

As mulheres necessitam participar ativamente da elaboração de estratégias para sua própria libertação. Da mesma forma, na pedagogia feminista, “As Margaridas” são incentivadas a serem agentes ativas na busca por sua própria emancipação, em vez de serem vistas como receptoras passivas de conhecimento ou de ações externas.

Freire (1987) ressalta ainda que, muitas vezes, os oprimidos internalizam as ideologias dos opressores e têm dificuldade em se reconhecer como agentes de mudança na sociedade. Essa dinâmica pode ser observada na condição das mulheres oprimidas, que, ao longo de suas vidas, são frequentemente subestimadas e relegadas a papéis de submissão em um sistema patriarcal, vivenciando diversas formas de opressão e violência — e, por vezes, algumas mulheres acabam oprimindo e subjugando outras mulheres.

Para falarmos da libertação dos oprimidos — que inclui a libertação das mulheres —, remetemo-nos à pedagogia, mas a uma pedagogia que acontece nas organizações dos grupos de mulheres. De início, vamos diferenciar o uso do termo "pedagogia", que, para muitos, refere-se ao "modo de ensinar" ou à metodologia de "ensinar crianças" (Libâneo, 2001). Porém, quando nos deparamos com a práxis social e com a atuação das mulheres na construção de uma identidade própria, esse termo pedagogia vai além — e podemos, então, falar de uma pedagogia feminista, cujo conceito pode ser entendido como

> Um conjunto de princípios e práticas que visa a conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando – lhes instrumentos para superá-la e, sim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, objetivo este que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres (Sardenberg, 2006, p.46).

Para sensibilizar as pessoas, a pedagogia feminista engloba diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, filosofia e história da educação, buscando

compreender e aprimorar os métodos de ensino e aprendizagem. Além disso, conforme explanado pelo autor, a pedagogia também analisa as relações entre educação e sociedade, políticas educacionais, formação de professores, entre outros aspectos, visando promover o desenvolvimento humano por meio da educação, contribuindo para o crescimento pessoal, social e cultural das pessoas.

Chegamos, então, à pedagogia feminista, que tem o intuito de conscientizar homens e mulheres sobre o sistema patriarcal que historicamente rege nossa sociedade e causa desigualdades. Sendo assim, além de libertadora, é também transformadora (Silva e Freitas, 2019, p. 01-02). Na perspectiva das epistemologias da pedagogia feminista, destaca-se o direito de se posicionar criticamente na sociedade, buscando ocupar o lugar que as estruturas sociais etnocêntricas silenciaram ao longo da história.

> A Pedagogia Feminista é um conjunto de discursos, uma prática política, e é também uma maneira específica de educar. Sua especificidade consiste em lançar um novo olhar sobre as propostas político-pedagógicas emancipatórias e a partir de uma posição ética, filosófica e política denunciando a sua parcialidade e o androcentrismo, posicionando-se contra o poder e a dominação masculina, e promovendo a liberdade e o empoderamento das mulheres, para construir de maneira coletiva uma sociedade mais livre e democrática (Ochoa, 2007, p. 3, tradução nossa).[11]

Segundo Ochoa (2007), a pedagogia feminista possui características que a distinguem das pedagogias tradicionais e emancipatórias. Isso implica que a pedagogia não é apenas uma metodologia educacional, mas também uma prática que visa transformar a sociedade. A inclusão de discursos feministas na educação desafia as narrativas tradicionais que frequentemente marginalizam ou excluem as experiências e perspectivas das mulheres.

Diante do potencial transformador da pedagogia feminista, as mulheres do grupo "As Margaridas" encontrarão nos textos que seguem um espaço para se expressar e serem ouvidas, destacando a perspectiva de que o aprendizado ocorre nas relações de diálogo e nas trocas de experiências. Essa abordagem valoriza o empoderamento e a independência das participantes, criando um ambiente propício para o desenvolvimento pessoal e coletivo, fortalecendo a solidariedade do grupo.

[11] "La pedagogía feminista es un conjunto de discursos, una práctica política, y es también una manera específica de educar. Su especificidad consiste en echar una nueva mirada a propuestas político-pedagógicas emancipadoras y desde una postura ética, filosófica y política denunciar su parcialidad y su androcentrismo, posicionándose críticamente ante el poder y la dominación masculinos, y promoviendo la libertad y el fortalecimiento de las mujeres, para construir de manera colectiva una sociedad más libre y democrática".

4.1 O trabalho desenvolvido pela FASE

As Organizações Não Governamentais (ONGs) começaram a se consolidar no mundo a partir da década de 1940. De acordo com Coutinho (2004), o termo foi utilizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para se referir a entidades responsáveis pela execução de projetos humanitários e de interesse público. No cenário global, muitas dessas organizações surgiram a partir de iniciativas de igrejas, movimentos de solidariedade e governos de diferentes países, com foco especial na ajuda humanitária e no fortalecimento da democracia, sobretudo em países do Sul global.

No Brasil, as ONGs passaram a se destacar de forma mais intensa a partir das décadas de 1970, especialmente após o período da ditadura militar. O fortalecimento dessas instituições, segundo Coutinho (2004, p. 58), "ocorreu na década de 1990, mais precisamente com a ECO-92", quando o Brasil tornou-se ponto de encontro para discussões ambientais e sociais globais. Influenciadas pelo método de Paulo Freire, essas organizações passaram a concentrar seus esforços na conscientização e transformação social, sempre focadas em questões sociais, ambientais e de direitos humanos. Elas desempenharam e ainda desempenham um papel crucial na promoção da cidadania e na defesa de grupos marginalizados.

A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização não governamental com atuação nos estados da Amazônia, Bahia, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Criada em 15 de abril de 1961, sua missão é promover a inclusão social, garantir a universalização dos direitos humanos e incentivar a sustentabilidade ambiental. Para isso, oferece cursos, capacitações e assessoria para a formação de associações e cooperativas, além de defender a implementação de políticas públicas que beneficiem os grupos sociais mais vulneráveis, segundo seu *website*[12]:

> [...] a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades (FASE, 2024).

[12] FASE, Quem Somos. Rio de Janeiro, acessado em outubro, 2024. https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/#missao

A FASE possui uma trajetória marcada pela atuação em comunidades e associações. Durante a ditadura militar, suas atividades foram severamente reprimidas, mas a organização sempre esteve na vanguarda das lutas populares que culminaram nas eleições presidenciais. Desde então, já denunciava problemas como o modelo de desenvolvimento industrial acelerado, a concentração de terras e a urbanização desenfreada. Em sua participação na Rio-92, a FASE discutiu temas essenciais, incluindo meio ambiente, desenvolvimento, cooperação, biodiversidade e sociodiversidade. Atualmente, a organização busca alinhar-se às políticas públicas e à legislação ambiental, focando na proteção social e nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de prestar apoio a grupos de mulheres.

A FASE iniciou suas atividades educativas em Mato Grosso em 1987, expandindo sua atuação para a Baixada Cuiabana em 2010. Seu objetivo é assessorar agricultores familiares na defesa de seus territórios, na produção de alimentos e na organização social, além de promover a justiça ambiental e os direitos territoriais. O programa regional enfatiza a soberania e segurança alimentar, a agroecologia e a auto-organização das mulheres como sujeitos de direitos. Entre as ações realizadas, destacam-se a assessoria técnica a comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária, visando fortalecer a organização social, facilitar o acesso a políticas públicas e promover a produção de alimentos saudáveis.

As mulheres do grupo “As Margaridas”, no início de suas atividades, buscaram apoio técnico na ONG FASE, no município de Cáceres, por ser mais próximo do assentamento e por já terem referências quanto ao apoio que a FASE desenvolvia com assentados e acampados, como relatam.

> Depois do curso resolvemos continuar nos reunindo pra fazer a horta e as reuniões, já tinha uns seis meses foi em 2003, a gente não tinha um apoio, alguém que apoiasse. Ficamos sabendo através de um companheiro do Assentamento Florestan Fernandes, que me Cáceres tinha uma ONG que dava apoio pra grupo de mulheres e da agricultura familiar. A gente mandou um recado pedindo que a FASE viesse nos conhecer, na época o coordenador era o Vicente, o vice era o Vilmon, e eles vieram pra conhecer o grupo de mulher e ver qual era nossas necessidades. Desse dia em diante a FASE faz parte de nossas vidas, fortaleceu o grupo, até hoje é nosso esteio maior (Rita Julia, junho, 2024).

As Margaridas se movimentam, buscando parcerias que fortaleçam suas iniciativas e procuram colaboradores e colaboradoras. Segundo dona Rita Júlia, a FASE tornou-se seu primeiro apoio institucional, sendo um pilar importante nas decisões coletivas para a realização dos projetos. Nesse contexto, a busca por apoio externo não representa dependência, mas sim uma estratégia para potencializar a autogestão, evidenciando a metodologia de colaboração, consolidando formas sustentáveis de geração de renda e

garantindo que a atividade extrativista continue sendo um meio de vida digno e respeitoso com a natureza.

> A FASE é tudo pra nós, né? Porque desde o início é a FASE que está com nós. Até que o Vicente falava assim, vocês tem que aprender a andar com as próprias pernas, mas, assim, a gente tem tanta confiança na FASE porque ela ajuda desde o começo, foi eles que incentivaram a formar a Associação, que organiza as reunião, faz os projeto, quando vem as reformas, que vem as coisa pra nós da Associação, tudo é a fase elabora os projeto. Então é a técnica da FASE que ajuda nós, né? eles estão sempre nós incentivando e faz os projetos. As entidades lançam o edital e os técnicos já sabem e se inscreve, nós sempre recebemos os recursos por ser mulher e extrativista é mais fácil pra receber os recursos, rapidinho aprova (Maria Alves, setembro de 2024).

Para Neves (2017), a FASE desenvolve sua atuação junto a mulheres, tanto trabalhadoras urbanas quanto rurais, apoiando a formação de associações e cooperativas. Por meio de oficinas e cursos, a organização promove a conscientização sobre direitos, desigualdades de gênero e a importância da autonomia política e econômica. Além disso, oferece orientações para enfrentar a violência e a discriminação, e incentiva o uso sustentável dos recursos ambientais, beneficiando as famílias envolvidas.

As mulheres ressaltam que o grupo “As Margaridas” foi um dos primeiros a se estabelecer e a receber o apoio da FASE, especialmente nos municípios de Mirassol D’Oeste e Cáceres. Neves (2017) relata que, a partir de um projeto conduzido pela FASE, no qual o técnico Maurício realizava um levantamento dos frutos do cerrado, outros grupos começaram a se formar e a se fortalecer. Esse trabalho inicial visava planejar a conservação desses frutos e, assim, estimulou a criação de novos grupos, que atualmente integram a Associação das Extrativistas do Pantanal.

A relação entre a FASE e os grupos de mulheres vai além do simples trabalho técnico, manifestando-se como uma verdadeira parceria pautada em amizade, companheirismo e confiança mútua. Nos diálogos, fica evidente que o sucesso de um reflete no bem-estar de todos, promovendo um forte sentimento de coletividade. O principal objetivo da FASE é facilitar a mediação de projetos e financiamentos para esses grupos e para a Associação. Para isso, a organização conta com o apoio de diversos parceiros nacionais e internacionais, entre eles o Fundo Amazônico, o Fundo DEMA, o Fundo SAAP (Serviço de Análise e Assessoria de Projetos) e o REM (Reed, Early Movers), entre outros.

> A FASE Cáceres, tem uma relação histórica com as mulheres, desde as suas formações iniciais, quando eram informais, aí depois formamos a Associação ARPEP, o apoio maior hoje é com assistência técnicas na elaboração dos projetos PNAE, PAA e Fundos Perdidos. As mulheres já estão bem organizadas, hoje a gente

> é mais assessoria com os projetos, as cozinhas já estão arrumadas, também tem o apoio nos intercâmbios. Mas o maior desafio hoje é o burocrático para vender os produtos, emitir nota fiscal. Quem emite nota com os produtos dela é outro parceiro nosso o CTA, Centro tecnológico alternativo, eles emitem as notas pra elas receber os pagamentos (Késia, Técnica da FASE, setembro de 2024).

A FASE sempre manteve uma abordagem voltada para a agroecologia, com destaque para a formação relacionada às questões de gênero. Seu trabalho valoriza as mulheres, suas dificuldades e promove o feminismo. Contudo, é importante destacar que a FASE é uma organização inclusiva, que acolhe todas as identidades de gênero, sem se restringir a um público específico (Neves, 2017). Observa-se, entretanto, que um dos focos principais, segundo a fala da técnica, são os programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que representam as principais fontes de renda para as mulheres que compõem a ARPEP.

Conforme Almeida e Pacheco (2022), em 2009 o PNAE foi reestruturado com a promulgação da Lei nº 11.947, visando garantir alimentação saudável para escolas de ensino fundamental, médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de escolas indígenas, quilombolas e pré-escolas. A legislação também abriu a possibilidade de comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do programa. Os autores ainda acrescentam:

> O PNAE é uma política descentralizada que objetiva o alcance da segurança alimentar e nutricional e ao mesmo tempo, a participação da agricultura familiar. Porém, são vários os desafios para aplicabilidade desta política que vão desde a criação desta, até a execução na escala municipal, em razão das particularidades e conflitos presentes nos municípios, como a falta de diálogo entre os envolvidos acerca de melhores preços, a falta de planejamento, os atrasos de editais, os pedidos fora da época de produção e os atrasos de pagamentos (Almeida; Pacheco, 2022, p. 165).

O PNAE é um programa fundamental que promove a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, além de fortalecer e integrar a agricultura familiar. Contudo, os desafios para sua plena implementação são grandes, começando pela inclusão efetiva desses produtos no cardápio da merenda escolar municipal e estadual.

No município de Cáceres (MT), os produtos da ARPEP estão incluídos no cardápio da merenda escolar, de modo que todas as escolas, tanto urbanas quanto rurais, recebem pães e bolachas produzidos pelas mulheres do grupo. Entretanto, as escolas estaduais não são beneficiadas, pois os produtos derivados do babaçu, pequi e cumbaru ainda não estão contemplados no cardápio da merenda escolar da SEDUC-MT (Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso).

Nos municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste, as mulheres desempenham um papel mais ativo nas atividades produtivas e comunitárias, contando com maior proximidade e reconhecimento por parte dos gestores municipais. Essa relação contribui para a valorização de suas produções e para a inclusão destas nas políticas públicas locais. Porém, na esfera estadual, o acesso aos gestores é mais dificultado, não apenas pela distância geográfica, mas também pela falta de interesse da administração estadual em promover e incentivar a valorização dos produtos extrativistas das mulheres. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer as articulações e reivindicar maior reconhecimento e apoio para essas trabalhadoras, garantindo que suas produções sejam devidamente incluídas nas políticas públicas em todos os níveis de governo.

Outros desafios apontados pelas produtoras incluem a falta de diálogo entre os envolvidos, ausência de planejamento adequado, atrasos em editais e pagamentos, que comprometem a execução eficaz do PNAE. Essas dificuldades refletem as complexidades administrativas e os conflitos locais que precisam ser superados para que o programa alcance plenamente seus objetivos. Assim, é fundamental um esforço conjunto para melhorar a articulação entre os diversos atores envolvidos e aperfeiçoar os processos logísticos e financeiros para a plena execução do programa (Almeida e Pacheco, 2022).

Outro programa governamental importante é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), criado em junho de 2003, por meio do artigo 19 da Lei nº 10.696, com o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. "Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial [...]" (Hespanhol, 2013, p. 470).

As mulheres do grupo "As Margaridas" fornecem pães e bolachas enriquecidos com farinha de babaçu, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para a Escola Municipal Zumbi dos Palmares, localizada no Assentamento Margarida Alves, e para a entidade filantrópica Centro Social João Paulo II, ambas situadas no município de Mirassol D'Oeste.

> Hoje a gente trabalha com farinha de babaçu fazendo pão e bolacha, que vende pelo PAA aqui em Mirassol e pelo PNAE a gente vende para as escolas da prefeitura de Cáceres. A gente entrega nas irmãs ali do Centro João Paulo II e na Escola Zumbi dos Palmares. E esse projeto é assim, muito importante e gratificante, para as famílias do assentamento Margarida Alves. Porque através do PAA que as mulheres do grupo conseguiram ter sua renda, para ajudar a família, porque na época a gente tinha umas mulheres que trabalhavam até cortando cana no canavial, pra usina, depois que começamos a vender através da Associação e dos projetos do governo

> federa o PNAE e PAA as mulheres só estão no Assentamento, assim também garante que não pensam em vender o sítio e ir pra cidade. E é muito gratificante saber que nossos produtos estão alimentando as crianças principalmente as crianças de baixa renda, eles adoram quando chega os produtos, dá uma felicidade enorme (Rita Julia, julho, 2024).

Silva, Napolitano e Bastos (2016) destacam que a palmeira babaçu é nativa da América do Sul, sendo encontrada em países como Bolívia, Guiana e Suriname. No Brasil, sua presença é mais marcante nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso, embora também ocorra em áreas isoladas na região Norte e Nordeste. No estado de Mato Grosso, a palmeira babaçu se distribui principalmente nas regiões do Pantanal e do Cerrado, territórios onde atuam as mulheres da ARPEP.

O uso da palmeira babaçu remonta a tempos ancestrais em comunidades tradicionais e povos indígenas, desempenhando papel fundamental em sua cultura e economia. Seu aproveitamento é diversificado, abrangendo desde o consumo in natura até a produção de óleos, construção de casas e realização de rituais. Contudo, ser extrativista de babaçu exige conhecimentos e técnicas específicas, desde a identificação dos frutos maduros até a habilidade no manuseio do machado para quebrar os cocos e extrair as castanhas. O extrativismo sustentável, além de preservar o meio ambiente, fortalece a identidade cultural dessas comunidades e promove geração de renda, contribuindo para a valorização e autonomia das populações locais.

Percebemos a importância dos programas PNAE e PAA para o assentamento e para a vida das mulheres do grupo “As Margaridas”. Esses projetos não apenas garantiram uma fonte de renda estável, mas também reforçaram a permanência das mulheres e suas famílias no Assentamento Margarida Alves, evitando o êxodo rural. Além disso, destaca-se a satisfação e o orgulho manifestados por elas ao mencionarem que seus produtos são destinados à alimentação das crianças, que apreciam e se beneficiam desses alimentos. Existe, portanto, uma clara conexão entre o empoderamento feminino e a contribuição para a comunidade, algo que ultrapassa a simples subsistência econômica e reafirma o papel social dessas mulheres como provedoras de saúde e bem-estar para as futuras gerações.

> Nossos produtos são para os projetos do PAA e PNAE, que entrega pra escola, tem os dias certos de fazer pra poder entregar a gente tem uma escala de trabalho, e também a gente recebe por parcelas, mas é muito bom, pelo menos a gente sabe que temos pra receber. Se a não tivesse os projetos aí se fosse pra vender no comercio, como nos mercados, não ia dar certo, além de mais burocrático, não é garantido a venda e pode não vender e perder produtos, ter mais prejuízo do que lucro, assim entregando pra escola, não tem perda (Marli, junho, 2024).

Destacamos que a comercialização por meio dos programas PNAE e PAA proporciona uma importante segurança na renda das mulheres envolvidas, garantindo que seus produtos serão consumidos sem risco de desperdício. Além disso, esses programas asseguram uma demanda constante, criando um ciclo de sustentabilidade que beneficia tanto os produtores quanto as comunidades atendidas. Conforme Hespanhol (2013, p. 470), esses programas têm como objetivo "assegurar o acesso aos alimentos às entidades assistenciais que atendem pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e fortalecer a agricultura familiar[...]", promovendo, assim, inclusão social e desenvolvimento econômico para populações vulneráveis. Dessa forma, os programas cumprem um papel fundamental ao integrar os pequenos produtores ao mercado, ao mesmo tempo em que contribuem para a segurança alimentar de comunidades necessitadas.

A FASE desempenha um papel crucial como rede de apoio para as mulheres do grupo "As Margaridas", mediando projetos e oferecendo suporte essencial para o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas iniciativas. Além de fornecer assistência técnica, a FASE colabora na capacitação das mulheres, fortalecendo suas capacidades organizativas e produtivas. Essa atuação não apenas garante a continuidade dos projetos, mas também fomenta a autonomia econômica e social das participantes, fortalecendo suas comunidades e contribuindo para a promoção da justiça social e ambiental.

4.2 ARPEP: Trajetória da Associação Regional das Extrativistas do Pantanal

Ela é fortaleza, uma guerreira que não está sozinha nessa luta.
Juntas, somos uma força invencível!
Unidas e determinadas, somos capazes de superar qualquer obstáculo.
Autor desconhecido

Marx (1982) argumenta que a sobrevivência de todos os seres vivos está ligada à apropriação dos recursos naturais, seja de maneira direta ou por meio de alterações em seu estado natural para atender às suas necessidades. Assim, ele chega à conclusão de que o trabalho pode ser definido, de forma simples, como a transformação da natureza pelos seres vivos. Dessa forma, ao modificar a natureza, os seres vivos também passam por um processo de transformação.

Assim, o trabalho é visto como uma essência fundamental do ser humano, que não apenas permite a sobrevivência, mas também expressa a criatividade e a capacidade de modificar o mundo. Neste contexto, para o capitalismo, o trabalho se torna alienado, pois o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, que é apropriado pelo capitalista. Essa alienação resulta

em uma desconexão entre o trabalhador e o resultado de sua atividade, levando à desumanização e à exploração. O trabalho, na concepção marxista, é uma dimensão central na análise das relações sociais e econômicas.

Para superar tal desconexão entre o trabalho e o ser humano, e tantas injustiças, desemprego e alienação, os trabalhadores encontram na produção associada "uma forma de organizar o trabalho dentro dessa lógica, e não nos deteremos em aprofundamentos nas demais economias" (Neves, 2012, p. 63). Estaremos explorando de maneira detalhada como se desenvolvem as atividades de extrativismo e o trabalho associado no contexto das mulheres que compõem a ARPEP.

O extrativismo realizado pelas mulheres, especialmente no âmbito do associativismo, reflete uma ação coletiva baseada em cooperação e solidariedade mútua (Neves, 2012). Ao analisar essas práticas, buscamos evidenciar como a ação coletiva e a cooperação têm sido fundamentais para a autonomia econômica dessas trabalhadoras, destacando a importância da organização associativa para a sustentabilidade de seus meios de vida e para o fortalecimento de suas comunidades.

Cotrin (2018) argumenta que o associativismo é uma forma de união pela qual a sociedade se estrutura para resolver questões e superar desafios cotidianos. Neves (2012, p. 19) complementa essa visão ao afirmar que "o significado da produção associada e os saberes mediados por essa experiência" surgem da necessidade de identificar espaços em que os trabalhadores e trabalhadoras produzem tanto a vida quanto o trabalho de forma colaborativa.

Lia Tiriba (2006, p. 118) ressalta que

> [...] a "produção associada" deve ser concebida em dois sentidos. O primeiro vincula-se à constatação (a olho nu) de que a reprodução da classe-que-vive-trabalho, em especial dos trabalhadores oriundos dos setores populares, requer uma verdadeira produção associada, pressupondo a criação de redes de solidariedade, de colaboração para que, cotidianamente, possam garantir sua sobrevivência. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico. O segundo sentido de "produção associada" caminha no horizonte econômico-filosófico marxista, no qual a mesma é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção.

A produção associada emerge como uma resposta significativa às crises de desemprego e à precarização do trabalho, desafiando o modelo de trabalho assalariado e a subordinação ao capital. Nesse contexto, a produção associada não é uma simples organização econômica, mas uma manifestação da práxis social, que implica ação transformadora e reflexão crítica sobre o mundo do trabalho (Neves, 2012).

Segundo Tiriba (2006), essa nova consciência não se desenvolve apenas a partir de discursos ou apelos por uma mudança de pensamento. Ela emerge da busca dos trabalhadores e trabalhadoras por novas formas de convivência que se alinhem aos princípios da autogestão. Esse processo exige uma pedagogia voltada para a emancipação das classes trabalhadoras, que reconheça que o conhecimento não é algo abstrato, mas sim gerado na prática do trabalho e nas relações sociais. No entanto, ao abordar o contexto das mulheres no meio rural, é possível observar que as formas de organização associativa enfrentam desafios ainda maiores.

A realidade dessas mulheres envolve não apenas superar barreiras econômicas e sociais, mas também lidar com a falta de acesso a recursos, desigualdade de gênero e invisibilidade no mercado de trabalho, tornando a luta pela autogestão um processo ainda mais complexo e necessário.

A pedagogia da produção associada, em diálogo com a pedagogia feminista mencionada anteriormente, não apenas promove a autonomia e a solidariedade entre as trabalhadoras; ela evidencia a urgência de uma transformação estrutural profunda nas esferas sociais e econômicas. Tal transformação busca superar o modelo capitalista, almejando a construção de um futuro socialmente mais justo e ambientalmente sustentável (Tiriba, 2006). Nesse processo, o papel das organizações, como as associações de mulheres, é crucial, pois oferece um espaço onde as mulheres podem construir suas realidades de forma coletiva e consciente, fortalecendo seu protagonismo e capacidade de ação frente aos desafios da sociedade contemporânea.

Em oposição ao sistema capitalista e patriarcal, o grupo de mulheres “As Margaridas” uniu-se a outros três grupos em uma rede de apoio, formalizando a criação da Associação Regional das Produtoras do Pantanal (ARPEP), em 31 de julho de 2009. Constituída como uma associação sem fins lucrativos, sua sede está situada no Assentamento Corixinha, às margens da BR-070, Km 804, no município de Cáceres-MT. Segundo o artigo 2º de seu Estatuto, a ARPEP tem como objetivo principal a promoção da autonomia econômica e social das mulheres do Pantanal, além de fortalecer práticas sustentáveis e solidárias no contexto rural. Os objetivos são:

> I - Representar os seus associados junto aos Poderes Públicos, propondo e sugerindo medidas que atendam os interesses dos mesmos; II - Solicitar dos Poderes constituídos, reconhecimento, auxílio, benefícios e leis que proporcionem proteção e estímulo as atividades de Agroextrativismo; III - Estimular e propor medidas que permitam as famílias dos pequenos produtores o desenvolvimento harmônico de suas atividades, especialmente aquelas que visam o seu fortalecimento como parcela representativa do contexto econômico e social do Município, Estado e País; IV - Estimular o progressivo desenvolvimento dos seus associados, através do

> aperfeiçoamento técnico-profissional visando à segurança, racionalização e melhores níveis de produtividade. V - Celebrar convênios, contratos e acordos com entidades ou profissionais liberais, no sentido de oferecer aos associados serviços que auxiliem na consecução de seus objetivos produtivos; VI - Congregar e promover socialmente seus associados; VII - Fomentar a criação de consórcios internos entre os associados no sentido de fortalecer a coleta, produção e transformação de produtos do cerrado (Estatuto ARPEP, p.01).

Enfatizamos a importância da solidariedade e da colaboração entre as mulheres, que se unem para garantir sua sobrevivência e sustentar suas famílias. Conforme mencionado por Tiriba (2006), a produção associada é fundamental para a construção de uma sociedade onde os trabalhadores estejam livres e organizados. Para as mulheres da ARPEP, isso se traduz em um empoderamento econômico e social, pois elas não apenas transformam recursos naturais, mas também se tornam protagonistas na definição de suas realidades.

> Nós fizemos uma oficina pra trabalhar com farinha de babaçu, descobrimos que podia fazer pão e bolacha. A gente podia vender mais e gerar mais renda, entregar pras crianças da escola, através do PAA, mas tinha um problema, pra participar dos projetos tinha que ter associação, nós era um grupo informal, mas pra formalizar nosso grupo, fazer uma associação ficava muito caro e era muito burocrático, através da FASE veio a ideia de juntar os quatro grupos que era pra facilitar na questão de documentação. Unimos os quatro grupos, a coordenação a gente tira um pouco de cada grupo, e deu certo, está dando certo, cada dia melhor. Eu era a coordenadora aqui do grupo das Margaridas na época e nenhuma outra mulher quis, aí eu assumi a primeira presidenta da associação. Sempre a gente escolhe através de votação, a cada dois anos a gente troca, eu também já fui vice presidenta, tesoureira, do conselho fiscal, tem que assumir os cargos, pra que precisa, se não funciona (Maria Alves, setembro, 2024).

O relato evidencia como a burocracia e os custos elevados para a formalização de uma associação representam barreiras significativas para a autonomia e o fortalecimento do grupo de mulheres “As Margaridas”. Esses desafios podem ser compreendidos a partir da lógica do capital, que impõe normas e estruturas que dificultam a autogestão de grupos comunitários, especialmente aqueles que atuam em atividades tradicionais e de economia solidária.

Muitas vezes, grupos comunitários e organizações informais hesitam em formalizar suas atividades devido à incerteza sobre os impactos dessa transformação. Esse receio pode estar relacionado à falta de informações, ao temor de perder a autonomia conquistada e à dificuldade em lidar com a burocracia. No contexto rural, essas preocupações são ainda mais evidentes, pois o acesso à capacitação, assessoria jurídica e suporte técnico é reduzido, tornando o processo de formalização ainda mais desafiador.

Entretanto, essas mulheres enfrentam esses desafios como grupos informais e, mediadas pela FASE, encontraram no associativismo uma poderosa ferramenta de

empoderamento coletivo. É na ARPEP que as mulheres assumem papéis de liderança, tomam decisões de forma democrática e desenvolvem seus aprendizados, transformando suas produções em oportunidades de geração de renda e fortalecendo a autonomia feminina. Porém, é possível perceber a influência masculina que impregna os ambientes femininos ao observar a redação do Estatuto da ARPEP.

> **DA DIRETORIA**
> Art. 30º - A Associação será administrada por uma diretoria composta dos seguintes membros:
> I – Presidente/a;
> II - Vice-Presidente;
> III – Primeiro-secretario/a;
> IV – Segundo-secretário/a;
> V – Primeiro Tesoureiro/a;
> VI – Segundo Tesoureiro/a;
> Art. 31º - Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 02 (dois) anos, podendo serem reeleitos com a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) mais um.

O trecho destacado do Estatuto da ARPEP revela um aspecto importante da cultura patriarcal ainda presente nas estruturas formais. A ausência de linguagem inclusiva nos cargos de gestão, como “Presidente” e “Tesoureiro,” demonstra como a norma masculina permanece enraizada, mesmo em espaços predominantemente femininos. Essa realidade evidencia a dificuldade em superar padrões linguísticos e culturais profundamente arraigados, mesmo em contextos voltados para a emancipação e autonomia das mulheres.

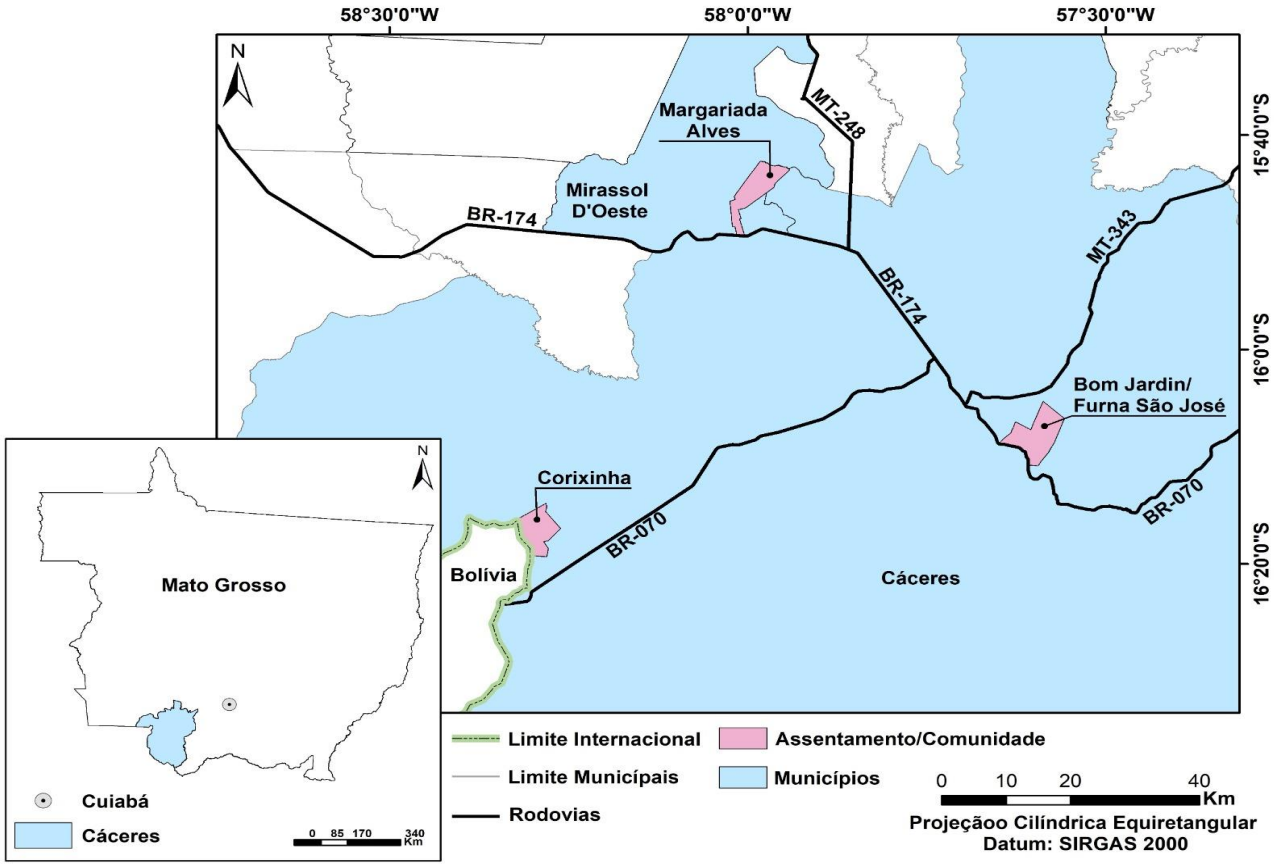
> Reconhecer as situações opressoras e os engajamentos em organizações associadas, geram situações para as mulheres superarem os obstáculos. São reforços em atitudes concretas, encorajadoras para se mobilizar e participar e construir coletivamente os seus sonhos e objetivos. A inserção em coletivos de mulheres é a experiência pedagógica e política que torna real e acessível resultados de toda luta política e cultural de autoorganização, são as conquistas ao alcance das mãos, caminhos para a superação dos sistemas de opressão para a construção social de realidades libertadoras (Cabral; Zart, 2024, p. 4-5).

Destacamos a importância do reconhecimento das organizações associativas como elementos fundamentais para a superação de obstáculos pelas mulheres. A participação das mulheres em coletivos como a ARPEP, que encontram apoio mútuo e em redes como a FASE, não se limita a uma estratégia de sobrevivência econômica, mas se revela como uma prática pedagógica e política, que possibilita às mulheres assumirem papéis de liderança, fortalecerem sua autonomia e construírem suas realidades de forma coletiva.

Atualmente, os grupos que compõem a Associação correspondem a três grupos, conforme a localização no mapa 2, destacado na cor rosa: o grupo “As Margaridas”,

identificado no mapa como “Margarida Alves”; “Amigas da Fronteira”, nomeado como Corixinha; e “Amigas do Cerrado”, indicado como Bom Jesus/Furna São José.

Mapa 2 - Localização dos grupos da ARPEP



Fonte: Zocal (2025).

Conforme relatado por Dona Rita, até o ano de dois mil e vinte e quatro, a ARPEP era composta por quatro grupos de mulheres. A partir do ano de dois mil e vinte e cinco, o grupo “Frutos da Terra”, localizado na comunidade Quilombola Nossa Senhora da Guia Morraria, passou a não integrar mais a Associação. Sendo assim, atualmente a ARPEP é composta por três grupos (ver fotografia 6), que atuam em diferentes localidades. Além do grupo “As Margaridas”, também fazem parte da associação o grupo “Amigas da Fronteira”, localizado no Assentamento Corixinha, que se dedica ao beneficiamento do pequi e do babaçu; e o grupo “Amigas do Cerrado”, no Assentamento Facão/São José, focado no beneficiamento do babaçu e cumbaru. Esses grupos formam uma rede de fortalecimento e produção extrativista de maneira coletiva e sustentável.

Fotografia 6 - Reunião das Associadas da ARPEP



Fonte: acervo das Margaridas (2024).

Atualmente, cada grupo possui uma unidade de produção que foi recentemente reformada e equipada com forno, cilindro elétrico, máquinas de bolacha, entre outros, visando facilitar e otimizar o trabalho das mulheres envolvidas.
A FASE desempenha um papel crucial como intermediadora entre os grupos, atuando como uma rede de apoio fundamental na elaboração de projetos para os programas governamentais, como o PNAE, o PAA e outros. Além disso, é responsável por coordenar a distribuição de pães e bolachas nas escolas municipais de Cáceres, fortalecendo a ligação entre a produção associativa das mulheres e as demandas da comunidade local.
A ARPEP fornece seus produtos para todas as escolas municipais de Cáceres, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Utilizando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a associação entrega pães e bolachas para a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e a Fundação Terezinha Mendes, também localizadas no município de Cáceres. Em Mirassol d'Oeste, as entregas são feitas ao Centro Social João Paulo II e à Escola Municipal Zumbi dos Palmares.
As quantidades produzidas, em termos de quilos e valores, dependerão dos requisitos estabelecidos nos editais de chamada pública. Esses quantitativos são distribuídos de maneira

igualitária entre os grupos para que possam realizar a produção. Vale ressaltar que, apesar de integrarem a associação, cada grupo mantém sua própria autonomia, com uma coordenação própria e liberdade para decidir como desenvolverá suas atividades de produção e organização do trabalho.

Desse modo, é possível observar que a estrutura organizacional da ARPEP promove um modelo de produção colaborativa e, ao mesmo tempo, respeita a autonomia de cada grupo que a compõe. A distribuição igualitária dos recursos e a independência na coordenação e nas decisões de produção refletem um esforço coletivo em equilibrar a cooperação e a autogestão, fortalecendo as capacidades individuais e comunitárias. Essa abordagem não apenas fomenta a sustentabilidade econômica, mas também empodera as mulheres envolvidas, proporcionando-lhes um espaço de aprendizagem pessoal e profissional dentro de um contexto de apoio mútuo e solidariedade..

4.3 A vez e a voz das Margaridas: percepções, enraizamento e identidades

> [...] nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público (Hooks, 2013, p. 90).

Bell Hooks (2013) enfatiza a importância da acessibilidade e da clareza na comunicação teórica, sugerindo que o conhecimento não deve ser restrito a uma elite acadêmica, mas democratizado, para que todas as pessoas possam entender e aplicar esses conceitos em suas vidas diárias. Assim, a experiência e os conhecimentos adquiridos ao longo da vida também são perceptíveis como formas de aprendizagem.
Para Maria Cecília Sanderberg (2006, p. 47), a "busca educativa" fundamenta-se na compreensão de que superar os limites impostos pelos condicionamentos de gênero e, principalmente, pela subordinação, não é algo que possa ser simplesmente ensinado, mas sim desenvolvido ao longo de um processo que envolve tanto o crescimento individual quanto o coletivo. Trata-se de uma construção contínua que exige reflexão, ação e o constante questionamento das normas que sustentam as desigualdades de gênero.
As vozes das mulheres são ouvidas numa perspectiva da Pedagogia Feminista, que "pretende ser emancipatória porque possibilita a conscientização, a libertação e a transformação das/os sujeitos/as e de sua realidade" (Santos e Bonfim, 2010, p. 02).
Para alcançar reflexões pedagógicas, é essencial escutar as mulheres, suas trajetórias pessoais e aquelas que se entrelaçam nas experiências coletivas, nos princípios que compartilham, nos

desafios enfrentados e nos conhecimentos adquiridos e transmitidos. “As Margaridas” têm a sua palavra, em seus contextos, nas suas feiras, nas reuniões, nas lutas pelos direitos de ser mulher extrativista.

> Além de libertadora, transformadora e dialógica, essas práticas educativas devem dar poder às mulheres de forma a permitir, tanto às práticas como às relações interpessoais, a utilização de estratégias de “superação” do estado de submissão e de ausência do exercício do poder entre elas (Santos; Bonfim, 2010, p. 2).

Nossas análises são fundamentadas em pontos-chave observados e discutidos em diálogos com as mulheres. O primeiro envolve a história do grupo, o significado que ele tem para as participantes, a conexão com a natureza e os principais desafios atuais. O grupo de mulheres do Assentamento Margarida Alves teve início em abril de 2003, a partir de um curso sobre o uso de plantas medicinais, já mencionado anteriormente. Dona Maria Rosa, a mulher mais idosa do grupo, que acompanhou sua trajetória desde o acampamento até o assentamento, e é uma das fundadoras do grupo de mulheres “As Margaridas”, emocionada, nos relatou alguns detalhes:

> Eu criei meus filhos sozinha, morava na cidade e dependia da ajuda de doações dos vizinhos e da assistência social. Aí fui convidada pra ir pro acampamento, fui porque achei que ganhando um pedaço de chão ia melhorar as coisas, pelo menos comida. Nada foi fácil, a luta foi grande e sofrimento. Lá no acampamento eu participava de tudo, gostava das reuniões. Aqui no assentamento já teve várias tentativas de associação, fazia tempo que eu tinha vontade de socializar com outras mulheres. Mas já teve associação de trator, para plantar, de mulher e foram várias, tentamos eu outras companheiras tentamos organizar uma associação só de mulher, mas não foi pra frente, muita burocracia, papelada e só ia gastando, então as mulher foram desistindo, até eu que era das mais animada, desisti de correr atrás. Depois do curso das plantas medicinal resolvemos criar um grupo informal, nada de burocracia, mas que tinha o objetivo de cuidar da horta e de nós conversar principalmente sobre nossos direitos. toda terça-feira a gente se reunia, debaixo das árvores do posto de saúde, os assuntos era vários, sobre saúde da mulher, sobre não aceitar apanhar dos maridos e que nos tinha que ser livre, tratava assuntos de cuidados com a meio ambiente, e também organizava como ia cuidar da horta. A cada encontro mais mulher começava a participar. Eu ia nas terça e na quinta feira cuidar da horta, mas não era pôr dinheiro, porque naquela época ninguém ganhava nada, pra mim eu queria era pra estar junto das outras mulheres e conversar, mas é claro que dinheiro é bom e ajuda muito, as reclamações da maioria das mulheres, era que não ganhavam nada, tinha que passar humilhação e pedir tudo pro marido, aí sim todas nos queria ter uma renda né. Depois de um tempo a gente escolheu o nome do grupo de As Margaridas (Maria Rosa, junho, 2024).

Destaca-se, para reflexão, a dificuldade em formalizar uma associação, devido aos processos burocráticos que desestimulam as participantes. Porém, quando não houve a necessidade de formalidade, as mulheres não desistiram. Neste novo espaço, elas discutem não apenas questões práticas, como a gestão da horta medicinal, mas também temas cruciais

para sua emancipação, como saúde, direitos e o combate à violência doméstica. Essa troca de experiências não apenas fortalece o senso de identidade coletiva, mas também cria uma nova forma de pertencimento baseada na solidariedade e no apoio mútuo. A formação do grupo é muito mais do que um processo de geração de renda, compreendendo assim a perspectiva da educação popular feminista.

> [...] após participar das oficinas a contribuição reflete no processo de empoderamento e emancipação das mulheres das classes populares. [...]passa a ser não só uma fonte de renda, mas também uma possibilidade de pensar-se e repensar-se em suas relações no e com o mundo, consequentemente com os outros. Romper com o silenciamento das lutas femininas em busca de equidade também é um dos objetivos deste trabalho, que assume seu político e ideológico na desconstrução da lógica patriarcal imposta pelo sistema capitalista e neoliberal, em que o patriarcado fere, mata e machuca todos os dias, infelizmente. Por isso a necessidade do feminismo e suas contribuições libertadora e revolucionária (Silva, Corrêa e Negretto, 2018, p. 112).

Ao participar dos grupos, as mulheres não apenas conquistam uma fonte de renda, mas também ampliam sua capacidade de refletir sobre suas próprias vidas e desafios. Esse processo representa uma ruptura com o silenciamento das lutas femininas e um avanço significativo na busca pela equidade de gênero. Para Cusiquanqui (2015), as relações de gênero estão intrinsecamente entrelaçadas a uma perspectiva descolonizadora, ressaltando a importância das práticas comunitárias e da interdependência com a natureza como caminhos para a autonomia e a resistência. Assim, as mulheres vão construindo suas histórias de vida, como a escolha do nome do grupo, também sempre lembrada pelas participantes. Dona Rita relata o motivo:

> A horta estava bonita, tinhas muitas ervas, a gente usava pra fazer chá, como camomila, boldo, erva-cidreira, tinha cebolinha, tinha algumas flores que plantamos. No outro ano, veio a seca e faltou água no poço, quase todas as plantinhas morreram, mas as margaridas não, elas resistiram, até floriu, acho que pra amenizar o problema e nos alegrar. Depois que fizemos umas reuniões com o pessoal da fase, eles sugeriram que nos escolhesse um nome para o grupo. aí foi uma discussão, por o Assentamento chama Margarida Alves em homenagem a mulher sindicalista que foi assassinada a mando dos fazendeiros. A gente queria algo significativo pra nós, que fosse da gente, diante de muitas sugestões, foi lembrado a resistência da planta que ficou viva e floriu na seca, e juntando os dois fatos a planta e o Assentamento, a mulher Margarida Alves, decidimos ficar sendo “As Margaridas”, como forma de fortalecer e resistir igual nossas plantas margaridas. Agora em muitos lugares, e nas feiras, muita gente já chega em nós falando é as bolachas das Margaridas, já somos conhecidas como As Margaridas, e estamos gostando (Rita Julia, junho, 2024).

A pedagogia feminista dialoga com as concepções da ativista boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2015), que em *Sociología de la imagen: miradas ch’ixi desde la historia andina* propõe uma perspectiva descolonizadora da história e do conhecimento. A autora introduz o

conceito aymara de ch’ixi, que expressa a coexistência de elementos contrastantes sem que um anule o outro, enfatizando a convivência com a diferença como parte do desenvolvimento do pensamento e da ação. Nesse sentido, compreender o contexto das mulheres do grupo “As Margaridas” é fundamental, pois elas reivindicam seu espaço de fala e protagonismo, tornando visíveis suas experiências e formas de resistência. Assim, suas práticas e criações são reconhecidas como parte da construção de saberes autônomos e coletivos.

Podemos perceber, no relato de Dona Rita, que o nome do grupo não foi escolhido de forma aleatória, mas como resultado de um processo reflexivo que conecta a resistência da planta margarida com a memória de Margarida Alves, sindicalista. Uma afirmação de fortalecimento da identidade do grupo e da consolidação de sua presença na comunidade. As mulheres não só adotam o nome, mas passam a ser reconhecidas por ele, demonstrando como a identidade coletiva do grupo se constrói e se reforça por meio de símbolos compartilhados e experiências comuns.

Diante dos desafios e problemáticas enfrentados pelas mulheres, a independência financeira tornou-se um objetivo central. Buscar uma rede de apoio para o fortalecimento coletivo foi essencial, sendo que o primeiro suporte veio da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). O extrativismo foi impulsionado através de oficinas conduzidas por uma formadora do CTA.

> [...]a gente via a necessidade das mulheres ter uma renda, ganhar um dinheiro pra se tornar mais independente. Através da FASE, na época era o Ronaldo que era p técnico que dava assistência aqui, aí o Ronaldo, chamou uma moça, lá do CTA, que veio até aqui no grupo pra dar um curso, ela ensinou como mexer com o babaçu, porque nós só usava o babaçu pra cobrir os barracos, mas aí a gente descobriu um monte de riqueza que tem não nos pés de babaçu, e que a gente tem de cuidar da natureza, só tirar o que essencial. Assim, que começou o trabalho com o babaçu (Eni, julho, 2024).

A busca pela autonomia financeira dessas mulheres vai além da simples organização produtiva; reflete um processo de transformação nas dinâmicas familiares e comunitárias. Ao participarem das oficinas e intercâmbios, não apenas descobriram um potencial econômico no babaçu, antes subvalorizado, mas também fortaleceram sua autoestima e capacidade de decisão. O aprendizado das técnicas de aproveitamento desse recurso natural foi apenas um dos aspectos dessa mudança, sendo igualmente essencial a conscientização sobre o extrativismo sustentável e a preservação ambiental. No entanto, os desafios foram imensos, pois essa nova independência gerou tensões nas relações domésticas, desafiando normas

tradicionais de gênero e exigindo que negociassem seu espaço tanto no âmbito produtivo quanto dentro de casa.

Mendes *et al*. (2014) comentam que as mulheres sempre trabalharam no sítio, cuidando dos serviços domésticos, dos quintais e do cuidado com os filhos; conciliar todos esses fatores, além da oposição de alguns maridos, foram alguns dos diversos obstáculos enfrentados pelas mulheres no início de suas atividades produtivas. Os autores argumentam que essa realidade começou a mudar a partir do momento em que o trabalho das mulheres passou a gerar renda, contribuindo de forma relevante nas despesas da família.

Para a produção dos pães e bolachas comercializados com as escolas, entidades e nas feiras, as mulheres passam por um processo de trabalho que, muitas vezes, é exaustivo e fisicamente exigente. Esse ciclo começa com a busca por palmeiras de babaçu com cachos carregados de frutos maduros, demonstrados nas fotografias a seguir.

Fotografia 7 - Colheita de coco babaçu



Fonte: acervo Grupo das Margaridas (2024).

Para colher os cocos, é comum que utilizem uma vara longa, normalmente feita com tabocas amarradas umas às outras, pois as palmeiras são altas. Esse é um manejo totalmente sustentável, mas também arriscado, já que frequentemente encontram cobras venenosas na base das palmeiras.

> Aqui no grupo a gente divide as tarefas, mas não são todas as mulheres que retiram o mesocarpo do babaçu, porque é difícil, dá muito trabalho. Eu já tô acostumada, vou lá no mato ou no pasto, onde tem as palmeiras, derrubo os cocos, uso uma vara de bambu, quando tá muito alto amarro com uma borracha uma na outra, e no pé do

> babaçu já encontrei muita cobra, aí tem mulher que tem medo, tenho sempre de ir de bota de borracha. Os cocos de babaçu que é bem carnudo, tira o mesocarpo pra fazer a farinha, e o com pouca polpa, coloca pra secar e depois quebra pra tirar as castanhas e fazer o óleo. Eu e mais umas duas, fazemos a farinha, só eu que faço o óleo, porque vende pouco e dá muito trabalho (Maria Neuza, novembro, 2024)

A divisão de tarefas dentro do grupo é marcada tanto pela colaboração quanto pelas habilidades e limitações individuais das participantes. Como relatado por Maria Neuza, nem todas as mulheres desempenham as mesmas funções. Essa diferenciação no trabalho não significa uma hierarquia, mas sim uma adaptação às preferências e capacidades de cada integrante, assim como à demanda pelo produto. Essa dinâmica revela como a divisão de tarefas é moldada tanto pelos desafios práticos do trabalho quanto pelas necessidades econômicas do grupo, evidenciando a importância da autogestão e do respeito às individualidades na organização coletiva.

Fotografia 8 - Coco Babaçu



Fonte: acervo Grupo das Margaridas (2024).

Dona Maria Alves fala sobre o processo com o coco babaçu e a retirada da farinha:

> Pra fazer a farinha o processo é o seguinte, depois de pegar o coco, a gente lava, descasca, usando um facãozinho, só fica a parte branca, essa é o mesocarpo, aí vai batendo com um porrete, até ir saindo a parte branca, coloca esse mesocarpo pra secar no sol, depois de seco, tritura até ficar a farinha, que já tem uma cor mais marronzinha. Assim, está pronta a farinha, que depois enriquece os pães e bolachas, pra vender, a gente tá vendendo a farinha também por dá para colocar no bolo, fazer mingau (Maria Alves, setembro, 2024).

Silva, Napolitano e Bastos (2016) descrevem o aproveitamento quase integral da palmeira babaçu, destacando sua versatilidade e importância para diversas comunidades tradicionais, especialmente para as quebradeiras de coco do Maranhão. As folhas são

utilizadas na cobertura de moradias, na confecção de cestos e peneiras, além de servirem como alimento para os animais durante os períodos de seca. Os cachos de flores são amplamente empregados no artesanato, agregando valor cultural e econômico.

O caule, por sua vez, possui múltiplas funções, desde a produção de adubo natural até o uso tradicional por algumas comunidades indígenas, que fermentam sua seiva para obter um vinho muito apreciado. Além disso, o palmito pode ser extraído da palmeira, mas essa prática não é recomendada, pois implica na derrubada da planta, comprometendo sua regeneração e os recursos que dela derivam.

Nas regiões do Brasil onde a palmeira babaçu é encontrada, o aproveitamento do coco se dá de maneira ampla e eficiente. Segundo Silva, Napolitano e Bastos (2016), cada palmeira pode produzir de três a cinco cachos, e cada cacho contém entre 300 e 500 cocos. Esses frutos são utilizados de diversas formas, garantindo não apenas sustento, mas também geração de renda para as comunidades locais. A seguir, apresenta-se um esquema ilustrativo das principais formas de aproveitamento do coco de babaçu.

Figura 1 - Fruto Babaçu



Fonte: Silva, Napolitano e Bastos (2016).

As mulheres do grupo “As Margaridas” aproveitam integralmente o fruto do babaçu, destacando-se o mesocarpo como a principal matéria-prima para a extração da farinha, um dos produtos mais valorizados por sua versatilidade e valor nutricional.

Fotografia 9 - Mulher descascando coco babaçu e o mesocarpo já retirado



Fonte: Grupo das Margaridas (2024).

A farinha de babaçu, rica em nutrientes e fibras, é um dos componentes da multimistura que a Pastoral da Criança distribui para crianças e adultos com deficiências nutricionais. Para dona Sueli, “a farinha de babaçu é rica em tudo, é um antibiótico natural, bom para o intestino também” (Sueli, novembro, 2024). No grupo, as mulheres a incorporam como ingrediente nas receitas de pães e bolachas. Para a comercialização desses produtos, todas as formulações são desenvolvidas em conjunto com uma nutricionista, garantindo qualidade e valor nutricional adequados.

Fotografia 10 - Produção de pães e bolachas no grupo “As Margaridas”



Fonte: acervo do Grupo das Margaridas (2024).

As mulheres organizam-se conforme as diretrizes dos projetos PNAE e PAA, dividindo equitativamente as quantidades em quilos entre os quatro grupos da Associação ARPEP. No grupo As Margaridas, elas formam subgrupos de trabalho, que se revezam de acordo com a demanda de entregas para as escolas dos municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste, otimizando a produção e o cumprimento das metas.

Fotografia 11 - Pães recém-saídos do forno e embalados para entrega



Fonte: Grupo as Margaridas, 2024.

As mulheres participam regularmente de intercâmbios e feiras para divulgar e comercializar seus produtos, fortalecendo suas redes de contatos e ampliando o alcance de suas atividades.

Fotografia 12 - Mulheres expondo seus produtos



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora (2024).

O trabalho das mulheres é amplamente sustentável, pois, além da extração do mesocarpo para a produção da farinha, as castanhas são integralmente aproveitadas. Elas passam por um processo de torrefação, moagem e cozimento, que resulta na extração do óleo, garantindo o uso eficiente dos recursos naturais. O processo de fabricação do óleo é relatado por Maria Neuza::

> Eu que faço o óleo e o azeite, é assim, com os cocos já mais secos, quebro com um machado e retiro as castanhas, cada coco tem em média duas a três castanhas. A gente rala, ou bate no triturador, mas como eu faço pouco, normalmente eu ralo. A diferença para fazer o azeite é que para o azeite tem de torrar as castanhas, antes de ralar. Depois ponha com água no fogo e vai fervendo e retirando uma nata que sobe, até secar e virar o azeite ou óleo. Óleo as mulheres usam como cosméticos, para passar na pele e nos cabelos, já o azeite é bom pra cozinhar e por na salada (Maria Neuza, novembro, 2024).

Nas entrevistas, observamos que o trabalho realizado pelas mulheres no grupo transcende as práticas produtivas, tornando-se também um espaço de aprendizado coletivo e compartilhamento de saberes. A divisão de tarefas reflete não apenas a organização do trabalho, mas também o desenvolvimento de habilidades específicas e a transmissão de conhecimentos práticos entre as integrantes. Destacamos como a prática cotidiana se conecta com a educação não formal, onde as experiências vividas servem como base para a formação de competências e o empoderamento coletivo.

A organização dos grupos e da associação ocorre de forma estruturada e democrática, refletindo o protagonismo das mulheres envolvidas. O grupo “As Margaridas” possui uma gestão própria, composta por coordenadora, tesoureira e secretária, eleitas a cada dois anos pelas integrantes. Essa mesma dinâmica de autogestão é replicada nos demais grupos, promovendo autonomia e responsabilidade coletiva. No âmbito interno, as mulheres se dividem em equipes menores para otimizar o uso do espaço limitado da cozinha, garantindo a eficiência da produção.

A produção gera uma média de trezentos reais por diária de serviço, seguindo as diretrizes e valores estabelecidos pelos programas PNAE e PAA. A Associação ARPEP funciona como entidade representativa dos grupos, com uma diretoria formada por representantes de cada um deles. Sua atuação é fundamental para o desenvolvimento e execução dos projetos, assegurando que as quantidades de produtos sejam distribuídas equitativamente entre os grupos.

Além disso, a FASE desempenha papel essencial como suporte técnico, atuando como ponte entre os grupos e a associação, fortalecendo a gestão coletiva e viabilizando a

inserção nos mercados institucionais. Essa organização conjunta, tanto dos grupos quanto da associação, é um exemplo de autogestão eficaz, que promove o empoderamento feminino e a sustentabilidade econômica.

Para as mulheres, a questão financeira sempre foi importante, porém, ao longo dos anos, elas constatam que as relações construídas entre elas e o processo de troca de aprendizagens têm um valor ainda maior.

> Eu acho que foi em 2018 que eu entrei no grupo, eu estava muito depressiva, não gostava de nada, tomava um monte de remédios, ficava muito parada e vinha um monte de coisa na cabeça, aí a Rita me chamou pra ir pro grupo. Eu não queria ir, mas meu marido também me incentivou, e eu comecei a ir, e comecei a gostar. Hoje eu vejo que participar das atividades me ajudou bastante, me movimentar, ter motivação e lá a gente encontra com as outras mulheres, a gente conversa, brinca, trabalha, aprende muito com a outras mulheres, e também aprende a se valorizar, saber dos nossos direitos, ainda ganho meu dinheirinho (Vilma, Junho, 2024).

As conversas com as integrantes do grupo revelaram que, para a maioria delas, a participação vai muito além da geração de renda, funcionando também como uma forma de terapia e fortalecimento emocional. Muitas relataram que, antes de ingressarem no coletivo, enfrentavam quadros de depressão ou sentimentos de isolamento, e que encontraram no convívio e nas atividades do grupo uma importante fonte de apoio e resiliência. O grupo se consolidou como um espaço de acolhimento, onde o trabalho compartilhado, a troca de experiências e a socialização contribuem significativamente para a melhoria do bem-estar psicológico e o fortalecimento da autoestima. Essa dimensão afetiva é um aspecto fundamental da organização, reforçando não apenas a autonomia econômica, mas também o cuidado consigo mesmas e com as outras.

> Eu amo esse grupo, foi aqui que eu aprendi a conversar, sou mais sabida agora, já realizei meus sonhos, foi viajar, fui de avião, que eu nunca imaginei, conheci já um monte de lugar, conheci a praia, fomos no maranhão nas quebradeiras de coco, e me divirto muito, aqui não tem tristeza. Em cada viajem, em cada conversa, em cada povo que vem aqui estudantes, professores, pesquisador, a gente aprende um pouco, aprendi de meus direitos, das leis, de aposentadoria, de um tudo, sou outra pessoa hoje (Sueli, novembro, 2024).

Observamos, a partir dos relatos, que a participação no grupo vai além do simples movimento físico e da interação social: ela proporciona uma reintegração social e uma profunda sensação de pertencimento. O ato de amizade, manifestado em “conversar, brincar, trabalhar e aprender” junto a outras mulheres, revela-se verdadeiramente terapêutico, pois fortalece os laços sociais e fomenta a troca contínua de experiências e aprendizados. Nesse sentido, Santos e Bonfim (2010, p. 4) afirmam que, ao se reunirem em grupo, as mulheres

“transformam suas vidas e o seu cotidiano”, evidenciando o poder coletivo da organização para promover mudanças significativas.

> [...] a valorização das várias vozes, sendo o diálogo sua dinâmica problematizadora, no qual todas e todos são igualmente falantes e ouvintes, capazes de expressar diferentes saberes. As situações de aprendizagens são momentos privilegiados nos quais todas/os são levadas/os a construírem conhecimentos de forma cooperativa (Santos; Bonfim, 2010, p. 2).

O diálogo é apresentado como uma dinâmica central, promovendo igualmente troca entre todas as participantes. Implicando um processo inclusivo e democrático de construção do conhecimento, onde diferentes saberes são expressos e respeitados. Como afirma outra integrante:

> Desde criança eu acompanhei minha mãe no grupo, ela foi uma das fundadoras, mas recentemente eu estou participando ativamente na produção. A questão financeira é sem dúvida muito bom, pra todas, pra mim está ajudando muito. Mas no grupo, temos muito mais que gerar renda, tem as trocas de experiências, conhecimento de luta, e dos direitos das mulheres, e as conversas. As vezes tem uma mulher que pensa em desistir, aí as outras estão ali pra dar positividade, acho que uma fortalece a outra. [...]Para o grupo ser forte, temos que nos fortalecer uma com as outras, porque em algum momento alguém pode estar passando por dificuldades, em casa, com os filhos, com o marido... e ali no grupo é o momento de desabafar, chorar, falar, tem os momentos de escuta, de fala. É muito importante a gente ter outras mulheres que nos escuta sem julgamentos, e isso me deixa feliz e pertencente a esse grupo (Renata, agosto, 2024).

Percebemos a “educação dialógica”, definida por Paulo Freire (1987), como um processo em que os indivíduos aprendem juntos por meio da partilha de suas vivências. No grupo, o diálogo é visto não apenas como uma forma de comunicação, mas como um mecanismo de emancipação e resistência. Desse modo, torna-se um espaço para a troca de saberes e para o reconhecimento mútuo das lutas e dos direitos das mulheres, fortalecendo a identidade coletiva e promovendo a transformação pessoal e social.

Freire (1987) acreditava que o processo de educação deve ser feito com as pessoas, e não para as pessoas. As mulheres, em suas falas, evidenciam essa prática ao destacar como o grupo se apoia em momentos difíceis, fortalecendo umas às outras e oferecendo espaço de escuta e fala sem julgamentos. Esse tipo de solidariedade reflete a superação da opressão que Freire (1987) descreve, na qual as pessoas oprimidas se unem para resistir à opressão e, ao fazer isso, descobrem sua própria força e capacidade de transformação.

Nessa concepção de educação, percebemos como fazer parte do grupo “As Margaridas” trouxe aprendizados e experiências antes negados ou não alcançados pelas mulheres.

> [...] se sentir uma margarida, é se sentir uma mulher resistente, que trabalha em uma organização coletiva, e que é capaz de produzir, gerar renda, ter autoestima, empoderamento. Antes do grupo a gente não sabia de quase nada, não fala em público, parece que a gente tinha medo de se expressar, agora, muitas mulheres, a gente conversa, fala em qualquer lugar, até pro presidente se tiver oportunidade, viaja, já fomos em diversos lugares, onde nunca pensava que nos podia ir, aprendemos sobre nossos direitos, cobramos, e através da associação podemos ter nosso dinheiro e comparar nossas coisas (Maria Alves, setembro,2024).

Freire (1987), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, nos permite olhar essa educação em amplos sentidos, onde podemos chamá-la de conscientização crítica, que é o cerne da libertação. O grupo de mulheres funciona como um espaço de diálogo e troca, onde as mulheres se educam mutuamente. Antes, elas viviam em uma situação de opressão, de "silenciamento", mas, através da organização coletiva, foram capazes de superar esse medo, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias.

É evidente a importância do grupo "As Margaridas" na vida das mulheres do Assentamento Margarida Alves, inclusive para aquelas que ainda não são associadas. Observamos que, além de promover identidade, geração de renda e senso de pertencimento, entre outros aspectos, um ponto de grande relevância que emerge nos diálogos são os cuidados com o ambiente, principalmente a preservação dos babaçuais. As mulheres expressam como foram os primeiros anos no assentamento e a relação com a palmeira:

> Naquela época, quando nós viemos aqui para o Assentamento, tinha muitos babaçu, mas o povo foi cortando, pra fazer roça, ou pra limpar os pastos, é assim, que eles falam que o babaçu deixa o pasto sujo, que mata o pasto, foram cortando ou passando veneno pra matar, também tinha uma empresa de palmito que vinha e cortava os babaçu pra tirar palmito. Depois que nós começamos a usar o babaçu pra fazer a farinha, e vender, começamos a fazer campanhas, a falar pros maridos, pros vizinhos, na igreja, da importância de preservar os babaçus. E como é importante pra nós mulheres não derrubar mais os babaçus, se não a gente, não vai ter mais onde buscar o coco. Cada dia está mais difícil encontrar coco bom, também por que não é todos os cocos que é bom pra tirar o mesocarpo, tem que saber também quando tá maduro. Colher o coco do babaçu nos sítios é um trabalho pesado, não é todas as mulheres que aguentam devido a idade e até as mais novas não consegue. Se tivesse uma roça de coco ia ser muito bom, ia facilitar um pouco o trabalho" (Rita Julia, agosto 2023).

Emma (2000, p. 65) expressa uma conexão entre todos os seres, e afirma que "a ruptura dessa visão, ou a subjugação do princípio feminino, é o que estaria na origem dos desequilíbrios ecológicos existentes". Nesse contexto, o grupo não apenas extrai recursos naturais, mas também se engaja em uma prática que mantém o cuidado com a natureza, sem destruí-la.

> A preservação do babaçu, um trabalho importante do grupo, a gente faz o extrativismo, extrair da natureza sem destruir, nós não destrói o pé de babaçu, ele permanece vivo, também nas reuniões agente sempre aprende como estar preservando a natureza e principalmente a não usar venenos nos sítios (Maria Alves, setembro, 2024).

Percebemos uma forte relação das ações do grupo com a visão de pensamento do ecofeminismo. Ao praticar o extrativismo sem destruir e ao discutir temas ambientais em grupo, essas mulheres não apenas protegem o meio ambiente, mas também desafiam a lógica de exploração que associa a natureza e as mulheres a objetos de dominação. Elas criam um espaço de resistência, onde os valores de cuidado e sustentabilidade prevalecem sobre a exploração e a destruição.

Segundo Garcia (2009), as mulheres, especialmente as que vivem em contextos rurais, mantêm uma relação direta e profunda com a terra, sendo frequentemente responsáveis por práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Elas entendem os ciclos da natureza e participam ativamente de práticas de cuidado e preservação que são essenciais para a manutenção da vida.

Isso fica evidente na entrevista, quando Dona Rita menciona que, no início, os babaçus eram derrubados para abrir espaço para a roça ou pasto, mas, com o tempo, as mulheres passaram a defender sua preservação. Essa defesa surge a partir do uso que elas fizeram do babaçu para gerar renda, fabricando farinha e outros produtos, evidenciando um conhecimento prático e ecológico que foi ignorado pelos homens e pelos interesses econômicos que priorizavam a limpeza dos pastos.

Porém, muitos são os desafios enfrentados atualmente. Dona Maria relata uma problemática vivenciada nos últimos anos:

> [...] então, a quinze anos atrás, quando a gente começou tinha mais babaçu, os pé era mais baixo, agora cada dia fica mais pra derrubar os coco de babaçu, esses pé precisa de se renovar, talvez uma campanha dentro do grupo mesmo, cada mulher plantar em seu sítio mais babaçu. Acho que já ia começar a dar certo, (Maria Alves, setembro, 2024).

Todos os relatos chamam atenção para a dificuldade encontrada na coleta do coco, do qual se extrai a farinha e outros derivados essenciais para suas comercializações. Contudo, surgem propostas como “ter uma roça” ou “cada mulher plantar em seu sítio”. Nessa perspectiva, as mulheres vão dialogando e criando mecanismos de manutenção da natureza. Elas resistem às forças de dominação que ameaçam tanto seus meios de subsistência quanto o

meio ambiente, reafirmando sua conexão com a terra e sua capacidade de transformar a realidade em que vivem.

As mulheres enfrentam, atualmente, outro grande desafio relacionado ao futuro. O questionamento “Quem dará continuidade?” preocupa as integrantes do grupo. Com foco nas novas gerações e na intenção de manter e expandir as atividades, a atenção se volta para a juventude, com projetos e iniciativas que buscam seu engajamento.

> Os maiores desafios hoje é trazer as novas gerações, mulheres mais novas. Hoje em dia os todos os grupos são compostos por mulheres de mais idade, mais vividas. A continuação tanto dos grupos quanto da associação precisa ter gente nova, mulheres mais jovens. Então a gente vem pensando em algumas estratégias, um novo projeto, a gente vai tentar colocar uma bolsa, para as meninas que quiserem fazer parte e se engajarem nas tarefas do grupo. Mais ainda não tem nada aprovado, são nossos planos, exemplo aqui no grupo “As Margaridas” que a escola é em frente, poderia fazer como um estágio, com um incentivo financeiro. Tivemos essa ideia, a partir do intercâmbio no Maranhão, as mulheres do MIQCB têm uma política e objetivos voltados para a juventude, achamos muito lindo e interessante. É como no MST também que tem as atividades voltadas para crianças e para os jovens, vamos implementar nos projetos para o próximo ano (Késia, técnica da FASE, setembro, 2024).

Os desafios enfrentados atualmente impactam diretamente as expectativas de futuro das mulheres do grupo As Margaridas, assim como dos demais grupos que compõem a ARPEP. Nesse contexto, surge a necessidade de encontrar alternativas para promover a inclusão das novas gerações, garantindo a continuidade e a renovação da associação. As estratégias visam fortalecer a resistência ao patriarcado e ao capitalismo, por meio de uma construção coletiva e solidária. O intercâmbio realizado revelou-se um marco significativo de aprendizado, a partir do qual emergiu a ideia de incentivar a participação da juventude por meio de um apoio financeiro, como forma de engajá-la nas atividades e garantir a sustentabilidade do grupo no longo prazo.

No contexto apresentado e sob uma perspectiva pedagógica, Sanderberg (2006) ilumina a importância de práticas educativas que não apenas compartilhem conhecimentos, mas que promovam a construção coletiva e a transformação social. No contexto dos grupos de mulheres, essa pedagogia se traduz em uma busca constante pela emancipação e empoderamento, desafiando as estruturas patriarcais que persistem na sociedade.

A resistência ao patriarcado e às desigualdades impostas pelo sistema capitalista é sustentada por essa união entre mulheres, que compartilham suas experiências e aprendizados, criando um legado de solidariedade e empoderamento que transcende as barreiras do tempo e da opressão. Para que as mulheres do grupo “As Margaridas” superassem as barreiras

impostas pela sociedade, faz-se necessário o fortalecimento de uma rede de apoio. Assim, abordaremos como principais redes de apoio a FASE e a ARPEP.

5 PARA SEMPRE MARGARIDAS

É muito bom poder chegar a esta parte do texto e perceber que o objetivo de demonstrar os processos pedagógicos envolvidos nas atividades realizadas pelas mulheres do grupo “As Margaridas” foi alcançado. Como as Margaridas fazem parte da associação ARPEP, além dos processos pedagógicos — que representam o sentido filosófico e o modelo das práticas —, as atividades também contribuem para o fortalecimento de vínculos e a rentabilidade de quem vive no campo. Há ainda a perspectiva de autonomia, intrínseca aos processos próprios de aprendizagem e ao necessário empoderamento feminino em contextos rurais.

As questões abordadas nesta pesquisa se direcionam para as práticas pedagógicas organizacionais das mulheres na produção objetiva e nas interações subjetivas de trocas de experiências, vivenciadas pelo grupo de mulheres “As Margaridas”. A pergunta central é: como esse processo contribui para o fortalecimento da autonomia, do empoderamento e da sustentabilidade das mulheres e de suas comunidades no contexto rural?

Nestas considerações, portanto, é preciso reforçar, como já foi explanado ao longo do texto, que o primeiro objetivo a ser alcançado visa identificar a compreensão dos elementos históricos que embasam as aprendizagens construídas ao longo da formação e organização do grupo “As Margaridas”. Esse movimento exigiu uma vivência em profundidade com as trajetórias dessas mulheres. Partindo da vivência da pesquisadora, percebemos que, ao longo dos anos de formação, foi-se construindo e constituindo uma pedagogia própria.

Outro aspecto que ficou demonstrado ao longo da pesquisa é que o modelo de organização do grupo, desde suas origens, reflete uma luta coletiva por reconhecimento, em que cada ação contribui para construir caminhos de autonomia e empoderamento, reafirmando a importância do trabalho associado para suas conquistas e para a convivência mútua entre mulheres.

A pesquisa demonstrou também que os processos pedagógicos podem ser facilmente compreendidos pela pedagogia do trabalho associado, que desempenha um papel crucial para as mulheres do grupo “As Margaridas”. A associação reforça os vínculos afetivos entre as mulheres, amplia a aprendizagem sobre a democracia e fortalece a colegialidade das decisões. Além disso, os efeitos da prática associativa incrementam a renda, tanto do ponto de vista do grupo, por se tratar de um projeto coletivo, quanto do ponto de vista individual. Em cada mulher, há também os efeitos de autoestima, alavancados pelo incremento de renda. Nesse

contexto, o trabalho associado funciona como uma base para a organização do grupo, permitindo que elas compartilhem responsabilidades, dividam desafios e celebrem conquistas, enquanto constroem uma rede de apoio mútuo essencial para lidar com as adversidades da vida rural.

O trabalho aqui relatado alcança seu objetivo de relacionar “As Margaridas” com a pedagogia feminista, demonstrando como a dinâmica própria da lógica associativa reforça a autoestima e o senso de pertencimento ao grupo, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de inserção nas discussões e nas decisões comunitárias. Assim, à medida que as mulheres vão aprendendo, também vão ensinando seus maridos, filhos e, por vezes, uma comunidade inteira.

É por meio da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) que as mulheres do grupo “As Margaridas” conseguem articular estratégias de sustentabilidade socioambiental e estabelecer conexões com políticas públicas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), garantindo maior alcance e visibilidade para a comercialização de seus produtos.

Com base nas concepções teóricas discutidas nesta pesquisa, destacamos a pedagogia feminista no meio rural e os processos de educação popular inseridos nos coletivos femininos. Fica evidente que essas dimensões se interligam de forma significativa nas práticas diárias do grupo de mulheres “As Margaridas”, refletindo a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento da autonomia.

A pesquisa demonstrou também que a presença da pedagogia feminista, mesmo que não explicitamente nomeada pelas participantes, se manifesta nas práticas coletivas, promovendo o empoderamento, a autonomia e o fortalecimento das relações sociais entre as mulheres. Esses processos são impulsionados pela troca de experiências e saberes, seja nas atividades diárias, nos encontros da associação ou nos intercâmbios realizados. Nesse contexto, a educação popular emerge como um componente essencial, proporcionando momentos de aprendizado significativo que vão além das estruturas convencionais de ensino e conectam as mulheres às suas realidades sociais, culturais e ambientais.

Outro ponto evidenciado é que a educação popular desempenha um papel fundamental na criação de espaços de construção coletiva de conhecimento, onde as mulheres discutem e refletem sobre suas práticas, direitos e desafios. Essas trocas promovem não apenas a aquisição de habilidades técnicas relacionadas ao trabalho agroextrativista, mas também a formação de uma consciência crítica sobre sustentabilidade socioambiental,

igualdade de gênero, convivência democrática, espiritualidade e bem-estar. Dessa forma, o grupo “As Margaridas” demonstra como a pedagogia feminista e o trabalho comunitário das mulheres podem ser ferramentas transformadoras, contribuindo para a construção de uma rede de apoio e fortalecimento que rompe com as barreiras impostas pelo sistema patriarcal e estruturalmente desigual, gerando impactos positivos na vida pessoal e coletiva das mulheres.

Com o propósito de identificar as ações de contribuição socioambiental, observamos que, além da preservação ambiental por meio do extrativismo, há um impacto significativo na geração de renda e no fortalecimento do protagonismo feminino.

A geração de renda é de suma importância para a autonomia das mulheres. Destacamos aqui o fornecimento de alimentos para a merenda escolar como uma fonte única ou complementar de independência financeira para as mulheres em questão. A produção agroextrativista, ao ser direcionada para programas como o PNAE, não apenas assegura uma renda estável para as mulheres, mas também reforça sua posição como protagonistas no desenvolvimento socioeconômico local. Esse fornecimento vai além do aspecto financeiro: ele conecta simbolicamente e praticamente as mulheres à escola, promovendo a valorização dos alimentos regionais e a oferta de uma alimentação saudável e sustentável às crianças.

A prática do agroextrativismo também fortalece as redes de aprendizado entre as mulheres e a comunidade escolar, destacando a importância da educação popular presente nesse contexto. Ao participarem do planejamento e da produção de alimentos para as escolas, elas incorporam conhecimentos técnicos e críticos sobre sustentabilidade, nutrição e economia solidária. Além disso, essas práticas ampliam o alcance da pedagogia feminista ao estimular a colaboração, a troca de saberes e o empoderamento das mulheres em suas comunidades.

Dentro dos limites desta pesquisa, é possível destacar que, mesmo com essa conectividade com a escola, ainda existe uma lacuna nas relações entre as mulheres agroextrativistas e os estudantes. Embora forneçam alimentos como pães e bolachas enriquecidos com a farinha de babaçu, não há uma conexão direta entre essa produção e os estudantes que os consomem. É preciso que esta pesquisa tenha continuidade, especialmente com esta premissa: verificar os efeitos da aproximação entre discentes e os saberes das mulheres extrativistas. Seria altamente relevante que os estudantes fossem sensibilizados e até mesmo pudessem participar das origens desses alimentos, compreendendo a importância dos babaçuais, o processo de produção, os desafios envolvidos e a relevância desse consumo para a promoção da autonomia e do empoderamento das mulheres do campo.

Essa sensibilização poderia fortalecer o vínculo entre a comunidade escolar e as práticas agroextrativistas, promovendo uma educação mais integrada e consciente. Além de valorizar o trabalho das mulheres, ajudaria a formar cidadãos mais críticos e conectados à realidade do meio rural, reconhecendo a importância do consumo sustentável e solidário para a transformação social e ambiental.

Nesse sentido, a caracterização do lócus da pesquisa teve um papel central, evidenciando o Assentamento Margaridas Alves como cenário principal e o grupo de mulheres "As Margaridas" como protagonistas desse processo. A abordagem permitiu compreender as especificidades desse espaço e as dinâmicas que permeiam a organização e atuação das mulheres, conectando-as às questões de autonomia, resistência e empoderamento que são fundamentais para o estudo.

Nossa pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, partindo das perspectivas do pensamento decolonial, buscando compreender as realidades vivenciadas pelas mulheres do grupo "As Margaridas" de maneira profunda e contextualizada. Para tanto, adotamos procedimentos metodológicos fundamentados na etnografia, que permitiram uma imersão mais sensível e detalhada ao universo pessoal, das histórias de vida e do dia a dia de cada uma das participantes.

A vivência etnográfica foi feita a partir de uma combinação de observações diretas, entrevistas semiestruturadas e vivências compartilhadas com as mulheres do grupo. Esse conjunto de estratégias proporcionou não apenas a organização textual das informações objetivas, mas também a construção de um entendimento sensível das experiências, práticas e significados que permeiam suas atividades cotidianas.

Este estudo aprofundou a compreensão dos conceitos e teorias que embasam esta pesquisa, com foco no contexto das lutas das mulheres no meio rural, enfatizando a necessidade de reconhecer e combater a colonialidade de gênero que perpetua desigualdades históricas, além do enfoque na relação das mulheres com a natureza, destacando o ecofeminismo como uma abordagem crítica que conecta a exploração do meio ambiente à opressão das mulheres, revelando a importância de resistências integradas contra essas formas de dominação.

Além disso, as práticas diárias realizadas pelas mulheres do grupo "As Margaridas" se constituem como um modelo de Educação Popular, evidenciando que o aprendizado acontece de maneira contínua, em diversos espaços e momentos. Por meio dessas vivências, foi possível confirmar que outros grupos de mulheres, assim como o grupo "As Margaridas",

superaram desafios significativos e conquistaram autonomia e fortalecimento comunitário por meio do trabalho associado. Essa dinâmica reafirma o papel transformador dessas práticas para o empoderamento feminino e a sustentabilidade no campo.

Por meio dos relatos das mulheres, percebe-se que suas práticas ultrapassam a esfera produtiva, configurando-se como expressões de uma pedagogia feminista que fortalece o coletivo e transforma relações sociais e pessoais. Suas atividades revelam resistência, aprendizado contínuo e transformação, evidenciando a luta por reconhecimento e igualdade em um contexto desafiador. O trabalho dessas mulheres se torna, assim, uma inspiração e um exemplo vivo de como a união e o engajamento podem promover autonomia e justiça social.

É fundamental ressaltar o papel significativo desempenhado pela FASE, que atua como um elo crucial entre as mulheres, a associação e os programas governamentais, como o PAA e o PNAE. A visibilidade desses grupos é essencial, pois quanto mais eles são mencionados e reconhecidos, maior é a possibilidade de suas demandas chegarem aos órgãos governamentais em nível municipal e estadual. Contudo, vale destacar que as mulheres ainda enfrentam desafios, como a ausência de seus produtos nos cardápios da rede estadual de merenda escolar, o que limita as oportunidades de comercialização nesse âmbito. Nesse contexto, a ARPEP se consolida como uma rede de apoio indispensável, formada a partir da necessidade de escoar a produção, promovendo autonomia e fortalecendo a economia local.

Por fim, é imprescindível dizer que este texto não esgota as reflexões possíveis sobre essas mulheres. Ficaram lacunas a serem exploradas, como um estudo mais aprofundado sobre as interações intergeracionais entre os grupos que compõem a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal e a transmissão de conhecimentos tradicionais para as novas gerações. Também seria importante investigar como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender melhor às demandas específicas dessas mulheres e ampliar seu impacto positivo na comunidade. Esta pesquisa é apenas o início de uma conversa mais ampla que deve ser aprofundada no futuro.

Este trabalho nos trouxe um olhar ampliado sobre as práticas, os desafios e as conquistas das mulheres do grupo “As Margaridas”, evidenciando como suas ações transcendem a produção agroextrativista e se tornam instrumentos de transformação social. Foi possível compreender como a pedagogia feminista e a educação não formal se manifestam em suas atividades cotidianas, fortalecendo o coletivo e promovendo autonomia e empoderamento. Além disso, observamos a relevância do trabalho associado como uma estratégia não apenas de geração de renda, mas de resistência e reconfiguração de relações

sociais e ambientais. Este estudo reforça a importância de valorizar e ampliar o reconhecimento dessas iniciativas, promovendo diálogos entre as práticas do campo e as políticas públicas, e aponta para novos horizontes de pesquisa que possam aprofundar ainda mais o entendimento sobre as relações entre gênero, agroextrativismo e educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Naiara Christianne D. Araujo de; PACHECO, Clecia Simone G. R. Impacto do PNAE na agricultura familiar: uma revisão de literaturas. **Extensão Rural**, [s. l.], v. 1, 2022.

ANDRADE, Antonio Lindomar Rodrigues. A educação ambiental e a dialética materialista: concepções teóricas. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 294-313, jan./jun. 2014. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662. Acesso em: 24 jul. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS PRODUTORAS/ES EXTRATIVISTAS DO PANTANAL (ARPEP). Institucional. Cáceres, 31 de julho de 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv. Acesso em: 15 set. 2023.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/o_que_ed_popular.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares**, [s. l.], 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. [S. l.]: Nead Debate, 2008.

CABRAL, Maria Neuza Machado; ZART, Laudemir Luiz. Mulheres camponesas na organização do trabalho associado: experiências e aprendizagens no ARPEP. **Revista Faculdade de Educação**, [s. l.], v. 40, p. 1-20, jan./dez. 2024.

CARVALHO, Andressa Veras; MACEDO, João Paulo. As guerreiras do babaçu: mulheres quebradeiras de coco em movimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 406-426, maio/ago. 2019.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. O feminismo decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e interseccionalidade. **Revista TOMO**, [s. l.], v. 42, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/17757. Acesso em: 22 out. 2023.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

CHAVES, Christine. Rituais da mística: a mística do MST e as aporias da ação coletiva. **Revista de Antropologia**, Brasília, DF, out. 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/197973/188563. Acesso em: 9 jan. 2023.

CHIABOTTO, Cristian da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 210-231, 2021.

CONTE, Isaura Isabel. Aprendizados da luta: mulheres camponesas no Brasil e indígenas no México. **RELVA**, Juara, v. 4, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2017.

COTRIN, Décio Souza. Organização social e associativismo rural. In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (org.). **Organização social e movimentos sociais rurais**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e (des)caminhos. **Recherches Internationales**, [s. l.], n. 17, p. 3-20, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

EMMA, Siliprandi. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2000.

ESTEVES, Egeu Gomez. Emprego versus trabalho associado: despotismo e política na atividade humana de trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], v. 5, p. 51-56, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidária da UFGD: Mulheres, Trabalho e Economia Solidária. In: ZART, Laudemir Luiz; VAILANT, Clovis (Org.). **Educação e economia solidária**: incubação em economia solidária – empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres: UNEMAT Editora, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FLORES, Rafael Kruter. **Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum**. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um encontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Loreley. A relação mulher e natureza: laços e nós enredados na teia da vida. **Gaia Scientia**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 11-16, 2009.

GATTI, Bernadete. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Vanessa Nesbeda da Silva. **Pedagogia feminista decolonial**: decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das Mulheres. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9768. Acesso em: 6 jul. 2023.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018.

GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 80, p. 115-145, mar. 2008.

GUAYASAMÍN, Oswaldo. **Ternura**. 1989. Óleo sobre tela, 130 x 100 cm.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013.

LAGARDE, Marcela Rios. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas y locas. Madrid: Horas y Horas, 2011.

LAVRATTI, Iara Milreu; FERREIRA, Luciana dos Santos. **A participação das mulheres em assentamentos: dominação patriarcal e ações coletivas**. Marília: Unesp, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

LUGAR. In: DICIO - Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: https://www.dicio.com.br/risco/. Acesso em: 27 jul. 2024.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320-332, set./dez. 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2018.

MACIEL, Kleciane Nunes. **Mulheres da Aroeira e o trabalho associado**: ações organizativas de extrativistas em Piaçabuçu, Alagoas. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13193. Acesso em: 7 jul. 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. (Livro primeiro – O processo de capital. v. 1).

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. **SciELO Books**, Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf. Acesso em: 7 jul. 2024.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José. A experiência das mulheres extrativistas do assentamento Margarida Alves Mirassol D'Oeste/MT. **Geografia em Questão**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 1-20, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo**: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019.

NAZARENO, Elias; CARDOSO, Ludimila Stival. Deocidentalização e decolonialidade: a mudança intercultural na política interna e externa do Brasil. **VI Congresso Internacional de História**, 2013. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/259_trabalho.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. **A Amélia que era mulher de verdade?**: Produção associada e relações de gênero em comunidades tradicionais de Cáceres/MT. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: http://ri.ufmt.br/handle/1/2040. Acesso em: 7 jul. 2023.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. **A produção associada em Capão Verde**: entre bananas, saberes e utopias. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PAREDES, Julieta. “Temos que construir a utopia no dia a dia”. Entrevista concedida a Giulia Afiune e Anna Beatriz Anjos. **Revista Pública**, [s. l.], 15 maio 2020.

PAULILO, Maria Inez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política e Sociedade**, [s. l.], v. 15, p. 1-20, 2016.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Revista Simbiótica**, [s. l.], v. 3, p. 1-15, jun. 2013.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/4008/3807. Acesso em: fev. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 7 dez. 2023.

REFATI, Daiane Caroline; FABRINI, Edmilson João; MARSCHNER, Roberto Walter. O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste-Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p. 83-107, jan./abr. 2017.

REYES, Abdiel Rodríguez. El giro decolonial en el siglo XXI. **Revista Ensaios Pedagógicos**, [s. l.], p. 134-159, abr. 2016. Disponível em: https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/ensayospedagogicos/issue/view/883. Acesso em: 22 out. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira; BETTO, Janaina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-18, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARDENBERG, Maria Cecilia Bacellar. Pedagogias feministas: uma introdução. In: VANIN, Iole; GONÇALVES, Terezinha (org.). **Caderno gênero e trabalho**. São Paulo: REDOR, 2006. p. 44-57.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa; CASTORINO, Adriano Batista. Mulheres do Brasil: a cultura da visibilidade de corpos que submete a pessoa que o carrega. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & Women’s Worlds Congress**, Florianópolis, 2017.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa; JESUS, Gisela Moura. Desafios da pesquisa etnográfica com povos indígenas em tempos de pandemia: aprendendo outras estratégias metodológicas. **Humanidades & Inovação**, [s. l.], v. 9, p. 316-325, 2022.

SILVA, Camila Vieira; MIGUEL, Lovois de Andrade. Extrativismo e abordagem sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 1-20, dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1580/2362. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Edson Souza da. **As quebradeiras de coco babaçu e suas metamorfoses discursivas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2021.

SILVA, Elisa Marie; NAPOLITANO, Juliana Elisa; BASTOS, Silvana (org.). **Pequenos projetos ecossociais de quebradeiras de coco babaçu**: reflexões e aprendizados. Brasília, DF: ISPN, 2016.

SILVA, Flaviane Cristine da; WENDHAUSEN, Águeda Lenita Pereira. Empoderamento em um grupo de mulheres de um município do sul do Brasil. **Revista Grifos**, [s. l.], n. 32/33, p. 1-20, 2012.

SILVA, Laryssa Costa; FREITAS, Lúcia Gonçalves de. Pedagogia feminista: o que é, quem pratica? **V Congresso de Pesquisa e Extensão da UEG**, [s. l.], v. 5, p. 1-15, 2019.

SILVA, Márcia Alves da; CORRÊA, Eliane Godinho; NEGRETTO, Carla. Pedagogia feminista na perspectiva da educação popular com mulheres assentadas do MST. **Teoria e Prática da Educação**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 105-116, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.4025/tpe.v20i3.33561. Acesso em: 6 jul. 2024.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 116-122, maio/ago. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VERGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias, Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013.